



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ALINE GOMES MARTINS

A VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CONTEXTOS DE RURALIDADES: UM
ESTUDO COM MULHERES RURAIS DE COMUNIDADES DO
INTERIOR DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte

2017

ALINE GOMES MARTINS

**A VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CONTEXTOS DE RURALIDADES: UM
ESTUDO COM MULHERES RURAIS DE COMUNIDADES DO
INTERIOR DE MINAS GERAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento.

Belo Horizonte

2017

150

M386v

Martins, Aline Gomes

2017

A violência conjugal em contextos de ruralidades [manuscrito]: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais / Aline Gomes Martins. - 2017.

165 f.

Orientador: Adriano Roberto Afonso do Nascimento.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Violência conjugal - Teses.. 3. Mulheres - Teses. I. Nascimento, Adriano Roberto Afonso do Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

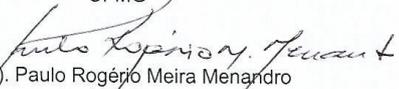
A Violência Conjugal em Contextos de Ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais

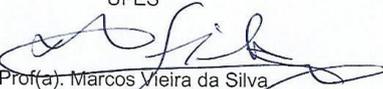
ALINE GOMES MARTINS

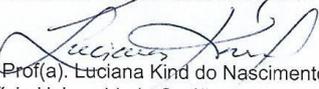
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

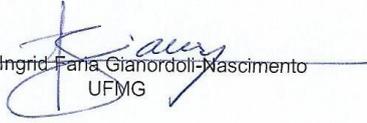
Aprovada em 27 de junho de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Adriano Roberto Alonso do Nascimento - Orientador
UFMG


Prof(a). Paulo Rogério Meira Menandro
UFES


Prof(a). Marcos Vieira da Silva
Universidade Federal de São João del Rey


Prof(a). Luciana Kind do Nascimento
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais


Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
UFMG

Belo Horizonte, 27 de junho de 2017.

Dedico esse trabalho às minhas antepassadas, mulheres rurais que fazem parte da minha família, em especial à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de uma tese remete ao fim de um processo e me faz pensar em todo o percurso que percorri até aqui, para a realização desse grande sonho. Muitas pessoas estiveram envolvidas nessa caminhada, cada um ao seu modo contribuiu para meu crescimento profissional e pessoal e conseqüentemente para a realização desse trabalho.

Ao refletir sobre o percurso que percorri agradeço especialmente aos meus pais, que sempre se dedicaram a me ofertar, assim como aos meus irmãos, oportunidades de estudar. Posso dizer que graças a eles nunca faltou na minha vida, amor, união e incentivo aos meus objetivos. Desse modo, exponho aqui meu sincero e profundo agradecimento à minha mãe Marcí e ao meu pai Jésus. Em todos os passos que percorri seus ensinamentos estiveram presentes comigo, orientando minhas escolhas e condutas. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço aos meus irmãos amados, Leonardo e Arielle, pelo eterno companheirismo que marca nossas relações. Junto a eles agradeço ao meu afilhado, Artur, que desde que chegou a esse mundo o tornou mais feliz e cheio de esperanças.

Agradeço ao meu companheiro, Vitor, por sempre estar ao meu lado, por escutar meus constantes relatos e desabafos sobre as experiências que vivi na pesquisa e os atravessamentos que ela produziu em mim.

Agradeço de uma maneira especial ao meu orientador Adriano, o qual admiro pela sua formação e pela tranquilidade com que realiza suas orientações. Obrigada pela oportunidade de ser sua orientanda, pelos ensinamentos sobre o fazer pesquisa

social, sobre a arte de escrever, por me proporcionar aprendizados significativos e contribuir para minha formação profissional e pessoal.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em especial aos professores do Programa de Pós Graduação em Psicologia pelo acolhimento que recebi desde minha entrada na instituição, no mestrado. Fazer minha formação de mestrado e doutorado na UFMG representou a oportunidade de muito aprendizado com professores que admiro e respeito, de entrar em contato com outras linhas de pesquisas, projetos, novos olhares sobre como pensar e fazer psicologia social, o que me proporcionou muito crescimento.

Agradeço aos amigos que a UFMG me proporcionou, pelas experiências e aprendizados compartilhados. Agradeço em especial às boas conversas e apoio encontrados nas amigas Luana e Sabrina, que tornaram esse processo mais leve e divertido.

Agradeço, também de maneira especial, à Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), instituição a qual possuo um imenso carinho e gratidão, pelas experiências que vivi e por ela representar meu primeiro contato com a psicologia. Com certeza, o aprendizado que adquiri na UFSJ proporcionou as bases para uma longa caminhada.

Agradeço aos profissionais, amigos do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD) de Ouro Preto / Minas Gerais e a todos os meus pacientes. As experiências compartilhadas com eles me possibilitaram novos aprendizados, a construção de novos olhares sobre o convívio com a diferença, sobre respeito e cuidado com o outro, o que refletiu, mesmo que indiretamente, no trabalho de campo que desenvolvi na pesquisa.

Agradeço às Agentes Comunitária de Saúde (ACSs) pelas informações prestadas, dedicação para que a pesquisa acontecesse e as entrevistas fossem feitas. Reforço aqui meu respeito e admiração pelo trabalho desempenhado por esses profissionais.

Em lugar de destaque, agradeço à todas as mulheres que prestaram seus depoimentos, me receberam em seus lares e revelaram suas vivências, sentimentos íntimos, silenciados em suas experiências cotidianas.

Obrigada a todos aqueles que nos encontros da vida contribuíram para a minha formação profissional e pessoal e possibilitaram a finalização da minha tese de doutoramento.

Enfim, agradeço a Deus pela oportunidade de viver essa experiência e realizar esse grande sonho.

RESUMO

Martins, A. G. (2017). A Violência Conjugal em Contextos de Ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/ MG.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de doutorado, realizada com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais. Para a efetivação da pesquisa foi necessário percorrer três etapas, expostas nos artigos que compõem essa tese. A primeira delas, apresentada no primeiro artigo, compreende a realização de uma revisão bibliométrica que teve como objetivo averiguar a relação entre violência doméstica e álcool a partir de periódicos disponíveis no portal da CAPES publicados entre os anos de 2003 e 2013. Com essa revisão observou-se que a violência conjugal destaca-se dentre as formas de expressão de violência, sendo a mulher a vítima em potencial. Ademais, o número de artigos que contemplam a violência conjugal em contextos de ruralidade é escasso. Nesse sentido, diante dos resultados encontrados na revisão bibliométrica desenvolveu-se a proposta de pesquisa que teve como objetivo geral compreender os significados da violência conjugal e as práticas a ela relacionadas segundo mulheres moradoras de diferentes comunidades rurais de duas cidades do interior de Minas Gerais, exposta no segundo artigo dessa tese. Para acessar os sujeitos do estudo foi feito contato com as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) que dão cobertura às zonas rurais, das duas cidades contempladas. As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS's) forneceram informações sobre casos de violência conjugal existentes nas comunidades rurais consideradas. Após seis meses de imersão em campo foram realizadas entrevistas com doze mulheres. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo. A Teoria das Representações Sociais norteou o estudo e principalmente a discussão dos resultados. Observou-se que: as mulheres entrevistadas significaram a violência como o extremo do prejuízo produzido ao outro, relacionando a ideia de violência à morte e agressão física; a violência psicológica e física destacaram-se dentre os tipos de violência sofrida; o álcool e o ciúme do agressor foram apontados pelas mulheres como fatores associados à violência; a mãe foi mencionada como o principal apoio das mulheres; todos os filhos presenciavam e sofreram a violência vivida pelas mulheres, em suas diferentes formas de manifestação. Além disso, observou-se que as mulheres desenvolveram diferentes estratégias de sobrevivência diante das experiências de violência que vivenciam cotidianamente. Ademais, diante da experiência nas comunidades consideradas e contato com as mulheres entrevistadas fez-se necessário discorrer sobre o processo de fazer pesquisa, com destaque para a imersão em campo e para a realização das entrevistas, discussão que compõe o terceiro artigo dessa tese.

Palavras-chaves: violência conjugal; mulher, ruralidades.

ABSTRACT

Martins, A. G. (2017). Conjugal Violence in Contexts of Ruralities: a study with rural women from communities in the interior of Minas Gerais. PhD Thesis, Post Graduation Program in Psychology, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte / MG.

The present work is about a doctoral research carried out with rural women from communities in the interior of Minas Gerais. To carry out the research it was necessary to go through three stages, exposed in the articles that compose this thesis. The first one, presented in the first article, includes a bibliometric review aimed at ascertaining the relationship between domestic violence and alcohol from the periodicals available on the CAPES portal published between 2003 and 2013. The review found that marital violence stands out among the forms of expression of violence, with the woman being the potential victim. In addition, the number of articles that contemplate the conjugal violence in rurality contexts is scarce. In this sense, based on the results of the bibliometric review, a research proposal was developed whose general objective was to understand the meanings of conjugal violence and related practices according to women living in rural communities of two cities in the interior of Minas Gerais, presented in the second article of this thesis. To access the subjects of the study, contact was made with the Basic Health Units (BHU's) that cover the rural areas of the two cities. The Community Health Agents (CHA's) provided information on cases of marital violence in the rural communities in question. After six months of immersion in the field interviews were conducted with twelve women. The interviews were submitted to content analysis. The Theory of Social Representations guided the study and mainly the discussion of the results. It was observed that: the women interviewed represented violence as the extreme of the injury produced to the other, relating the idea of violence to death and physical aggression; Psychological and physical violence stood out among the types of violence suffered; The alcohol and jealousy of the aggressor were pointed out by women as factors associated with violence; The mother was mentioned as the main support of women; All children witnessed and suffered violence experienced by women in their different forms of manifestation. In addition, it was observed that the women developed different strategies of survival in face of the experiences of violence that they experience daily. In addition, in view of the experience in the communities in question and contact with the women interviewed, it was necessary to discuss the process of doing research, especially the immersion in the field and the interviews, which is the third article of this thesis.

Keywords: conjugal violence; woman, ruralities.

RESUMEN

Martins, A. G. (2017). La Violencia Conyugal en Contextos de Ruralidades: un estudio con mujeres rurales de comunidades del interior de Minas Gerais. Tesis de Doctorado, Programa de Postgrado en Psicología, Universidad Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte / MG.

El presente trabajo se trata de una investigación de doctorado, realizada con mujeres rurales de comunidades del interior de Minas Gerais. Para la efectividad de la investigación fue necesario recorrer tres etapas, expuestas en los artículos que componen esa tesis. La primera de ellas, presentada en el primer artículo, comprende la realización de una revisión bibliométrica que tuvo como objetivo averiguar la relación entre violencia doméstica y alcohol a partir de periódicos disponibles en el portal de la CAPES publicados entre los años 2003 y 2013. Con esta revisión se observó que la violencia conyugal se destaca entre las formas de expresión de violencia, siendo la mujer la víctima potencial. Además, el número de artículos que contemplan la violencia conyugal en contextos de ruralidad es escaso. En ese sentido, ante los resultados encontrados en la revisión bibliométrica se desarrolló la propuesta de investigación que tuvo como objetivo general comprender los significados de la violencia conyugal y las prácticas a ella relacionadas según mujeres moradoras de diferentes comunidades rurales de dos ciudades del interior de Minas Gerais, en el segundo artículo de esta tesis. Para acceder a los sujetos del estudio se hizo contacto con las Unidades Básicas de Salud (UBS) que dan cobertura a las zonas rurales, de las dos ciudades contempladas. Los Agentes Comunitarios de Salud (ACS) proporcionaron información sobre casos de violencia conyugal existentes en las comunidades rurales consideradas. Después de seis meses de inmersión en el campo se realizaron entrevistas con doce mujeres. Las entrevistas se sometieron al análisis de contenido. La Teoría de las Representaciones Sociales orientó el estudio y principalmente la discusión de los resultados. Se observó que: las mujeres entrevistadas significaron la violencia como el extremo del perjuicio producido al otro, relacionando la idea de violencia a la muerte y agresión física; la violencia psicológica y física se destacaron entre los tipos de violencia sufrida; el alcohol y los celos del agresor fueron apuntados por las mujeres como factores asociados a la violencia; la madre fue mencionada como el principal apoyo de las mujeres; todos los hijos presenciaban y sufrieron la violencia vivida por las mujeres, en sus diferentes formas de manifestación. Además, se observó que las mujeres desarrollaron diferentes estrategias de supervivencia ante las experiencias de violencia que viven cotidianamente. Además, ante la experiencia en las comunidades consideradas y contacto con las mujeres entrevistadas se hizo necesario discurrir sobre el proceso de hacer investigación, con destaque para la inmersión en campo y para la realización de las entrevistas, discusión que compone el tercer artículo de esa tesis.

Palabras claves: violencia conyugal; mujer, ruralidades.

LISTA DE FIGURAS

Artigo 1: Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica.

Figura 1: publicações por ano em números e porcentagens.....	89
--	----

LISTA DE TABELAS

Apresentação

Tabela 1: informações sobre as mulheres.....	23
Tabela 2: comunidades e informações sócias demográficas.....	25

Artigo 1: Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica.

Tabela 1: tipo de estudo.....	90
Tabela 2: vítimas da violência doméstica.....	90
Tabela 3: agressores.....	91
Tabela 4: tipos mais frequentes de violência doméstica para todos os sujeitos analisados.....	92
Tabela 5: tipos mais frequentes de violência doméstica contra a mulher.....	93
Tabela 6: tipos mais frequentes de violência doméstica contra a criança e adolescente.....	93
Tabela 7: usuários de álcool e/ou outras drogas.....	94
Tabela 8: fatores associados à violência doméstica.....	94

Artigo 2: A violência conjugal em contextos de ruralidade: dos significados às estratégias de sobrevivência.

Tabela 1: Significados da violência, segundo as mulheres entrevistadas.....	118
Tabela 2: Tipo de violência sofrida, segundo as entrevistadas.....	120
Tabela 3: Situações associadas à violência, segundo as entrevistadas.....	122

Tabela 4: Outras pessoas que sabem sobre as situações de violência, segundo as entrevistadas	122
Tabela 5: Rede de apoio e de solidariedade, segundo as entrevistadas.....	124

LISTA DE SIGLAS

ACS: Agente Comunitário de Saúde

AEGRE: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS-AD: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas

CEBRID: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

CNS: Conferência Nacional de Saúde

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

DM: Delegacia de Mulheres

ESF: Estratégia Saúde da Família

FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS: Ministério da Saúde

MST: Movimento sem Terra

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONG: Organização Não Governamental

PIB: Produto Interno Bruto

PPIGRE: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA: Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária

SINAN: Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS: Sistema Único de Saúde

TRS: Teoria das Representações Sociais

UBS: Unidade Básica de Saúde

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ: Universidade Federal de São João Del Rei

USP: Universidade de São Paulo

ZR: Zona Rural

ZU: Zona Urbana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	27
Rural versus Urbano: ruralidades em pauta.....	27
Violência, Gênero e Violência Conjugal.....	39
1.0 Violência.....	39
2.0 Gênero e Violência de Gênero.....	44
3.0 Violência Conjugal.....	49
Violência Conjugal em Contextos de Ruralidade.....	68
ARTIGOS	77
Artigo 1: Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica.....	77
Artigo 2: A violência conjugal em contextos de ruralidades: dos significados às estratégias de sobrevivência.....	106
Artigo 3: Silêncio, diálogo e alteridade: a entrevista como processo reflexivo.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
ANEXOS	169

APRESENTAÇÃO

A escolha da temática abordada nessa tese extrapola o âmbito profissional e perpassa aspectos relacionados as minhas experiências pessoais na ruralidade. Faço parte de uma comunidade rural, na qual convivi durante minha infância e ainda mantenho vínculos fortes. A partir da interação com esses sujeitos e contexto fui tomando conhecimentos de diferentes casos de violência contra a mulher, em suas múltiplas formas de expressão, muitos deles envolvendo mulheres do meu núcleo familiar.

Minha aproximação com a psicologia possivelmente me permitiu identificar as violências vividas pelas mulheres da comunidade, em sua maioria praticada pelo cônjuge. O uso do álcool pelo agressor era comum, o que complexificava ainda mais as situações vividas.

A negligência dos casos por parte da população e pessoas envolvidas e a manutenção das relações violentas me suscitou diferentes incômodos. A partir da minha formação profissional, essas provocações foram adquirindo sentido, embasamento teórico, culminando na proposta da minha tese de doutoramento.

Inicialmente, o projeto de pesquisa a ser desenvolvido tinha como objetivo compreender a violência conjugal em contextos de ruralidade e sua associação com o uso de álcool. Com a finalidade de obtermos mais informações sobre o assunto e saber da pertinência de tal pesquisa, realizamos uma investigação bibliométrica sobre a relação entre violência doméstica e álcool a partir de periódicos disponíveis no portal da CAPES entre os anos de 2003 e 2013. Os resultados encontrados nessa investigação estão expostos no primeiro artigo que compõe essa tese.

Nesse estudo, a violência conjugal destaca-se dentre as formas de expressão de violência. Contudo, é escasso o número de artigos que contemplam a violência conjugal em contextos de ruralidade. Além disso, os resultados da pesquisa apontaram o consumo de álcool como um fator associado à violência e presente, sobretudo, no homem.

Diante dos resultados encontrados a partir da investigação bibliométrica e com base nas sugestões feitas pela banca de qualificação, reformulamos o projeto a ser desenvolvido. Optamos por não contemplar o álcool como objeto principal de pesquisa, em virtude da necessidade de nos dedicarmos à compreensão da violência conjugal em contextos de ruralidade sem partir do pressuposto, da existência do álcool como um fator associado.

Para ampliar nossa compreensão sobre os objetos contemplados nessa tese realizamos uma revisão bibliográfica exploratória sobre os seguintes temas: “rural”, “violência”, “gênero” e “violência conjugal”. O levantamento bibliográfico sobre os temas considerados culminou na produção de três textos, expostos na introdução desse trabalho. O primeiro texto contempla um debate sobre a dicotomia rural versus urbano e chama a atenção para a ideia de ruralidade como uma expressão que valoriza o espaço rural como um campo de análise, como uma forma de se organizar e de se relacionar de diferentes atores sociais. Essa expressão é de fundamental importância para o trabalho aqui desenvolvido. No segundo texto problematizamos as noções de violência, gênero, violência de gênero e contra a mulher, focalizando, sobretudo na violência conjugal. O terceiro e último texto discorre sobre a violência conjugal em contextos de ruralidade, temática em destaque nessa tese.

Após a exposição teórica referente aos objetos de pesquisa, realizada na introdução, são apresentados os três artigos que compõem essa tese. O primeiro, mencionado acima, é nomeado como “Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica” foi submetido à revista Arquivos Brasileiros de Psicologia encontra-se aprovado e em processo de publicação. O segundo artigo, nomeado como “A violência conjugal em contextos de ruralidade: dos significados às estratégias de sobrevivência”, compreende a apresentação da pesquisa propriamente dita e tem como objetivo: compreender os significados da violência conjugal e as práticas a ela relacionadas segundo mulheres moradoras de diferentes comunidades rurais de duas cidades do interior de Minas Gerais. As zonas rurais das duas cidades consideradas se encontram, compondo um mesmo território. O terceiro artigo intitulado “Silêncio, diálogo e alteridade: a entrevista como um processo reflexivo” apresenta reflexões sobre o processo de fazer pesquisa, com destaque para a imersão em campo e a realização de entrevistas.

Para acessar as comunidades rurais e mulheres a serem entrevistadas foi feito contato com as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) bem como com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACSs). A UBS é a principal porta de entrada e contato dos usuários com a rede de atenção à saúde. É um dispositivo criado a partir da Política Nacional de Atenção Básica, pautada nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua maioria, adotam a estratégia saúde da família (ESF) como modelo norteador. Esta visa reorganizar a atenção básica a partir dos preceitos do SUS, sendo o território o ponto central da estratégia. As UBSs estão localizadas próximas das pessoas, em espaços onde se processa o dia-a-dia dos usuários, o que permite a criação de vínculos entre a equipe multiprofissional e as pessoas que procuram pelo serviço, além de possibilitar aos profissionais conhecerem a realidade dos

usuários e levarem em consideração os diversos fatores que interferem na saúde dos sujeitos. A partir da lógica do território os profissionais passam a ser referência para as pessoas, cria-se um vínculo entre profissional e paciente que contribui para a continuidade e resolutividade das questões relacionadas à saúde (Ministério da Saúde, 2012).

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ocupam papel fundamental para a manutenção do vínculo entre os usuários e a UBS. Os ACSs devem residir no mesmo território em que se localiza a UBS, o que permite ao profissional conhecer a realidade das pessoas que vivem naquele contexto, a dinâmica das relações, proporcionando maior facilidade de acesso dos ACSs até as pessoas e conseqüentemente até as UBS. Ou seja, esse profissional é o elo entre a comunidade e a UBS. A partir das visitas cotidianas, o ACS reúne informações sobre a comunidade onde atua, orienta as pessoas, discute casos, sempre com a supervisão da enfermeira responsável por determinada UBS. Sendo assim, os ACSs atuam na prevenção e promoção da saúde a partir da lógica do território, contemplando as diversidades que nele existem (Portaria Nº 2.488, 2011).

Para apresentar o projeto de pesquisa e obter informações sobre casos de violência conjugal nas comunidades rurais contempladas, foram realizadas algumas reuniões com as ACSs e enfermeira responsável. Algumas ACSs não aceitaram participar da pesquisa e fornecer informações sobre os casos que acompanham, por considerarem um assunto íntimo e sigiloso. No total foi possível acessar trinta e quatro casos. Em todos estava presente a violência física. Esse tipo de violência, por causar maior ressonância social, facilita sua identificação. Em três casos as ACSs não recomendaram a visita em decorrência dos comportamentos hostis dos cônjuges. Desse modo, foram visitadas trinta e uma casas, sendo possível realizar

doze entrevistas. As condições de acesso aos sujeitos são relatadas no terceiro artigo da tese.

Nesse sentido, as ACSs (na pesquisa todas as ACS eram mulheres) atuaram como mediadoras do acesso às comunidades e às mulheres rurais. A convivência com as ACSs, possibilitada pela pesquisa, mostrou que elas sabem detalhes da vida das pessoas da comunidade e se tornam referências para os mesmos. Em decorrência da dificuldade de acesso dos moradores rurais a bens e serviços encontrados apenas na cidade, elas atuam também como ponte entre a comunidade rural e a zona urbana. Além disso, cumprem a função de “conselheiras”. Escutam queixas diversas, orientam as pessoas sobre onde procurar ajuda ou que atitude tomar, ou simplesmente se posicionam como boas ouvintes.

Para acessar as casas as ACSs o fazem a pé ou de moto. Algumas casas ficam até 30 km de distância da UBS rural, referência da comunidade. Muitas casas não são acessadas de carro ou moto. Nesses casos, é necessário deixar o veículo em algum ponto da estrada e acabar de chegar a pé. Outro ponto de destaque é a distância entre as casas. Algumas residências ficam muito isoladas, podendo chegar a 4 km de distância do vizinho mais próximo. A extensão territorial das comunidades contempladas contribui para essa realidade. Todas as ACSs se queixaram da dificuldade de deslocamento até as casas, da distância percorrida, das condições das estradas, o que interfere no trabalho oferecido.

Como pode ser observado na Tabela 1, as mulheres que participaram das entrevistas tinham idades que variavam entre vinte e cinco e sessenta e sete anos, com graus de escolaridade entre primeira série do ensino fundamental e curso técnico, sendo que uma mulher não frequentou a escola. O tempo de relacionamento com os parceiros variou entre três e quarenta e seis anos e o

número de filhos entre um e nove. Sete mulheres sempre residiram na zona rural. As outras cinco vivem na zona rural por período de tempo que variou entre um e dezoito anos.

Todas as entrevistadas são responsáveis pelos trabalhos domésticos, que incluem cuidar da casa, dos filhos e das plantações. Em todas as casas visitadas havia plantações e hortas para consumo próprio. A forma como o camponês se relaciona com a terra, retirando dela seus bens alimentícios, e o trabalho do cotidiano expressam o modo de vida rural. A natureza é algo de grande valor e estima para eles (Carneiro, 1997).

Para além dos cuidados com a casa e plantações, cinco mulheres relataram que trabalham para fazendeiros como roçadeiras. Duas disseram que produzem queijo para vender e fazem objetos de pedra sabão e uma mulher disse que atua como técnica de enfermagem na Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua comunidade. Nos casos em que trabalham fora de casa, como roçadeiras, recebem menos que o homem pelo mesmo trabalho realizado. As mulheres recebem 15 reais pelo dia de trabalho e os homens 25 reais. Quando questionadas sobre outras atividades das quais participam na comunidade, todas mencionaram atividades na igreja católica.

Os cônjuges das entrevistadas trabalham em sua maioria com “bicos” em carvoarias localizadas na região, como roçadeiros, em canaviais de cana de açúcar ou em plantações de batata. Apenas um cônjuge trabalha na cidade, com “carteira assinada”.

Tabela 1: informações sobre as mulheres

Nome ¹	Idade	Escolaridade	Tempo de relacionamento (anos)	Nº de Filhos	Provedor Financeiro	Tempo que mora na zona rural (anos)
Meire	67	3º série*	46	9	Ela (aposentada)	67
Teca	61	2º série*	32	2	Ela e cônjuge.	61
Lúcia	42	2º série*	27	8	Cônjuge **	42
Eva	36	4º série*	11	2	Pais **	36
Lurdes	38	1ºsérie*	19	5	Cônjuge **	38
Vera	39	Analfabeta	17	3	Cônjuge **	39
Cleusa	27	1º ano do ensino médio	6	2	Ela e cônjuge **	1
Vilma	62	4º série*	43	3	Ela e cônjuge.	8
Rosa	25	8º série*	12	3	Ela **	5
Helena	44	Técnica em Enfermagem	18	1	Ela **	18
Clara	49	3º série*	16	3	Cônjuge	49
Alda	24	8º série*	3	2	Cônjuge **	1

*referente ao ensino fundamental **recebe bolsa família

Algumas informações sociodemográficas sobre as comunidades consideradas foram fornecidas pelas ACSs, como pode ser observado na Tabela 2. Destaca-se que, dentre as dez comunidades visitadas, cinco delas não possuem saneamento básico. Nas comunidades que possuem, nem todas as casas são contempladas. As casas que não possuem saneamento básico também não apresentam água encanada e banheiros. As pessoas usam fossas ou fazem suas necessidades fisiológicas a céu aberto. O consumo de água não filtrada por parte da população é preocupação recorrente entre as ACSs que ensinam os moradores estratégias como coar a água e fervê-la antes do consumo. Observa-se que as comunidades com a maioria das casas com saneamento básico possuem proximidade geográfica com a cidade, o que facilita o acesso a esse serviço. São recorrentes entre as entrevistadas queixas no que se refere à falta de saneamento básico, principalmente

¹ Nomes fictícios.

sobre a qualidade da água que consomem e a falta de energia elétrica em algumas casas.

Queixam-se também das condições de isolamento em que se encontram em decorrência da carência de transporte público. A maioria das mulheres entrevistadas disseram que precisam caminhar muitos metros e até mesmo quilômetros para ter acesso ao ponto de ônibus, onde passa ônibus duas vezes ao dia, pela manhã e no final da tarde. Em alguns casos, contam apenas com transporte uma vez por semana. As mulheres relataram também as longas caminhadas feitas diariamente para levar os filhos ao ponto onde passa o ônibus ou van escolar oferecido pela prefeitura. Uma mulher mencionou que a filha está sem ir à escola por falta de transporte, visto que a van fornecida pela prefeitura não contempla a região em que mora. A escassez de meios de transporte e a extensão territorial das comunidades consideradas contribuem para a dificuldade de acesso às zonas urbanas, bem como a bens e serviços encontrados apenas na cidade. As mulheres mencionaram precisar ir até a cidade para pagar contas, comprar remédio, ir ao médico (em caso de especialidades que não existem nas UBSs rurais), fazer compras de alguns alimentos que não conseguem produzir na roça. Em decorrência das limitações citadas, elas relataram que solicitam o pagamento de algumas contas e a compra de remédios para as ACSs. Para comprar alimentos, se deslocam até a zona urbana mais próxima geralmente uma vez a cada 2/3 meses. Algumas mulheres relataram ficar mais de um ano sem sair da roça, pois quem faz esse tipo de serviço é o cônjuge. O relato dessas mulheres mostra a dependência que a zona rural possui da zona urbana no que concerne ao acesso a bens e serviços e expressa a negligência das políticas públicas para com a zona rural.

Tabela 2: comunidades e informações sociodemográficas

Comunidade ²	Nº de Casas	Nº de Pessoas	Casas sem saneamento básico	Casas sem filtro de água	Casas sem energia elétrica
Coqueiral	21	87	21	7	0
Riacho	11	52	11	5	0
Leôncio	7	36	7	7	0
Matadouro	41	160	41	12	0
Campo Belo	17	101	17	0	3
Tamboril	55	248	5	3	1
Água Clara	19	67	8	5	0
Carmelo	16	74	5	3	2
Matoso	39	158	3	2	0
Oliva	17	89	6	0	4

Diante das informações aqui apresentadas e das questões expostas e problematizadas nos artigos, também defendemos nessa tese a valorização do povo da roça no que concerne à maior visibilidade dos problemas enfrentados, com destaque para a violência sofrida pelas mulheres, sobretudo a conjugal. De acordo com Scott, Rodrigues e Saraiva (2010), a infraestrutura da zona rural foi e ainda é um tema de destaque nos movimentos sociais em que as mulheres rurais se vinculam e estão associados à complexidade da violência conjugal em contextos de zona rural.

Referências Bibliográficas:

Carneiro, M, J (1997). Ruralidades: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*, Natal.

Recuperado em 13 de agosto de 2015, de:

<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>

² Nomes fictícios.

Ministério da Saúde (2012). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: *Ministério da Saúde*. Recuperado em 14 de janeiro de 2016, de: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 (2011). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *República Federativa do Brasil*. Brasília. Recuperado em 14 de janeiro de 2016, de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed. Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 10 de fevereiro de 2015, de: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf

INTRODUÇÃO

Rural versus Urbano: ruralidades em pauta

Os termos rural e urbano, geralmente, suscitam nas pessoas ideias opostas. O rural como o espaço da involução, do atraso e o urbano como o do desenvolvimento, das transformações e da modernidade (Biazzo, 2008). A partir dessa perspectiva, é destinado o lugar da agricultura ao rural e a industrialização ao urbano. Outras diferenças também são apontadas, no que diz respeito às atividades ocupacionais desenvolvidas, ao ambiente natural, ao tamanho da comunidade e à densidade populacional (Reis, 2006).

Um dos critérios mais recorrentes para diferenciar o rural do urbano é a dimensão da população, sendo que cada país define até que ponto uma comunidade pode ser considerada urbana. Critérios como a densidade demográfica e a proximidade com grandes centros urbanos também são utilizados nas definições. Existem casos, como exemplo a França, que considera rural qualquer aglomerado com menos de 2.000 habitantes independente das atividades que desenvolvem e da forma como se relacionam (Wanderley, 1997).

No caso do Brasil, os domicílios são registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de sua condição de rural ou urbano. São identificados como urbano os municípios sede e que possuem funções políticas administrativas independentes das atividades desempenhadas. São considerados rurais os aglomerados que não se envolvem na política administrativa e estão mais dispersos dos centros municipais (Wanderley, 1997).

Nesse sentido, a definição do IBGE apresenta o rural e o urbano como dois polos que se distinguem a partir de uma perspectiva política, sendo a zona rural (ZR)

o lugar da precariedade social, dependente da zona urbana (ZU) para resolver quaisquer problemas de ordem política administrativa e ter acesso a diferentes serviços. Sendo assim, para se pensar o rural precisamos ter como base o urbano. Caso a ZR consiga sua ascensão política, ela deixa de ser ZR para tornar-se urbana (Wanderley, 1997). “Neste contexto, a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades” (Wanderley, 1997, p.3).

O debate mais intenso sobre as diferenças entre rural e urbano aparece a partir da segunda metade do século XX. Os primeiros estudos, iniciativas principalmente da sociologia, apontavam rural e urbano como categorias opostas, baseado-se em uma visão dualista de involução/evolução, como apresentado acima. Essa perspectiva atribuía à ZU a possibilidade de acesso à educação, saúde, trabalho e uma série de produtos. Baseado na justificativa de uma “vida melhor” ofertada pela ZU, ocorre nesta época um fenômeno nomeado como êxodo rural, o que gera um inchaço populacional urbano em muitas cidades (Biazzo, 2008).

Contudo, a dicotomia entre rural e urbano passa por algumas mudanças a partir da introdução da tecnologia nos espaços rurais. A presença da tecnologia na ZR ocorre em decorrência dos avanços tecnológicos conquistados principalmente pela segunda guerra mundial, e a aplicabilidade da mesma em diferentes esferas da vida, sobretudo nos meios de produção. A presença da tecnologia no campo, principalmente na forma de tecnologia agrícola, possibilita maior visibilidade para a ZR, gerando debates nomeados como “urbanização do rural”. Entretanto, nem todas as regiões consideradas rurais foram atingidas pela “urbanização”. A ascensão tecnológica da ZR não garantiu o acesso a bens e serviços e não resolveu

problemas relacionados ao isolamento político, social e econômico da ZR (Biazso, 2008).

A presença da tecnologia na ZR e as mudanças ocasionadas mostram que a visão tradicional sobre rural e urbano, como duas entidades opostas e isoladas, já não era suficiente para compreender esses dois contextos. O fim da dicotomia entre campo e cidade é proposto pela perspectiva do *continuum* rural-urbano. Essa perspectiva se divide em duas referências: a) a “urbano centrada”, em que o urbano exerce forte influência sobre o rural, contribuindo para o fim da nítida fronteira entre os dois espaços por um processo de urbanização do campo, resultando no fim da realidade rural com suas características distintas; b) a segunda entende que a relação entre rural e urbano, mesmo que permanente e necessária, não exclui as particularidades entre os dois polos e não representa o fim do rural. São espaços de construção de múltiplas identidades a partir das representações sociais que compartilham (Wanderley, 2001).

Para Wanderley (2001), o mundo rural possui particularidades próprias no que diz respeito a sua história, cultura, aos modos de vida diversos. Além disso, ele deve ser pensado também como um espaço físico com suas peculiaridades. A forma como a terra é usada, a água é apropriada, o espaço natural é preservado, como as pessoas se organizam a partir do território que ocupam e das atividades que desempenham configuram o rural também como espaço humano e social. Contudo, não se trata de uma configuração única, passível de ser generalizada. São diferentes situações que compõem divergentes contextos rurais, o que nos remete à expressão “ruralidade”, de fundamental importância para o trabalho aqui desenvolvido.

A expressão ruralidade surge em meados da década de 1980 e remete ao estilo de vida do rural a depender de cada contexto. Essa expressão valoriza o espaço rural como um campo de análise e passa a compreendê-lo como experiência, como uma forma de se organizar e de se relacionar de diferentes atores sociais a partir de cada comunidade estudada. Sendo assim, existem ruralidades, no plural por configurar diferentes perfis de relação que passam a ser compreendidos a partir do momento em que o pesquisador se dedica ao seu estudo. A ideia de ruralidade permite pensar o rural como uma complexidade e não como uma categoria classificatória e estigmatizante. Surge como forma de valorização do campesinato e na tentativa de romper com a ideia dos dois polos: rural *versus* urbano (Biazzo, 2008).

Sendo assim, rural e ruralidade tornaram-se objetos de estudo na contemporaneidade. Estudiosos se dedicam a compreendê-los a partir de diferentes perspectivas teóricas e na inserção em comunidades específicas. Nesse contexto, é possível citar como exemplo o trabalho desenvolvido por Bonomo (2010) que tem como objetivo “identificar, descrever e analisar a identidade social de membros de uma comunidade rural do Espírito Santo”, levando em consideração as ruralidades em que estes sujeitos estão inseridos (Bonomo, 2010, p.15). Outro trabalho que merece destaque e está relacionado às definições problemáticas de rural e urbano é a pesquisa desenvolvida por Blume (2004). Ele discorre sobre a ideia de território como categoria de análise para compreender as concepções de rural e ruralidades. Bonomo (2010) apresenta uma abordagem psicológica sobre o tema enquanto Blume (2004) recorre à perspectiva da geografia como área de conhecimento.

O debate até aqui apresentado mostra a importância de não generalizarmos uma tipologia específica para a ZR, e sim considerar as ruralidades que compõem o

contexto brasileiro. Contudo, como apontado por Wanderley (2004), é necessário considerar algumas questões quando se trata de estudar o rural e o urbano no Brasil: a) o acesso aos bens e serviços, sobretudo públicos; b) a cultura dominante e as relações de trabalho; c) a forma como se apropriam e cuidam do espaço físico e natural; d) as formas de ocupação do território. Considerar esses pontos nos permite contemplar as pluralidades que compõem as diversas ruralidades. Lembrando que o universo rural não deve ser visto como isolado, com uma lógica própria que exclui a zona urbana: admite-se que “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (Wanderley, 2001, p.3).

Para Wanderley (2001), ao estudar as ruralidades é necessário compreender de forma ampla a relação da comunidade rural com a ZU e vice versa. Existem casos em que a ZR está excluída do acesso a bens e serviços disponíveis na ZU em decorrência da distância física e/ou da falta de transporte público ou privado. Essa realidade é comum em muitas regiões brasileiras, o que contribui para o maior isolamento da ZR. Existem casos em que o próprio município, considerado urbano, não abriga todos os serviços de que tem direito, o que configura uma situação de precariedade da ZU e ZR. Nos casos que a ZU oferece os bens e serviços necessários é comum que os moradores da ZR se apropriem da cidade como espaço de dependência.

Mesmo nos casos que a ZR encontra na ZU acesso a bens e serviços não é possível afirmar que as necessidades da ZR são respondidas em sua amplitude. A realidade de muitas comunidades rurais reflete o esquecimento das políticas públicas para com esses territórios, o que ainda contribui para o êxodo rural e para a

dependência da ZU (Nunes & Pinto, 2009). Situações como falta de água tratada e encanada, eletricidade, banheiros, cuidados voltados ao saneamento básico são escassos em algumas comunidades rurais, como é o caso da comunidade estudada no trabalho aqui desenvolvido.

Para evitar o êxodo rural e chamar a atenção para a ZR como um espaço de produção, criação e desenvolvimento, com suas especificidades, assim como a ZU, foram desenvolvidas algumas políticas públicas específicas para atender as necessidades da ZR, como, por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ProJovem Campo – Saberes da Terra (Sousa & Fonseca, 2011; Mazzini & Oliveira, 2010; Hidalgo & Mikolaiczuk, 2012). Além disso, é possível reconhecer a preocupação apresentada pela Constituição Cidadã de 1988 em garantir o respeito às diferenças regionais e culturais. A partir desse marco legal, as experiências de vida da ZR são convocadas a serem compreendidas a partir do seu contexto, na construção de políticas públicas que visem atender às necessidades da ZR e transformá-la a partir de suas demandas reais (Nunes & Pinto, 2009).

Contudo, muitas comunidades rurais ainda vivenciam o completo abandono das políticas públicas, situações de isolamento social e escassez de recursos. Essa realidade incita a organização de movimentos sociais no campo com o objetivo de transforma-lo e contemplar os direitos dos sujeitos que nele vivem sem culminar no desaparecimento do rural. Os movimentos sociais rurais lutam por escolas rurais, pelo fortalecimento dos sindicatos, pela formação de associações e cooperativas, por movimentos em prol da força feminina, da luta pela posse da terra, dentre outros. Todos com o objetivo final de manutenção de modos de vida rural. Esses

movimentos almejam pela conquista dos direitos da comunidade camponesa a fim de evitar seu desaparecimento (Bonomo, 2010).

Outro ponto que merece destaque ao se estudar o rural refere-se à cultura dominante e às relações de trabalho. Para Biazzo (2008), a cultura rural é representada pelo campesinato e pela organização familiar de produção. A cultura camponesa tradicional é preservada pela microprodução, coesão familiar, pelas divisões de tarefas dentro da família a partir de uma perspectiva de gênero, sendo destinados diferentes papéis sociais e de trabalho ao homem e à mulher. Os filhos também ajudam nos afazeres domésticos e na lida com a terra e animais.

Outra característica presente na maioria das comunidades rurais diz respeito à distância entre as casas, o que permite uma maior privacidade familiar. A troca de contato, informações e experiências com pessoas para além das que vivem no mesmo lar ocorre no cotidiano de trabalho e nas festividades da comunidade. A cultura de respeito pela privacidade familiar é algo forte em muitas ruralidades (Wanderley, 2004).

A cultura camponesa tradicional também está marcada pela repetição na maneira de fazer e produzir. As formas de produção e certos costumes se mantêm por gerações como expressão de respeito e propagação das raízes rurais. Elementos tradicionais estão presentes na forma como os sujeitos se organizam para lidar com a terra, cuidar dos animais e se relacionarem. Esta forte ligação com a tradição, com a forma de organização e produção dos antepassados pode gerar resistência às mudanças. Contudo, apesar de ser importante fazer essas considerações não podemos congelar a figura do camponês como algo estático e generalista, incapaz de responder as mudanças da sociedade (Biazzo, 2008).

Além disso, vale salientar a presença de moradores da ZU na ZR com a aquisição de residências para passar temporadas de férias ou os fins de semana, o que contribui para novas formas de trabalho na vida do camponês, como prestação de serviços domésticos. A valorização da terra, o contato com a natureza e a qualidade de vida do camponês tornam-se cada dia mais almejados, devido à crise ambiental vivenciada na contemporaneidade. A ZR como palco de qualidade de vida está presente no imaginário dos moradores da ZU que almejam ar puro, silêncio, contato com a natureza. Essa perspectiva valoriza a ZR e contribui para sua visibilidade e conseqüente desenvolvimento. Muitos cidadãos residentes na ZU resolveram apostar na ZR como opção de vida. Esses sujeitos motivados por valores presentes no mundo rural são nomeados de “neo-rurais”. Contudo, não apresentam o mesmo tipo de relação do camponês, que teve sua identidade construída na ruralidade, com a terra. Geralmente esses sujeitos levam para a ZR a ideologia burguesa, com a qual possuem maior familiaridade (Carneiro, 1997).

A relação dos sujeitos rurais com o território é de fundamental importância para compreendermos as ruralidades. Para o camponês, o território é onde ocorre toda a dinâmica da ruralidade, é o que permite a sobrevivência do trabalhador rural. A forma como o camponês se relaciona com a terra, retirando dela seus bens alimentícios e o trabalho do cotidiano, expressa o modo de vida rural. A natureza é algo de grande valor e estima por parte do camponês. Dependem dela para o trabalho do dia-a-dia e para a obtenção dos bens alimentícios, desde a fruta e o ovo que estão presentes na mesa do camponês à mandioca usada para a produção de farinha e biscoitos. Nem todos os moradores rurais possuem acesso à terra. Muitos deles trabalham para grandes proprietários que veem na ZR a possibilidade de produção e ascensão social (Carneiro, 1997).

É no território que ocorre toda a dinâmica social. É nele que os povos rurais encontram seu sustento e onde se travam as relações sociais e culturais que legitimam um espaço enquanto rural. As formas como as pessoas se relacionam, os valores, costumes, regras implícitas e explícitas, as relações de trabalho, a forma de se relacionar com a natureza e a maneira como os espaços físicos são explorados e construídos ocorrem no território e revelam a singularidade de cada comunidade rural (Wanderley, 2004).

Sendo assim, em decorrência das diferentes influências na ZR e do histórico singular de cada região rural, não é possível falar de uma só cultura camponesa conservadora e tradicional. Apesar da manutenção de determinados valores e condutas em algumas comunidades, cada ZR foi afetada a seu modo pela industrialização, globalização, estreitando os laços entre a ZR e a ZU. A ampliação das relações da ZR com a ZU nos leva a considerar as ruralidades como em constante processo de produção, invenção, desconstrução e reconstrução com a incorporação de novos valores, técnicas, condutas, gostos. Um constante processo de construção de identidades sociais (Carneiro, 1997).

É a partir da compreensão do rural como estilos de vida que o estudo em questão é proposto. Viver em um mundo rural ou urbano contribui para a construção identitária do sujeito, pois o mesmo compartilha de um sistema de normas e crenças específicas, caracterizado por projetos de vida diferentes, próprios daquele lugar. O sujeito aprende a ser camponês ou urbano, a pertencer a certo contexto e estilo de vida (Carneiro 1997).

Referências Bibliográficas:

Biazzo, P.P (2008). Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. *Geo UERJ*, 18 (1). Recuperado em 10 de agosto de 2015, de: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/16.pdf>

Blume, R (2004). *Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado em 02 de agosto de 2015, de: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4671/000458631.pdf?sequence=1>

Bonomo, M. (2010). Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias. *Tese de Doutorado em Psicologia*. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Recuperado em 05 de julho de 2015, de: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2477_.pdf

Carneiro, M, J (1997). Ruralidades: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*, Natal. Recuperado em 13 de agosto de 2015, de: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>

Hidalgo, A, M & Mikolaiczuk, F. de. A. (2012). Análise da Implementação de Políticas Públicas para a Educação do Campo a partir do Programa Territórios da Cidadania e do Programa Projovem Campo- Saberes da Terra. *IX ANPED. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Recuperado em 10 de agosto de 2015, de:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacion_al/Trabalho/01_16_36_711-6492-1-PB.pdf

Mazzini, E. de. J. T & Oliveira, S. M. de. (2010). Políticas Públicas para o Campo: Desafios da Produção e da Organização da Agricultura Familiar. *VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural*, Porto de Galinhas.

Nunes, C.C & Pinto, V. P. dos S. (2009). *Campo, Cidade, Urbano e Rural: Categorias e Representações*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado em 02 de agosto de 2015, de: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Carla%20Cristiane%20Nunes.pdf>

Reis, D. S. dos. (2006). O Rural e o urbano no Brasil. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 15*. Anais. Caxambu (MG), p. 01-13. Recuperado em 02 de agosto de 2015, de: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf

Sousa, E.G.de & Fonseca, M. D. da. (2011). Políticas Públicas Voltadas ao Homem do Campo – o PRONAF em Bananeiras – PB. *Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal*. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Economia. Recuperado em 04 de agosto de 2015, de: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/politicas_publicas_voltadas_ao_homem_do_campo_a_o_pronaf_em_bananeiras_pb_1343915517.pdf

Wanderley, M. de N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 04 de agosto de 2015, de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

Wanderley, M. de N. B. (2004). Olhares sobre o rural brasileiro. *Raízes*. Campina Grande, 23 (01), 82–98, jan./dez. Recuperado em 04 de agosto de 2015, de: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf

Wanderley, M. de N. B. (1997). O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: *Encontro Anual da ANPOCS*. 21. Mesa - Redonda. Caxambu: UFMG, p.1-12. Recuperado em 04 de agosto de 2015, de: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5213%20&Itemid=360

Violência, Gênero e Violência Conjugal

1.0 Violência

O fenômeno da violência, considerado problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que assola o mundo todo, manifesta-se de diferentes formas e naturezas e possui causas variadas. Encontramos violência no trânsito, dentro dos lares, nas escolas, em diferentes instituições, na rua, nas guerras; seja ela explícita, implícita ou silenciada (Minayo, 1994).

Para a OMS (2002), violência é compreendida como o uso da força e/ou poder de forma indireta ou direta que resulta em sofrimento, dano psicológico, prejuízo no desenvolvimento e/ou privação. Também são incluídos nesses casos as situações de negligência, abandono, omissão, abuso físico, sexual e psicológico, suicídio e violência autoinfligida. Independente da intencionalidade ou das influências culturais, a violência está relacionada à transgressão do bem estar dos indivíduos.

A OMS (2002) apresenta a violência em três categorias: 1) violência autoinfligida, que se divide em comportamento suicida e agressão do sujeito para com ele mesmo; 2) violência interpessoal, que se divide em violência familiar e entre parceiros íntimos, e violência na comunidade, que inclui violência entre pessoas desconhecidas; e, por fim, 3) violência coletiva, que se subdivide em violência social, política e econômica. É apresentada ainda a natureza dos atos violentos: física, sexual, psicológica e relacionada à privação e negligência. A violência física diz respeito ao uso da força física contra o outro causando danos ao corpo. A violência sexual refere-se à prática sexual forçada, sem o consentimento de uma das partes. A violência psicológica muitas vezes é silenciosa e até a própria vítima pode ter

dificuldades em identificá-la. Esta é uma das principais formas de violação dos direitos humanos e pode produzir reflexos diretos na saúde mental e física do sujeito. A privação e a negligência, também consideradas como violência, relacionam-se à falta dos direitos fundamentais, de ajuda, de acolhimento.

Como visto, o tema da violência remete a pluralidades, no que diz respeito a suas causas, formas de manifestação e compreensão. Ao se refletir sobre a noção de violência, precisamos levar em consideração as relações nas quais ela se processa, ou seja, depende do contexto social, político, econômico, cultural, afetivo em que o fenômeno emerge (Porto, 2000). Reduzir o termo a uma simples definição nos impede de compreender a complexidade que o perpassa (Hayeck, 2009).

Sá (1999) aponta que quando surge o desejo de produzir prejuízos, de contrariar e lesar o outro, não se trata de instinto agressivo e sim de violência. Nesse caso a situação passa a ser uma questão social, não sendo possível pensá-la sem levar em consideração aspectos sociais que norteiam a conduta humana.

Na tentativa de compreender a violência como uma complexa relação de interação entre fatores sociais, culturais, ambientais e individuais foi desenvolvido o modelo ecológico de violência. Ele não elege nenhum fator como aquele que explica com mais exatidão a violência, mas nos permite vislumbrar a complexidade e ambigüidade do fenômeno. O modelo leva em consideração relações sociais como a vivência com diferentes instituições, normas, regras e crenças. Aqui também cabe salientar as normas culturais presentes de forma implícita na sociedade e que sustentam a violência. Ele ainda nos incita a refletir sobre as características individuais de cada sujeito que aumentam a probabilidade dele se tornar vítima e/ou agressor (traços da personalidade), além de levar em conta as relações pessoais

que o sujeito estabelece aumentando o risco de agredir ou de sofrer agressão (Dahlberg & Krug, 2007).

Michaud (1989), na tentativa de compreender a violência, busca estudá-la a partir de sua origem etimológica. De acordo com ele, a palavra violência tem origem no latim, origina-se do termo “violentia”, que se refere ao emprego da força física. Para o autor, o uso da força apenas se torna violência quando passa do limite, quando rompe alguma norma estabelecida e desorganiza relações. As normas que qualificam um ato como violento ou não variam, podendo “haver quase tantas formas de violência quantas forem as espécies de normas” (p.8). Dessa maneira, a violência é compreendida como uma situação de interação entre pessoas, seja ela de forma direta ou indireta, causando algum tipo de prejuízo físico, psicológico, material, moral ou cultural.

O autor associa a ideia de violência à ruptura de uma norma, a um ato que produz prejuízos justamente por invadir o espaço do outro, por produzir consequências negativas a partir de uma determinada norma reguladora. E ao mesmo tempo revela a ideia de imprevisibilidade contida na noção de violência. Em um mundo em que esperamos a tranquilidade possibilitada pelas leis, a violência aparece como uma completa transgressão, uma instabilidade onde tudo pode acontecer. Sendo assim, Michaud (1989) acrescenta que violência também está atrelada à insegurança, ou seja, a ruptura com a norma gera a imprevisibilidade e conseqüentemente a insegurança.

Para Amoretti (1992), a violência exerce força contra a vontade e liberdade do sujeito. Assim, ele considera a existência de dois grupos de violência: a violência explícita, que como o próprio termo sugere, deixa explícito o sujeito violentado; e a violência implícita, presente no nosso cotidiano e que muitas vezes passa

despercebida, mas que gera consequências tão trágicas quanto a explícita. Neste grupo estão presentes: a miséria, a falta de conhecimento, de informação, os privilégios de uns em decorrência de outros desprivilegiados, a omissão, a negligência, a violência política, econômica e cultural.

Minayo (1994) apresenta três pontos a serem considerados para compreender as formas de manifestação da violência. Para a autora, a violência é um fenômeno dinâmico que compreende a vida em sociedade e faz parte das relações humanas. Para compreendê-la precisamos recorrer a conhecimentos interdisciplinares, pois ela pode ser explicada a partir da biologia, da história, do direito, da psicologia. O primeiro ponto é nomeado pela autora como violência estrutural. Ela está presente, por exemplo, em instituições que se posicionam de maneira opressora, produzindo sofrimento de forma concreta e/ou abstrata. Neste caso, podemos citar como exemplo a família, a economia ou a cultura. O segundo é considerado como violência de resistência, e, como o nome diz, refere-se à tomada de posição dos grupos excluídos e oprimidos pela violência estrutural. O terceiro e último é a violência da delinquência, assim nomeada por compreender uma transgressão à lei. As considerações feitas pela autora foram criadas com fins didáticos, mas, se misturam e se inter-relacionam.

A sociedade contemporânea, mais especificamente a ocidental, é regulamentada por uma lógica econômica-cultural, ou seja, o poder e o controle estão nas mãos das classes mais favorecidas. Como apresentado por Minayo (1994), trata-se de uma violência estrutural produzida pela sociedade que pode gerar consequências como a violência de resistência e a de delinquência.

Chauí (1985) compreende violência como diferenças hierárquicas que culminam em relações de dominação e opressão. Para a autora, as normas sociais

criadas com o intuito de regulamentar e disciplinar os sujeitos são expressões de violência, pois são criadas a partir de interesses diversos e cumprem a função de negação do sujeito. Essa prática é comum de ser visualizada na sociedade a partir das diferenças hierárquicas que permeiam a cultura vigente.

As colocações de Chauí (1985) apresentam a ideia de cidadania como ponto de destaque. Para a autora a prática da violência configura em um sequestro da cidadania. Os processos de exclusão social que negam ao sujeito o direito à prática cidadã, o colocando em uma posição de coisificação e assujeitamento podem ser compreendidos como expressão de violência. A ideia de cidadania também está presente nas colocações de Odália (1985). Para o autor, a violência refere-se ao ato de privar o homem de seus direitos fundamentais, o que compreende muitos aspectos tais como o direito de posse, de obter informações, de ser reconhecido como cidadão, dentre outros.

A partir de Velho (1996) é possível afirmar, ainda, que a violência pode ser percebida como uma forma de linguagem utilizada pelo sujeito. Se não consegue representatividade de uma dada forma, pois é interdito pelas normas e regras sociais, ele recorre à violência como uma forma de expressão, de se comunicar, de obter respeito e reconhecimento, tornando-se uma expressão identitária do sujeito. Nesse sentido, condutas violentas são provocadas a partir de uma situação de intolerância por parte do sujeito diante da negação da cidadania. O risco desse tipo de comportamento social, mediado pela lógica da exclusão *versus* violência está na naturalização de situações de uso da violência como uma forma de rebelar-se, podendo instalar uma cultura da violência.

Minayo e Souza (1998) enfatizam as contribuições das ciências sociais para a compreensão da violência, considerando-a um fenômeno histórico. Para as autoras,

ao estudar violência é necessário estar atento para aspectos relacionados à relação entre sujeito e sociedade, de forma dialética e interdisciplinar, considerando a influência da cultura, dos costumes, crenças e ideologias no comportamento das pessoas. A violência é um problema da ordem social e política e, para compreendê-la, é necessário considerar as condições que a produzem. Para as autoras, o contrário de violência é a cidadania, a valorização do sujeito no contexto em que está inserido.

Como pode ser observada nas ideias dos diferentes autores apresentados (Odália, 1985, Amoretti, 1992, Chauí, 1985, Minayo & Souza, 1998), mesmo que não sejam homogêneas entre si, a violência está relacionada a uma relação desigual de poder e subordinação que gera consequências negativas para o sujeito. No caso da violência de gênero, geralmente, essa relação desigual de poder ocorre entre o homem e a mulher, em decorrência de valores sócios históricos associados aos papéis masculino e feminino.

A fim de compreender a relação entre violência e gênero, o tópico a seguir discorre sobre gênero e violência de gênero, debate que irá sustentar a ideia de violência conjugal, foco dessa pesquisa.

2.0 Gênero e Violência de Gênero

Para Scott (1989), gênero é um elemento que perpassa toda a vida em sociedade, está presente nas relações entre sujeitos influenciando nas suas percepções e condutas. O padrão vigente de gênero depende de cada contexto sócio histórico cultural, ou seja, da ideologia dominante que influencia nas relações entre os sujeitos e na organização social. Sendo assim, gênero é uma categoria que

permite refletir sobre a forma de organização da sociedade. Contudo, não é uma categoria a priori, ela se processa no cotidiano a partir de diferentes relações sociais.

De acordo com Scott (1989), o termo gênero foi usado inicialmente pelas feministas para remeter às diferenças sociais entre os sexos, ou seja, à construção social do masculino e do feminino. Essa relação desigual é permeada pela cultura, pelas estruturas de poder e pelos sujeitos envolvidos.

No processo de compreensão e visibilidade da categoria gênero destaca-se a atuação dos movimentos feministas. No contexto brasileiro, o debate sobre gênero inicia-se na década de 1970 a partir de iniciativas dos movimentos feministas. Tinha como objetivo explicitar as relações desiguais entre homens e mulheres salientando a submissão feminina ao masculino. Nesse contexto, foram debatidos os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, enfatizando a luta pelos direitos femininos. Foi um movimento que marcou a luta em prol da igualdade, denunciando a exclusão feminina e a forma de organização da sociedade (Saffioti, 2001).

No final da década de 1980, o masculino passa a fazer parte do debate. Masculino e feminino são compreendidos como relacionados e as implicações do modelo hegemônico de masculinidade sobre o processo de subjetivação do masculino e do feminino passam a ser discutidos. Sair da perspectiva de vitimização da mulher e ampliar a noção de gênero para uma perspectiva relacional estruturante e organizadora da sociedade representou um avanço, no estudo das relações de gênero (Saffioti, 2001).

Scott (1989) acrescenta que o uso do termo gênero como sinônimo de “mulheres” é recorrente nos estudos feministas da década de 1980. Para a autora, a associação de gênero às mulheres reflete a busca de legitimidade por parte do

feminino. Contudo, essa terminologia não rejeita o universo masculino, mas chama a atenção para o termo, ao passo que o universo das mulheres não existe sem ser articulado ao dos homens.

Os esforços teóricos para se compreender a categoria gênero podem ser resumidos, de acordo com Scott (1989), em três possibilidades de análise teóricas: patriarcado, teoria marxista e a terceira perspectiva que se divide em pós-estruturalista e teoria anglo-americana, ambas inspiradas na psicanálise. A primeira delas busca compreender as origens do patriarcado e propõe o estudo de gênero a partir dessa perspectiva, que concentra sua atenção na subordinação feminina diante da dominação masculina. As diferenças estão na marca do corpo, sobretudo na “obrigatoriedade” feminina de reprodução. Na sociedade patriarcal, o que era restrito ao âmbito privado se estende ao público. A diferença sexual passa a ser expressa via diferença política, culminando em situações de sujeição dos sujeitos femininos.

A segunda posição teórica busca na teoria marxista a compreensão da categoria gênero. Por meio de uma perspectiva histórica, em suas diferentes abordagens, as teóricas feministas marxistas propõem a articulação entre patriarcado e capitalismo para se considerar o termo gênero. A terceira e última posição, dividida em duas correntes teóricas, apresenta as propostas da escola pós-estruturalista e a teoria anglo-americana. As duas escolas, ambas envolvidas em uma proposta psicanalítica se interessam pelo processo de construção da identidade do sujeito e concentram sua atenção nos anos iniciais da criança, os considerando fundamentais para a formação da identidade de gênero. O pós-estruturalismo, por sua vez, enfatiza o papel da linguagem nesse processo, o sistema de signos e símbolos que permeiam a linguagem da criança bem antes de entrar no mundo da fala e conseqüentemente

exerce influências na sua forma de interpretar e lidar com o mundo, estando presentes nesse processo as relações de gênero. A outra escola (Anglo-Americana) considera a experiência concreta do sujeito no processo de formação da identidade de gênero (Scott, 1989).

As propostas das teóricas feministas relacionadas ao termo gênero passaram por mudanças, ao longo dos anos, a depender das influências teóricas e das mudanças que a sociedade enfrenta. De diferentes formas, as feministas lutaram pela ruptura do binarismo masculino versus feminino, contra a ideia de uma dicotomia natural e óbvia. A história da teoria feminista é marcada pela recusa desse binarismo, na tentativa de subversão da ordem de funcionamento e na indicação da categoria gênero como uma constante proposta histórica de análise (Scott, 1989).

Sendo assim, Scott (1989) considera gênero a partir de duas propostas reflexivas que se articulam. O núcleo central da definição baseia-se na ideia de gênero como relações sociais ancoradas pelos sexos, perpassadas por relações de poder. Dentro dessa perspectiva, Saffioti (1997) acrescenta que cada sujeito social, enquanto personagem da trama que perpassa a sociedade e a cultura que estamos inserido, ocupa uma posição específica, marcada por negociações de lugares sociais como estratégia fundamental para a manutenção da vida em sociedade, o que fica visível na relação entre homens e mulheres.

Para Scott (1989), ao se refletir sobre gênero é necessário, ainda, considerar alguns pontos: a) A presença de símbolos disponíveis na sociedade que induz a pensar sobre diferentes representações. Como exemplo, podemos citar Maria como sinônimo de pureza e Eva como de pecado. b) Esses símbolos contribuem na construção de conceitos sociais normativos que permeiam os discursos e práticas cotidianas e estão presentes na religião, educação, política. c) Necessidade de

romper com a ideia de domínio da visão binária de gênero como se fosse uma perspectiva eterna. d) O gênero nos permite acessar a identidade subjetiva do sujeito e compreender formas diversas de interação humana. Para finalizar, a autora considera que gênero tem que ser compreendido a partir da perspectiva de igualdade política e social que inclui também a ideia de raça e classe. As conjunções históricas que perpassam o estudo de gênero apresentam a cada dia novas possibilidades de compreensão do termo, redefinindo antigas questões e apresentado novas propostas de análise.

A partir da perspectiva de gênero enquanto uma categoria histórica e de análise é fundamental compreendermos o ser masculino e feminino como construções coletivas que perdem o sentido fora do contexto que os define. Diante da sociedade na qual estamos inseridos é possível afirmar que vigora uma relação desigual entre masculino e feminino, com o homem ocupando o lugar de poder e controle, o que pode ser visto nos discursos e práticas cotidianas (Amâncio, 1994). Essa configuração social, pautada na ideologia masculina dominante, nos permite compreender os lugares de agressor e vítima atribuídos ao homem e à mulher respectivamente (Saffioti, 1997).

Para Saffioti (2001), mesmo que haja tentativas de trilhar caminhos que rompam com as normas sociais instituídas e a mulher conquiste novos espaços, a categoria social homem continua ocupando lugar de dominação, muitas vezes adquirido a partir da violência. Apesar da existência de casos de violência da mulher contra o homem, eles não são tão frequentes quanto o oposto. Em situações de violência contra a mulher, a maioria das ocorrências são produzidas pelo parceiro, o que se configura como violência conjugal (Schraiber; d'Oliveira; Jr-França; Diniz,; Portella,; & Ludermir, et al, 2007).

Para Grossi, Casanova e Starosta (2004), as razões que levam um homem a agredir uma mulher devem ser analisadas a partir de fatores sociais e psicológicos. Tanto o homem como a mulher incorporam, em seu processo de socialização, condutas a serem desempenhadas que estão diretamente relacionadas à construção da subjetividade desses sujeitos, ou seja, à maneira de se perceberem e atuarem no mundo. Sendo assim, em uma sociedade patriarcal é ensinado ao homem a não ter medo, a estar no controle, rejeitando o que é identificado como feminino: a passividade, a vulnerabilidade, a afetuosidade. Esses aspectos sociais e psicológicos geram influências significativas na forma de ser e estar no mundo, culminando em expressões de violência.

Nesse sentido, é importante salientar que a violência de gênero é, com frequência, compreendida como violência entre o homem e a mulher, sendo na maioria dos casos o homem agressor e a mulher vítima. Contudo, podem existir situações de violência entre mulheres e entre homens (Saffioti, 1999). Nos moldes do trabalho aqui desenvolvido consideramos violência de gênero como a violência praticada entre homens e mulheres. Mais especificamente em situações conjugais.

3.0 Violência Conjugal

Tanto no meio acadêmico quanto na enunciação de políticas e práticas sociais, expressões como violência contra a mulher, de gênero, conjugal, doméstica, intrafamiliar, dentre outras, são usadas muitas vezes com sentidos próximos ou equivalentes. Contudo, os diversos significados de tais categorias têm implicações teóricas e práticas distintas (Almeida, 2007).

Segundo Almeida (2007), a) a expressão “violência contra a mulher” enfatiza o alvo da violência, destaca o lugar da vítima, além de ser um ato unilateral. É a única categoria a ressaltar a vítima em potencial; b) a “violência de gênero” se inscreve em um contexto de relações produzidas socialmente, baseadas em uma matriz hegemônica de gênero, ou seja, de concepções dominantes de masculinidade e feminilidade, gerando disputas de poder simbólicas processadas no espaço social; c) “violência doméstica” “é uma noção especializada que designa o que é próprio da esfera privada [...] Enfatiza, portanto, uma esfera da vida independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação” (2007, p. 23); d) “violência intrafamiliar”, é uma forma de violência que com bastante frequência acontece dentro da família, entre membros com função parental, mesmo sem laço de consanguinidade, e se distingue de violência doméstica porque esta inclui outros membros do grupo, sem parentesco, mas que convivem no espaço doméstico; e) a expressão “violência conjugal”, foco desse trabalho, como o próprio termo sugere, refere-se à violência praticada entre os membros de um casal, que pode se dar por uma única via, de um sujeito em direção ao outro, ou por ambos.

De acordo com Almeida e Soeiro (2010), a violência conjugal é um tipo de violência praticada entre sujeitos que mantêm ou mantiveram relacionamento amoroso. A violência pode ser de qualquer tipo - física, sexual, psicológica, moral, patrimonial; e ocorrer em uma única via ou em ambas. A definição não se limita ao tipo de relacionamento e nem ao sexo.

A violência física diz respeito ao uso da força física contra o outro, causando danos corporais e até mesmo a morte. A sexual refere-se à prática sexual forçada para uma das partes. A psicológica compreende situações que causam prejuízos emocionais e prejudicam a autoestima da vítima. A violência moral é compreendida

como qualquer conduta que configure em difamação do sujeito. Por fim, a violência patrimonial consiste na retenção, controle e/ou destruição de objetos pessoais e recursos econômicos da/o parceira/o (Almeida & Soeiro, 2010).

A relação de proximidade entre agressor e vítima, nos casos de violência conjugal, faz com que ela seja mais recorrente. É um dos tipos mais frequentes em todo o mundo e afeta homens e mulheres de forma diferente. As situações de violência conjugal tendem a seguir uma ordem de ocorrência. Começam com as ameaças verbais, xingamentos e ofensas, progredindo para violência física e sexual, chegando a levar à morte (Saffioti & Almeida, 1995). É um problema de saúde pública no âmbito nacional e internacional (Almeida & Soeiro, 2010).

O relatório mundial sobre violência armada realizado em 2011 revela, a partir de dados da Organização Mundial de Saúde, que entre os 80 países no mundo que participaram do levantamento estatístico, o Brasil ocupa a sétima posição de feminicídio. Está em uma posição pior que os demais países da América do Sul, com exceção da Colômbia, que os países europeus, exceto a Rússia, e todos os países africanos e árabes. É importante considerar que determinantes culturais podem influenciar nesses dados. De acordo com o relatório, altos níveis de feminicídio nos levam a pensar sobre o alto nível de tolerância com relação à violência contra a mulher e a insuficiência das políticas públicas que se dedicam a mudar esse quadro. Mesmo que a Lei Maria da Penha, nº 11.340, promulgada em 2006 tenha possibilitado a diminuição no quadro de violência contra a mulher nos dois anos seguintes a sua promulgação, o ano de 2008 retoma os índices de crescimento nas notificações de casos (Waiselfisz, 2012).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde registrou em 2011, 73.633 atendimentos de casos de violência doméstica³, sexual e/ou outras violências no país, sendo que em 48.152 (65,4%) casos as mulheres eram as vítimas e em 25.481 (34,6%) eram os homens. Sobre o local da ocorrência predomina a residência da mulher, atingindo a marca de 68,8% dos casos. No caso do homem, a residência representa o local de situações de violência em 46% dos casos atendidos pelo SINAN. Com base nesses dados podemos afirmar que é no âmbito doméstico que ocorre a maioria dos casos de violência contra a mulher, sendo que o cônjuge foi apontado como o principal agressor nos casos de mulheres entre 20 e 59 anos, configurando situações de violência conjugal. Nos casos específicos de violência contra a mulher, o SINAN notificou que o espancamento está presente em 56% dos episódios, configurando um quadro de predomínio da violência física. Dos casos notificados, em 51,6% deles os episódios de violência eram reincidentes (Waiselfisz, 2012).

A pesquisa realizada pelo DataSenado sobre Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em 2013 corrobora com os dados apresentados pelo SINAN. O DataSenado constatou que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de agressão. Dentre elas, 31% ainda convivem com o cônjuge agressor sendo que 14% ainda continuam sendo violentadas, o que corresponde a 700 mil brasileiras sendo agredidas (DataSenado, 2013).

Outra pesquisa que apresenta dados próximos dos expostos até aqui é a pesquisa sobre a Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher desenvolvida em 2013 pelo Instituto Avon em parceria com o DataPopular.

³ Apesar do foco do trabalho em questão ser a violência conjugal, em muitos momentos a violência doméstica aparece nos dados de pesquisas aqui apresentados. São termos que se misturam ao se tratar de violência contra a mulher, apesar de serem diferentes entre si.

Participaram dessa pesquisa 1.500 pessoas de 50 municípios brasileiros, contemplando 5 regiões do Brasil consideradas urbanas, sendo que dois terços dos entrevistados eram homens. A partir dos dados da pesquisa foi feita uma projeção e constatou-se que três em cada cinco mulheres jovens já sofreram algum tipo de violência em relacionamentos, configurado como violência conjugal. Além disso, 52 milhões de brasileiros acima de 16 anos admitem ter algum conhecido, parente ou amigo que tenha sido violento com a parceira.

Como pode ser observado nos dados das pesquisas apresentadas, tanto o DataSenado, como o SINAN e o Instituto Avon em parceria com DataPopular, realizaram pesquisas de âmbito nacional que apontam altos índices de violência contra a mulher, sobretudo casos de violência conjugal. Situações de reincidência são comuns, o que nos leva a questionar os fatores envolvidos em situações de violência conjugal para que seja possível pensar em intervenções que gerem resultados na diminuição desses índices e na qualidade de vida das mulheres.

Dantas-Berger e Giffin (2005) consideram a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher e salientam a importância de considerar mediadores sociais como a classe, a raça/etnia, a cultura a qual pertence a mulher agredida, idade, grau de escolaridade, dentre outros aspectos. Assim, as relações de gênero se articulariam com outras questões, o que revela a ambiguidade do tema e os desafios enfrentados por aqueles que se dedicam a estudá-lo e a propor intervenções.

A literatura aponta, ainda, a existência de alguns fatores associados às situações de violência conjugal, o que contribui para a complexidade dos casos, como: o álcool e outras drogas, escolaridade, pobreza, desemprego, associação com pessoas delinquentes, isolamento familiar, presenciamento de violência na

infância ou de abuso, personalidade agressiva e/ou antissocial, problemas mentais. Esses fatores podem estar presentes tanto na vítima como no agressor contribuindo para a ocorrência e manutenção de relações violentas (Day et al, 2003, Diniz, et al, 2003, Silva, 2009, Oliveira et al, 2009, Almeida, 2009).

Algumas ações de enfrentamento à violência, principalmente a partir de iniciativas feministas, vêm ocorrendo de forma frequente, contribuindo para mudanças no cenário da violência. Na década de 1980, os movimentos feministas uniram forças com os organismos de proteção aos direitos humanos. Essa conduta serviu como marco reivindicatório internacional para que cada representatividade legal tomasse as devidas providências. No Brasil, novas políticas públicas e instituições surgiram nos últimos anos com o intuito de responder às demandas. Podemos citar como exemplo a Delegacia de Mulheres (DM); a Secretaria Especial de Política para as Mulheres; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - visa eliminar a discriminação contra a mulher e garantir sua participação política, econômica e cultural - ; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; a construção de Casas Abrigos para acolher mulheres que, por medida preventiva, precisam deixar seus lares; promulgação da Lei nº 10.788/2003, que estabeleceu a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher, atendidos em serviços de saúde públicos ou privados; a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha – que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de outras iniciativas pontuais propostas por movimentos sociais diversos e por organizações não governamentais (ONG's) (Scott, Rodrigues & Saraiva, 2010). É importante salientar uma iniciativa que envolve os homens, a lei nº 11.489/2007 que estabelece o dia 06 de novembro

como o “Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência Contra a Mulher”.

Contudo, a dificuldade de reconhecimento da violência por parte da vítima contribui significativamente para a manutenção e subnotificação dos casos. De acordo com Hirigoyen (2005), se sentir como vítima geralmente está associado ao aparecimento da violência física. Ela gera desconforto, marcas pelo corpo, chamando a atenção da vítima e das pessoas em torno. Na maioria das vezes, a agressão física acontece quando a violência psicológica não surte mais tanto efeito. Entretanto, mesmo em situações em que já ocorrem outros tipos de violência, a psicológica se mantém presente.

De acordo com a autora, apesar de a violência psicológica produzir consequências graves para a saúde dos sujeitos, geralmente ela é de difícil reconhecimento por parte da vítima, assim como a violência sexual. Essa dificuldade de reconhecimento pode estar associada à naturalização de um relacionamento violento, à baixa autoestima das mulheres, à crença no estereótipo da mulher como responsável pela coesão familiar e pela satisfação dos desejos do marido. Esses fatores colocam a mulher em situação de maior vulnerabilidade, dificultam o reconhecimento da vitimização e contribuem para a subnotificação e manutenção da violência.

Situações de pressão econômica e financeira também são recorrentes nos casos de violência conjugal. O agressor usa da dependência financeira para fazer chantagem e manter o sujeito preso no relacionamento. A dependência não se dá unicamente por parte da mulher, podem ocorrer situações em que a mulher é provedora financeira, mas sente-se culpada em deixar o marido dependente. Em ambos os casos, o sujeito se mantém na relação mesmo sendo violenta, por medo

de passar por dificuldades materiais ou em decorrência da dependência do outro (Hirigoyen, 2005).

Há casos, ainda, que mesmo o casal estando consciente da relação violenta insiste em se manterem juntos por uma sensação de dominação sobre o outro. Hirigoyen (2005) menciona situações em que um dos membros do casal é seguido pelo outro, é ameaçado, gerando situações de pânico e podendo culminar em homicídio. Situações como essa também podem ocorrer mesmo após a separação.

É importante salientar que a violência pode não ser frequente em uma relação configurada como tal. De acordo com Grossi et. al, (2004), a relação conjugal pode ser amistosa, afetuosa, calma e perpassada por episódios de violência. Após as brigas, podendo ser apenas verbais ou caminhar para a agressão física, ocorre o período de calmaria. O parceiro pede desculpas, diz que isso não vai se repetir e o casal entra em um período de lua de mel. Esse ciclo costuma ocorrer antes mesmo do casamento e se intensificar após a convivência cotidiana. Pode levar anos para que a vítima tome consciência da situação e busque por ajuda.

Ainda de acordo com as autoras, é comum casos de violência cruzada, em que o homem e a mulher assumem uma conduta violenta, configurando uma disputa de poder na relação conjugal. Podem ocorrer, também, casos em que a mulher agride o marido como resposta à violência sofrida. Contudo, nesse caso, as situações de violência por parte da mulher não são constantes como no caso da violência cruzada. Ela revida, esporadicamente, quando já não suporta mais a situação em que se encontra. Mesmo que sejam pouco mencionados e raros, existem casos em que a violência ocorre unicamente por parte da mulher em direção ao homem.

Em decorrência da violência praticada pelo cônjuge, da impunidade e continuidade dos episódios, é recorrente entre as mulheres a elaboração de estratégias de enfrentamento, na tentativa de romper com a violência vivida, aliviar o sofrimento e de preservação da própria vida. Essas estratégias de enfrentamento dependem de variáveis individuais e ambientais, ou seja, de recursos materiais, crenças, habilidades e apoio social disponível (Costa, 2010).

Em pesquisa realizada por Meneghel et al (2003) foi observado que o apoio do grupo familiar, representado na maioria das vezes pela figura da mãe, irmãs, tias ou vizinhas, é a estratégia de enfrentamento mais recorrente entre as mulheres. Além disso, outras estratégias foram mencionadas pelas participantes da pesquisa, como: a abstinência sexual, a recusa em prestar favores sexuais, o abandono da relação e do domicílio. Costa (2010) acrescenta, ainda, que é recorrente entre as mulheres vítimas de violência conjugal evitar certos assuntos e comportamentos que possam desencadear situações de violência e até mesmo o uso da violência como estratégia de defesa, como já apontado.

Assim como o estudo de Meneghel et al (2003), a pesquisa desenvolvida por Kiss, D'Oliveira, Zimmerman, Heise, Schraiber, Watts (2011) também apresenta que apesar das mulheres vítimas de violência conjugal usarem de alternativas variadas para superar a violência, o apoio familiar é a estratégia em destaque. A referida pesquisa foi desenvolvida no município de São Paulo e Zona da Mata de Recife. Seus resultados mostram que a grande maioria das mulheres que vivem ou viveram situações de violência física por parte do parceiro no município de São Paulo (73,9%) ou na Zona da Mata do Recife (69,3%) conversaram sobre o seu problema com alguém e pediram ajuda. Os pedidos de ajuda à familiares (47,8% em São Paulo e 47,7 na Zona da Mata de Recife), aos amigos e vizinhos (33,8% em São

Paulo e 25,8% na Zona da Mata de Recife) e à família do parceiro (17.3% em São Paulo e 17.6% na Zona da Mata de Recife) apresentou maior frequência se comparados à busca de ajuda na rede formal. Para os autores que realizaram a pesquisa quanto mais grave a violência, maior a procura por apoio, sendo de alta gravidade os casos que chegam aos serviços especializados e/ou aos serviços formais de atendimento.

Em estudo desenvolvido por Lima (2013), que tinha como objetivo conhecer o repertório de estratégias de enfrentamento utilizados por um grupo de mulheres que sofreram violência conjugal no estado do Sergipe, observou-se que as mulheres vítimas de violência conjugal: a) buscam por apoio e suporte em pessoas próximas ou na religião, na forma de aconselhamentos e conversas. b) buscam por tratamento da saúde mental e física em decorrência da violência. c) se envolvem em movimentos e programas que atendem as mulheres vítimas de violência. d) buscam por informações sobre seus direitos na tentativa de interromper a violência. e) aceitam passivamente a violência. f) fogem do agressor.

Em estudo desenvolvido por Fernandes, Gaia, Assis (2014), que tinha como objetivo verificar as Estratégias de enfrentamento da violência em mulheres de Ji-Paraná / Rondônia, foram identificadas as seguintes estratégias de enfrentamento apresentadas em categorias: relacional, social, psicológica, jurídico/legal e religiosa. A categoria relacional refere-se à relação do agressor com a vítima e compreende situações de busca de reconciliação por parte da vítima ou de ruptura com a relação. A categoria social trata-se da busca por ajuda em familiares, amigos e demais sujeitos com quem a vítima mantém relações sociais. A busca por ajuda em outras pessoas pode ocorrer com o intuito de amenizar o sofrimento ou na tentativa de cessar a agressão, ao passo que as pessoas que acolhem a vítima podem ofertar

abrigo, proteção e até mesmo se tornarem testemunhas e realizarem denúncia. A categoria psicológica diz respeito aos meios de apoio psicológico utilizados pelos sujeitos na tentativa de diminuir sua situação de vulnerabilidade. A categoria jurídico/legal diz respeito ao uso de políticas públicas como formas de enfrentamento, como os registros das queixas e as medidas protetivas. A categoria religiosa diz respeito à busca de uma figura divina, ou alguma forma de religião/espiritualidade por parte da vítima, uma vez que ela encontra apoio emocional na religião e em suas crenças para enfrentar a violência cometida pelo parceiro. Contudo, os autores da pesquisa observam que essa posição assumida pela vítima pode dificultar o enfrentamento do problema em questão, pois a crença religiosa pode levar essas mulheres a acreditarem que somente a oração irá combater a violência do agressor. Além disso, as atitudes do agressor podem ser compreendidas como algo de ordem espiritual, desresponsabilizando-o e contribuindo para que as mulheres se sintam culpadas.

Apesar das mulheres relatarem, normalmente, a violência vivida para pessoas próximas, como exposto nas pesquisas, nem sempre elas encontram apoio e solidariedade entre esses sujeitos, principalmente em famílias que se organizam a partir de uma perspectiva patriarcal. Ademais, as famílias mostram uma atitude contraditória visto que apoiam a mulher no seu momento de dor, mas aconselham a permanência na relação, reforçando a posição feminina de subordinação e minimizando os conflitos entre os cônjuges. Ainda assim, mesmo com limitações, familiares e amigos oferecem um espaço de proteção e podem ser, junto com outros serviços comunitários, o principal suporte para resistir às violências. (Meneguel, Bairros, Mueller, Monteiro, Oliveira & Collaziol, 2011).

Referências Bibliográficas:

Almeida, de S. S. (2007). Essa violência mal dita. In Almeida, de S.S (Org.), *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ.

Almeida, I & Soeiro, C. (2010). Avaliação de risco de violência conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII): 179-192. Recuperado em 01 de dezembro, de 2014, em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a13.pdf>

Almeida, M. V. de. (2009). *Violência Conjugal e Álcool: (In) existência de uma relação causal?* Dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Portugal. Recuperado em 05 de agosto de 2014, de: https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/14286/1/Viol%C3%A0ncia_Conjugal_e_Alcool.pdf

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.

Amoretti, R. (1992). Bases para a leitura da violência. In: Amoretti, R (org.), *Psicanálise e Violência*. Petrópolis: Editora Vozes.

Chauí, M. (1985). *Participando do Debate sobre Mulher e Violência*. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar.

Costa, L. M. G. (2010). *Violência Doméstica: vitimização e enfrentamento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Recuperado em 13 de julho de 2014, de: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23015/000741116.pdf?sequence=1>

Dahlberg, L, L; & Krug, E,G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11 (Sup), 1163-1178. Recuperado em 02 de agosto de 2014, de:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232006000500007&script=sci_abstract&tlng=pt

Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005) A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (2), 417-425. Recuperado em 10 de maio de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200008

Day, V. P; Telles, L.E.B; Zoratto, P.H; Azambuja, M.R.F; Machado, D.A; Silveira, M.B. et al. (2003, abril). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, 25 (1), 9-21. Recuperado em 02 de agosto de 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>

Diniz, M.N.F; Lopez, R. L. M; Gesteira, S.M.A; Alves, S.L.B; & Gomes, N.P (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista Escola de Enfermagem USP*, 37(2), 81-88. Recuperado em 02 de agosto de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000200010

Fernandes, G.B; Gaia, V.O & Assis, C. L. de. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22 (2). Recuperado em 15 de agosto de 2016, de: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/4460/4883>

Grossi, P,K; Casanova, M, de, F & Starosta, M. (2004). Grupos para homens que exercem violência conjugal: um desafio no enfrentamento da violência de gênero. In: Strey, M, N; Azambuja, M, P, R, de & Jaeger, F, P. (Orgs.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Hayeck, C, M. (2009). Refletindo sobre violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. 1(1). Recuperado em 20 de agosto de 2014, de: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/8/8>

Hirigoyen, M, F. (2005). A violência psicológica. In: *A violência no casal*. BERTRAND.

Kiss, L; d'Oliveira, A. F.L; Zimmerman, C; Heise, L; Schraiber, L. B & Watts, C. (2012). Brazilian policy responses to violence against women: Government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence. *Health and Human Rights*. 14(1). Recuperado em 29 de julho de 2014, de: <https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/13/2013/06/Kiss-FINAL2.pdf>

Lima, J.S.T (2013). *Estratégias de enfrentamento em mulheres que sofrem violência por seus parceiros*. Dissertação- Mestrado em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes. Aracaju. Recuperado em 15 de agosto de 2016, de: <https://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/arquivos/monografias/Estrategiasdeenfrentamentoemmulheresquesofremviolenciaporseusparceiros.pdf>

Meneghel, S.N; Bairros, F; Mueller, B; Monteiro, D; Oliveira, L, P, de & Colazziol, M.E. (2011). Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(4). Recuperado em 15 de agosto de 2016, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000400013

Meneghel, S.N; Barbiani, R; Steffen, H; Wunder, A.P; Roza, M.D; Rotermund, J; Brito, S & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(4). Recuperado em 10 de setembro de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000400018

Michaud, Y. (1989). *A Violência*. Trad. L. Garcia. São Paulo: Editora Ática.

Minayo, M, C, de S. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10(1), 07-18. Recuperado em 12 de outubro de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci_abstract&tlng=pt

Minayo, M, C, de S; & Souza, E, R, de. (1998). Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde*, Vol. IV (3). Recuperado em 21 de março de 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>

Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília (DF). [Cadernos de Atenção Básica, 8]. Recuperado em 2 de abril , de 2014, de: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Odália, N. (1985). *O que é Violência*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense: Nova Cultura.

Oliveira, J. B; Lima, M.C.P; Simão, M. O; Cavariani, M.B; Tucci, A.M; & Kerr-Corrêa, F. (2009) Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, 26(6). Recuperado em 20 de agosto de 2014, de: <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v26n6/04.pdf>

OMS (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde/OMS. Recuperado em 03 de julho de 2014, de: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>

Porto, M, S, G. (2000). A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Revista. Sociol. USP*, São Paulo, 12(1), 187-200. Recuperado em 19 de abril de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100010

Sá, A. A. (1999). Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1 (2), 53-63. Recuperado em 02 de agosto de 2014, de: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_2/art08.PDF

Saffioti, H. I. B. (2001) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Em L. Q. Moraes, e R. Naves (Orgs.). *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. (pp. 197-221). Campinas, SP: Unicamp.

Saffioti, H. I. B. (1999) Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13 (4), 82-91. Recuperado em 10 de agosto de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009

Saffioti, H. I. B. (1997). Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. Em M. Kupstas (Org.). *Violência em Debate* (pp. 39-57). São Paulo: Moderna. Recuperado em 10 de agosto de 2014, de: <http://docslide.com.br/documents/heleieth-saffioti-violencia-domestica-ou-a-logica-do-galinheirodoc.html>

Saffioti, H & Almeida, S. S. de. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

Schraiber L. B; d'Oliveira A.F.P.L; Jr-França, I; Diniz, S; Portella, A. P; & Ludermir, A. B, et al (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 41(5), 797- 807. Recuperado em 20 de

agosto de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014

Scott, J, W. (1989.). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20 (2), 71-99. Recuperado em 16 de setembro de 2014, de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed. Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 10 de fevereiro de 2015, de: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g_era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf

Senado Federal (2013). *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Secretaria de Transparência. Recuperado em 02 de maio de 2015, de: http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

World Health Organization (WHO). (2002). *World report on violence and health*. Geneva. Recuperado em 25 de março de 2015, de: [http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.p
df](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf)

Silva, M. A (2009). *Prevalência e fatores associados a violência doméstica contra as mulheres assistidas no centro de atenção à mulher –IMIP/Recife/Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Colegiado do Curso de Mestrado em Saúde Materno Infantil do Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira – IMIP, Recife-Pernambuco. Recuperado em 09 de julho de 2015, de: http://www.imip.org.br/site/ARQUIVOS_ANEXO/mestrado%20maria%20arleide;;20071130.pdf

Velho, G; & Alvito, M. (1996). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Waiselfisz, J. J.(2012). Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, SP: Instituto Sangari. Recuperado em 24 de outubro de 2015, de: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf

Violência Conjugal em Contextos de Ruralidade

A violência contra a mulher e, sobretudo, a violência conjugal na Zona Rural (ZR) é um problema social ainda subnotificado e que anseia por respostas e medidas relacionadas a políticas públicas (Scott et al, 2010).

As mulheres rurais são mais submetidas a agressões físicas, psicológicas, sexuais, exclusão econômica e de acesso às políticas públicas se comparadas às mulheres urbanas (Vasquez, 2009). Segundo pesquisa desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, Organização Panamericana da Saúde, Banco Mundial) (1998), no Brasil, os índices de violência doméstica contra a mulher no contexto rural são maiores do que no contexto urbano. O Brasil ocupa o décimo lugar no ranking dos países com maior índice de violência doméstica contra a mulher. Dos quatorze países que participaram da pesquisa, em sete deles o índice de violência na ZR é maior, dentre eles o Brasil. Esses dados podem estar subestimados em decorrência dos fatores que limitam o acesso a informações na ZR, como o silêncio das mulheres, a naturalização da violência e o medo de denunciar (Scott et al, 2010).

De acordo com Faria e Nobre (1997), as mulheres rurais sofrem mais com a invisibilidade social e com a disparidade dos papéis sociais destinados ao homem e à mulher se comparadas com as mulheres urbanas. Dados da Organização Mundial de Saúde (2005) mostram que 37% das mulheres rurais brasileiras sofrem violência física e sexual praticada pelo cônjuge comparado com 29% da zona urbana (ZU).

A pesquisadora Rosani Schiavini, membra do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, realizou em 2002 uma pesquisa com 514 mulheres rurais abordando questões sobre violência contra a mulher, principalmente violência conjugal. Do total das entrevistadas, 34% conhecem alguma mulher que já

foi estuprada, sendo que 25% disseram que o ato ocorreu na própria comunidade. 15% das entrevistadas já foram agredidas fisicamente pelo companheiro, sendo que 53% passaram por episódios de violência verbal e psicológica. 64% das entrevistadas disseram que não têm liberdade de tomar decisão sem pedir licença, sendo que 52% das mulheres agricultoras declararam que normalmente pedem licença ao marido para tomar qualquer decisão. 34% disseram ter sido humilhadas por serem agricultoras (Schiavini, 2002). A pesquisa em questão não é passível de generalização, mas revela a realidade cruel e invisível que mulheres rurais do sul do país vivenciam e que pode se repetir nas demais regiões brasileiras.

A pesquisa intitulada “Violência doméstica e Saúde da Mulher”, realizada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e com a participação do SOS Corpo de Recife, chama a atenção para a relevância e urgência do problema. Trata-se da primeira pesquisa de âmbito populacional realizada no Brasil que alerta para violência conjugal na ZR. Participaram da pesquisa mulheres entre 15 e 49 anos residentes em São Paulo e 15 municípios da Zona da Mata de Pernambuco que contempla áreas rurais e urbanas. As situações de violência vivida pelas mulheres englobam a violência praticada pelo parceiro, pelos latifundiários, pela polícia. No que diz respeito aos dados encontrados na Zona da Mata de Pernambuco, região que contempla a parcela de mulheres rurais da pesquisa, constatou-se que uma em cada três mulheres já sofreu violência física do parceiro. Em São Paulo, os dados apontam que uma em cada quatro mulheres passou por episódios de violência física por parte do parceiro. Das 940 mulheres entrevistadas em São Paulo, 436 citaram pelo menos uma forma de violência praticada pelo cônjuge. Na Zona da Mata de Pernambuco, das 1.188 mulheres entrevistadas, 644 passaram por episódios de violência conjugal

em diferentes formas de manifestação: psicológica, física, sexual, em percentuais mais expressivos do que em São Paulo. Foi relatado pelas entrevistadas da ZR que, em situações de violência, elas buscam socorro entre familiares e amigos da comunidade. Ao se comparar as informações prestadas pelas entrevistadas de São Paulo e da Zona da Mata de Pernambuco constatou-se diferenças significativas no que diz respeito à existência de redes de apoio em situações de violência, nível de escolaridade, número de filhos e condições socioeconômicas. As mulheres rurais desconhecem redes de apoio a situações de enfrentamento à violência situadas no campo, possuem menor nível de escolaridade, maior número de filhos e menor condição financeira do que as mulheres da ZU. Também se destacam os motivos das agressões. 5% dos casos de agressão da Zona da Mata de Pernambuco estão relacionados ao não cumprimento das tarefas domésticas por parte das mulheres, em contraste com 1% das entrevistadas de São Paulo. Aqui cabe refletir sobre o significado do espaço e do trabalho doméstico como de responsabilidade exclusiva da mulher e a rígida divisão de papéis sociais presentes na ZR (Schraiber et al; 2007).

A expressividade dos dados e informações constatados entre as entrevistadas da Zona da Mata de Pernambuco chamam a atenção para aspectos específicos de cada contexto que precisam ser considerados (Naves, 2011).

É possível afirmar que na ZR as relações de gênero são ainda mais desiguais se comparadas com à ZU. A estrutura familiar patriarcal, onde o homem tem o controle sobre a terra e o poder de decidir sobre a vida da mulher e dos filhos, geralmente é aceita sem questionamentos. Na maioria dos casos, ela cuida dos afazeres da casa e pode assumir responsabilidades com o plantio, cuidado com os animais e a produtividade. Contudo, seu trabalho é visto, na maioria das vezes,

como uma ajuda, até mesmo nos casos em que a mulher assume com liderança e qualidade o trabalho rural. O reconhecimento pelo trabalho e labuta da mulher não acontece como deveria. Tal fato gera uma dependência financeira e até psicológica, falta de autonomia, contribuindo para situações de violência e para o silêncio (Saffioti, 2005).

A dinâmica cotidiana da ZR, marcada por uma cultura machista, sexista e patriarcal contribui por acentuar o lugar de submissão da mulher e de supremacia do homem. Os dados apontados pela OMS (1998) sugerem que a cultura patriarcal da ZR associada à precariedade de serviços oferecidos, no que diz respeito a situações de violência conjugal, contribuem para a alta incidência de violência na ZR. A violência está fortemente associada aos hábitos, costumes e comportamentos construídos socialmente e culturalmente, fazendo com que as próprias mulheres encontrem dificuldade de romper com as diversas situações de violência (Scott et al, 2010).

De acordo com Scott et al (2010), no que diz respeito às informações sobre os direitos das mulheres e à existência de instituições de referência, como as Delegacias de Mulheres e de leis que visam coibir a violência contra a mulher, como é o caso da Lei Maria da Penha, a ZR vivencia o completo abandono. Outros fatores, como a distância da ZU, a falta de acesso a informações e a distância entre as moradias contribuem para que a violência continue. Contudo, estudos desenvolvidos por grupos feministas apontam para uma progressiva vinculação das mulheres rurais a movimentos sociais na busca de seus direitos, o que pode gerar mais autonomia para essas mulheres, mas também acirrar os conflitos conjugais culminando em mais violência ou em abandono. Essa realidade de vinculação das mulheres rurais a movimentos sociais ainda não possui abrangência suficiente para

expressar mudanças significativas no cenário feminino rural. Mas configura-se em propostas de ação que demarcam a tomada de consciência de muitas mulheres rurais. Como exemplo, é possível citar a Marcha das Margaridas, que tem como objetivo reivindicar a criação de políticas públicas específicas para as mulheres da ZR, melhores condições de trabalho, além de promover maior visibilidade para as situações vivenciadas pela mulher rural, principalmente no que diz respeito à violência. O nome atribuído à marcha é homenagem a Margarida Alves, assassinada por latifundiários em 1983 (Scott et al, 2010).

O despertar dos movimentos em prol do reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e outras questões que perpassam a vida da mulher rural iniciaram-se em meados da década de 1970, sendo que os anos compreendidos em 1975 e 1985 foram reconhecidos com a Década da Mulher e o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Esses acontecimentos foram fruto dos movimentos feministas que despontaram em todo mundo, incluindo os movimentos das mulheres rurais principalmente no que diz respeito à sindicalização, aos direitos previdenciários e à participação política da mulher rural. O ano de 1985 presenciou 12 encontros em diferentes partes do Brasil sobre Trabalhadoras Rurais, sendo que em 1986 ocorreu em Brasília o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. Esses movimentos que foram ocorrendo ao longo dos anos em diferentes partes do Brasil revelam a organização política das mulheres rurais em busca de seus direitos como trabalhadoras rurais, a luta pela conquista da terra, principalmente como representantes do Movimento sem Terra (MST), preocupações com relação às questões ambientais, à falta de estrutura da ZR e à problematização de outros temas de igual relevância, como a violência sofrida pelas mulheres residentes no campo (Sales, 2007).

É importante salientar a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, que realizou duas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres que culminaram nos Planos Nacionais de Política para as Mulheres I e II. Esses eventos contaram com a participação expressiva de mulheres rurais. A infraestrutura da ZR foi e ainda é um tema de destaque nos movimentos sociais em que as mulheres rurais se vinculam. A qualidade dos domicílios, a locomoção, o acesso a saneamento básico e a políticas públicas ligadas a saúde, educação e assistência social são escassos e prejudicam a vida dos moradores rurais em diferentes esferas. O tema da violência conjugal nos movimentos sociais de mulheres rurais ganha mais força e visibilidade ao longo dos anos, principalmente em decorrência das conquistas de âmbito nacional.

Os anos de 2003 à 2010 revelam avanços significativos no que diz respeito à criação de programas que visam assistir às demandas da mulheres rurais. A partir de iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é possível citar como exemplo a criação, no ano de 2003, do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), que em 2010 passa por uma reformulação sendo denominada Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e que, no final de 2010, foi transformada em uma Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas (Cintrão & Siliprandi, 2011).

A posse da terra por parte das mulheres rurais e o reconhecimento das mesmas como produtoras pode representar uma autonomia financeira e conseqüentemente a ruptura de relações de poder desiguais, principalmente no que se refere à vida privada. Os movimentos sociais em prol da autonomia da mulher na agricultura vão além da conquista de direitos financeiros e de posse, mas tais

elementos são um passo significativo ao combate à violência contra a mulher rural (Scott et al, 2010).

Contudo, o destaque da temática, possibilitada pelos movimentos sociais, não significa a extinção do problema. Os dados das pesquisas aqui apresentadas, como a desenvolvida pela OMS sobre os países que mais possuem violência contra a mulher no âmbito urbano e rural, a pesquisa desenvolvida por Schiavini (2002) e a pesquisa realizada em 2001 pela OMS, em parceria com a USP e com o SOS Corpo de Recife mostram que a cultura patriarcal, e a manutenção dessa cultura até mesmo por parte das mulheres, a dificuldade de acesso à informação, o que leva muitas mulheres a não terem consciência da violência sofrida e/ou saberem sobre seus direitos e onde recorrer, o abandono vivenciado por muitas regiões rurais no que diz respeito à infraestrutura e às políticas públicas e o medo de denunciar e não receber apoio contribuem para a prevalência de violência contra as mulheres em áreas rurais.

As políticas públicas que visam responder as necessidades das mulheres parecem ainda não servir para as mulheres rurais, pois elas vivem uma realidade muito diferente que não é atendida pelas propostas políticas vigentes (Schiavini, 2002). A concretização dos direitos políticos dessas mulheres começa com o fortalecimento dos movimentos sociais que se mobilizam de forma coletiva para reivindicar seus direitos, contribuir para a tomada de consciência das situações que vivem, considerar as peculiaridades das diferentes ruralidades em que se encontram e elaborar estratégias que atendam suas demandas.

Referências Bibliográficas:

Cintrão, R; & Siliprandi, E. (2011). O Progresso das Mulheres Rurais. In: *O Progresso das Mulheres Rurais 2003-2010*. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres

Faria, N; & Nobre, M. (1997). *Gênero e Desigualdade*. São Paulo.

Naves, E. R de. A (2011). *Acesso à terra, justiça social e o enfrentamento da violência doméstica no meio rural*. Recuperado em 10 de dezembro de 2015, de: <http://www.webartigos.com/artigos/acessoaterrajusticasocialeoenfrentamentodaviolenriadomesticanoomeiorural/>

Organização Mundial de Saúde (2005). *Estudio Multipais de la OMS sobre salud de la mujer y violencia domestica contra la mujer*. Recuperado em 02 de fevereiro de 2015, de: www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report

Saffioti, H. (2005). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo

Sales, C. de. M.V. (2007). Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2). Recuperado em 20 de dezembro de 2015, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010>

Schiavini, R. (2002). *Violência Contra a Mulher Rural: uma realidade cruel e invisível*. Recuperado em 20 de dezembro de 2015, de:

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=820&catid=1:artigosassinados&Itemid=5

Schraiber L. B; d'Oliveira A.F.P.L; Jr-França, I; Diniz, S; Portella, A. P; & Ludermir , A. B, et al (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 41(5), 797- 807. Recuperado em 10 de março de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed. Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 10 de fevereiro de 2015, de: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf

Valquez, G.C.F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (4). Recuperado em 15 de junho de 2015, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400015

ARTIGO I: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, ÁLCOOL E OUTROS FATORES ASSOCIADOS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo realizar uma investigação bibliométrica sobre a relação entre violência doméstica e álcool a partir de periódicos disponíveis no portal da CAPES entre os anos de 2003 e 2013. Os resultados mostram que as principais vítimas são mulheres e crianças e o principal agressor é o homem, seguido da mulher. O tipo de violência mais frequente entre os sujeitos analisados é a física, predominando a sexual em situações de violência contra a criança e adolescentes. No que concerne ao consumo de álcool, o homem é o principal usuário. Outros fatores para além do álcool são apontados como associados à violência doméstica, como escolaridade, pobreza, história familiar de violência, dentre outros. Alguns pontos não foram suficientemente contemplados pelos artigos considerados, como a violência conjugal homossexual, violência doméstica na zona rural, violência doméstica contra idosos e deficientes. Esses temas aparecem como lacunas que merecem atenção especial dos pesquisadores.

Palavras chaves: Violência doméstica; Álcool; Bibliometria.

DOMESTIC VIOLENCE, ALCOHOL AND OTHER ASSOCIATED FACTORS: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS

ABSTRACT

This work aimed at realizing a bibliometric search on the recent literature about the relation between domestic violence and alcohol based on journals available on CAPES platform from 2003 to 2013. The results show that the main victims of domestic violence are women and children, being man the main aggressor, followed by the woman. The most frequent type of violence among the subjects was the physical one, and concerning children and teenagers, sexual violence was predominant. As to alcohol consumption, man is the principal user. Other factors related to domestic violence, besides alcohol, are education level, poverty, violence history in the family, among others. Some aspects not well covered by the articles were: marital homosexual violence, domestic violence on the countryside, domestic violence against elders and disabled people. Those topics show up as gaps which deserve special attention from researchers.

Keywords: Domestic violence; Alcohol; Bibliometry.

LA VIOLENCIA DOMÉSTICA, EL ALCOHOL Y OTROS FACTORES ASOCIADOS: UN ANÁLISIS BIBLIOMÉTRICA

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo realizar una investigación bibliométrica acerca de la relación entre violencia doméstica y el alcohol a partir de periódicos disponibles en la página de la CAPES entre 2003 y 2013. Los resultados muestran que las principales víctimas son mujeres y niños y el principal agresor el hombre, seguido de la mujer. El tipo de violencia más frecuente entre los sujetos que se analizaron es la física, con predominio de la sexual en situaciones de violencia en contra de niños y adolescentes. En lo que se refiere al consumo de alcohol, el hombre es el principal usuario. Otros factores más allá del alcohol son apuntados como asociados a la violencia doméstica como escolaridad, pobreza, historia familiar de violencia, entre otros. Algunos puntos no fueron suficientemente contemplados por los artículos considerados, como la violencia conyugal homosexual, violencia doméstica en el campo, violencia doméstica en contra de ancianos y deficientes. Esos temas aparecen como lagunas que los investigadores deben tener especial atención.

Palabras clave: Violencia doméstica; Alcohol; Bibliometria.

Introdução

Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde, por meio da Resolução da World Health Assembly (WHA) 49.25, declarou a violência como um problema de saúde pública no mundo. A Assembleia destacou as sérias consequências da violência para indivíduos, famílias, comunidades e países, reconhecendo seu impacto para o setor da saúde. (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2002).

No mundo todo, a violência está entre as principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos. Ainda que seja mais visível nas guerras, nas rebeliões civis e no terrorismo, por exemplo, há violência acontecendo nos domicílios, entre membros das famílias, em instituições de abrigo, hospitais e ambientes de trabalho. Nesses contextos, muitas vítimas são crianças, idosos, pessoas fracas ou doentes indefesos, algumas delas inclusive forçadas a manter silêncio devido a convenções e pressões sociais (OMS, 2002).

Segundo Bittar e Nakano (2011), a violência pode ocorrer em todos os grupos populacionais, independente de classe, raça, gênero e faixa etária. Contudo, certos grupos têm sido prioritariamente afetados pela violência, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Em relação à violência contra as mulheres, por exemplo, em cerca de cinquenta inquéritos de base populacional realizados em todo o mundo estimava-se que, em algum momento da vida, entre 10% e 50% das mulheres teriam sofrido alguma forma de violência física, perpetrada por seus parceiros íntimos (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

Nos Estados Unidos, as agressões sofridas em casa geram um terço das internações de mulheres em unidades de emergência. Na América Latina, a violência doméstica afeta entre 25% e 50% das mulheres, gerando custos que comprometem 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) (Ministério da Saúde [MS], 2002).

Entre os anos de 2000 e 2003, a OMS, em colaboração com outros organismos internacionais, realizou uma pesquisa de base populacional em 15 capitais ou grandes cidades e regiões de dez países (Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Servia e Montenegro, Samoa, Tailândia e República Unida da Tanzânia). No Brasil, a amostra populacional referiu-se à região da Zona da Mata de Pernambuco - excluída a região metropolitana - e à cidade de São Paulo. Participaram do estudo 24.097 mulheres com idade entre 15 e 49 anos. Foram analisados a prevalência e os fatores associados a diversas formas de violência, o impacto na saúde das mulheres e crianças e as formas de enfrentamento da mesma. Os resultados mostram que a violência física ou sexual sofrida nos últimos 12 meses e perpetrada pelo parceiro íntimo variou de 4% a 54% nos países pesquisados. No caso do Brasil, em uma amostra de 2.502 mulheres, 43% relataram ter sofrido violência psicológica, física e sexual ao menos uma vez na vida. O estudo reitera achados anteriores de outros estudos internacionais quanto à magnitude e ocorrência de violência por parceiro íntimo (Schraiber et al., 2007).

Como apontado no estudo acima, no Brasil, os dados também são preocupantes: a cada quatro minutos uma mulher é agredida, sendo que 23% das mulheres sofrem violência doméstica. Em 85,5% dos casos de violência física contra mulheres no contexto brasileiro, os agressores são seus parceiros. Somos o país que mais sofre com a violência doméstica (Conferência Nacional de Saúde [CNS],

1997). As estatísticas disponíveis e os registros nas delegacias especializadas de crime contra a mulher evidenciam que 70% dos casos acontecem dentro de casa e mais de 40% dos atos violentos provocam lesões corporais graves, resultantes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos (Diniz, Lopes, Gesteira, Alves & Gomes, 2003).

De acordo com o MS (2002), no Brasil o risco de uma mulher ser agredida por seu companheiro, dentro de seu lar, era quase nove vezes o risco de ser vítima de violência na rua. Essa realidade se estende também a crianças e adolescentes. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) (1989) apontou a infância e a adolescência brasileiras como especialmente expostas à violência, destacando os domicílios como locais frequentes de episódios de agressões físicas⁴.

De acordo com Zilberman e Blume (2005), vários estudos sugerem que homens que abusam de suas esposas podem também abusar de seus filhos. A situação se agrava em casos em que o álcool e outras drogas são consumidos pelos agressores. Assim, as situações de violência doméstica geralmente não se restringem a um único sujeito e se estendem aos outros membros da casa (Scaranto, Biazevic & Crosato, 2007).

No que se refere a crianças que testemunham cenas de violência e em grande parte são alvos da mesma, os efeitos são assoladores. Uma pesquisa realizada por Chénard, Cadrin e Loiselle (1990), com filhos de mulheres que viviam em quatro abrigos para mulheres vítimas de violência conjugal, no Quebec, revela que, das crianças que participaram da investigação, 70% haviam sofrido maus tratos, sendo que mais da metade sofreu pelo menos duas formas de violência

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) distingue diferentes tipos de violência contra criança e adolescente: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência. Esta última refere-se à omissão dos pais e responsáveis quando deixam de responder às necessidades básicas para o desenvolvimento da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

(verbal, psicológica, física e/ou sexual). Segundo o estudo, crianças que vivem em famílias violentas têm maior probabilidade de se envolverem em acidentes graves e de limitarem suas atividades normais.

De acordo com a OMS (2002), as estatísticas oficiais, em geral, revelam pouco sobre padrões de abuso infantil. Isso ocorre, em parte, porque em muitos países não existe um sistema legal ou social de fazer registros de abuso infantil ou negligência. Além disso, há questões sociais e culturais que afetam a denúncia, como não considerar a situação como uma violência e sim como uma prática para educar a criança. Existem ainda evidências de que só uma parte dos maus tratos infantis é denunciada aos órgãos competentes, mesmo em países em que a denúncia é obrigatória.

Essa realidade afeta a compreensão da real extensão da violência contra a criança. Contudo, sabe-se que esse tipo de violência é prevalente, causando impactos intergeracionais, pois a criança abusada aprende comportamentos agressivos e tende a reproduzi-los ao longo da vida. O abuso também pode afetar o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo, comprometendo o desempenho das crianças na escola e, por conseguinte, sua produtividade quando adultos. (Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith & Jaffe , 2003).

Os dados até aqui apontados estão relacionados à violência em suas diversas expressões. Violência contra a mulher, de gênero, conjugal, doméstica, intrafamiliar, dentre outras. Tanto no meio acadêmico quanto na enunciação de políticas e práticas sociais, essas distintas expressões são usadas muitas vezes com sentidos próximos ou equivalentes. Contudo, os diversos significados de tais categorias têm implicações teóricas e práticas distintas (Almeida, 2007).

Segundo Almeida (2007): a) a expressão “violência contra a mulher” enfatiza o alvo da violência, destaca o lugar da vítima, além de ser um ato unilateral. É a única categoria a ressaltar a vítima em potencial; b) a “violência de gênero” se inscreve em um contexto de relações produzidas socialmente, baseadas em uma matriz hegemônica de gênero, ou seja, de concepções dominantes de masculinidade e feminilidade, gerando disputas de poder simbólicas processadas no espaço social; c) a expressão “violência conjugal”, como o próprio termo sugere, refere-se à violência praticada entre casais, que pode se dar por uma única via, de um sujeito em direção ao outro, ou por ambos; d) “violência doméstica”, foco desse trabalho, “é uma noção especializada que designa o que é próprio da esfera privada [...] Enfatiza, portanto, uma esfera da vida independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação” (p. 23); e) “violência intrafamiliar” é uma forma de violência que, com bastante frequência, acontece dentro da família, entre membros com função parental, mesmo sem laço de consanguinidade, e se distingue de violência doméstica porque esta inclui outros membros do grupo, sem parentesco, mas que convivem no espaço doméstico (Almeida, 2007).

Muitos aspectos psicossociais podem estar relacionados à violência. Entre esses, destaca-se, como já adiantamos, o consumo de álcool e outras drogas, sobretudo nos casos de violência doméstica. Tal associação tem sido encontrada em diferentes sociedades e culturas (Day et al, 2003; Fonseca et al, 2009) .

Os estudos epidemiológicos mais abrangentes do uso de álcool na população brasileira foram os realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID). O I levantamento domiciliar, realizado em 2002, a partir da análise de dados da Região Sudeste, sobretudo do Estado de São Paulo, indica que uma elevada parcela dos casos de violência domiciliar está associada ao consumo

de bebidas alcoólicas. A violência conjugal é a mais apontada, sendo a mulher a vítima principal. O II levantamento, realizado em 2005, que atualiza os dados apresentados pelo levantamento realizado em 2002, indica que, em 33,5% dos 7.939 domicílios pesquisados, foi relatado algum tipo de violência, sendo que, em 17,1% do total de domicílios os agressores haviam consumido bebida alcoólica antes da violência (Fonseca, Galduroz, Tondowski & Noto, 2009).

A violência doméstica gera consequências abrangentes e de diferentes aspectos para a vítima. Tais consequências abrangem desde fraturas e hematomas em diferentes partes do corpo até impactos psicológicos e comportamentais, como depressão, ansiedade, ideação suicida e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e/ou outras drogas, inclusive medicamentos (OMS, 2002). Alguns estudos apontam, ainda, que crianças que sofrem violência doméstica têm maiores chances de se envolverem futuramente com o uso de álcool e/ou outras drogas e também de se tornarem adultos violentos (Gebara & Lourenço, 2008).

Outros fatores associados à violência doméstica, além do álcool, são recorrentes. Variáveis como escolaridade, pobreza⁵, desemprego, associação com pessoas delinquentes, isolamento familiar, presenciar violência na infância ou ser abusado, personalidade agressiva e/ou antissocial, problemas mentais, dentre outros são assinalados na literatura (Day, et al. 2003, Diniz, et al. 2003, Silva, 2009, Oliveira et al. , 2009, Almeida, 2009).

Considerando-se o conjunto das informações acima apresentado, avaliamos como necessária a realização de uma investigação bibliométrica da literatura recente sobre a relação entre a violência doméstica e o uso de álcool, a fim de disponibilizar,

⁵ Não é intenção desse artigo afirmar a existência de uma correlação simplista entre, por exemplo, violência doméstica e pobreza, coisa que, aliás, a literatura consultada também não faz. Ainda assim, reiteramos que se trata de um conjunto complexo de interações que serão mais apresentadas do que “problematizadas” por se tratar de uma revisão bibliométrica.

de forma sistematizada, material que poderá ser útil tanto àqueles interessados na realização de futuras investigações sobre esses temas quanto àqueles que trabalham na elaboração de ações de intervenção nesse contexto.

O estudo bibliométrico tem como finalidade analisar as produções bibliográficas sobre um determinado tema e destacar pontos de concordância, discordância, aspectos mais estudados, elementos pouco explorados, autores em destaque, assuntos alvos de pesquisa, contextos mais explorados, dentre outros. A análise bibliométrica pode ajudar o pesquisador a tomar decisões sobre a sua pesquisa, auxiliando-o a estabelecer um recorte de análise, bem como determinar o público, contexto, teoria, dentre outros fatores, a serem trabalhados (Bhona, Lourenço & Brum, 2011).

De acordo com Café e Brascher (2008), os estudos bibliométricos possuem três objetivos: a) conhecer o núcleo de periódicos produzidos em determinado tema (lei de Bradford); b) definir as principais contribuições de pesquisadores em determinada área do conhecimento (lei de Lotka); e c) averiguar a frequência com que certas palavras aparecem nas produções científicas, a fim de compreender a representatividade dessas no contexto em questão (lei de Zipf). Além disso, ainda vigoram na análise bibliométrica dois conceitos fundamentais: núcleo e dispersão. O primeiro representa o grupo de informações que mais aparece em um conjunto de produções bibliográficas. O segundo conceito, sendo o contrário do primeiro, representa o número de elementos de baixa frequência no grupo de bibliografias estudadas.

Para Nicholas e Ritchie (1978), a diferença central entre a bibliografia tradicional e a bibliometria é que a última utiliza métodos quantitativos, ao contrário do caráter discursivo da bibliografia. Contudo, é importante salientar que os estudos

bibliométricos analisam dados bibliométricos a partir de elementos de um contexto sócio-histórico, em que a atividade científica é produzida. Considera-se que as técnicas bibliométricas utilizadas isoladamente não são suficientes para compreender os dados produzidos. Assim, elas precisam estar preferencialmente associadas a outros métodos de tratamento de informação e a um referencial teórico de análise (Araújo, 2006).

Método

O presente texto apresenta uma investigação bibliométrica realizada com o objetivo de identificar a relação entre álcool e violência doméstica em um conjunto de publicações disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com esse objetivo, e utilizando os descritores “violência doméstica” e “álcool”, bem como “*domestic violence*” e “*alcohol*”, realizamos nesse Portal uma busca por todo o material disponível que tivesse sido publicado em periódicos entre os anos de 2003 e 2013. Os periódicos foram selecionados a partir dos seguintes critérios de busca: periódicos revisados por pares, com a busca refinada pelos descritores presentes no assunto.

Desse procedimento obtivemos 84 itens, que compuseram o *corpus* submetido à análise. Após a leitura e fichamento de todo o *corpus*, a análise bibliométrica foi organizada conforme ano de publicação e realizada de acordo com os seguintes critérios: violência doméstica e seus sujeitos, formas de expressão da violência doméstica e violência doméstica e álcool. Estes pontos foram escolhidos

para análise, pois se repetem na maioria dos estudos, sendo o último ponto considerado como nosso objetivo central.

Como mencionado acima, a análise bibliométrica não deve ser feita de forma isolada, mas articulada com outros métodos e referenciais teóricos para uma melhor compreensão do material analisado. Sendo assim, a análise bibliométrica foi articulada ao contexto teórico dos artigos lidos. O estudo do material selecionado passou pela análise bibliométrica, mas também serviu como base teórica para a análise dos dados bibliométricos encontrados, ou seja, estes foram submetidos a uma análise intertextual. O material estudado é objeto de análise e ao mesmo tempo base teórica da pesquisa.

Os conceitos de núcleo e dispersão que norteiam a análise bibliométrica foram fundamentais para estabelecer os critérios de análise do material, no que diz respeito a aspectos quantitativos e às discussões teóricas. Os temas de debate, apresentados no tópico Discussão, foram construídos a partir de grupos de informações que mais aparecem nas produções bibliográficas estudadas, bem como aqueles de baixa frequência. Contudo, é necessário esclarecer que eles não esgotam as possibilidades de análise do material.

Resultados

Observou-se que os anos 2008 e 2010 foram os que apresentaram o maior número de publicações, 13 cada um, seguidos dos anos 2005 e 2007, com 10 e 9 publicações respectivamente. Nos anos seguidos a 2010, até 2013, ocorreu um decréscimo de publicações sobre a temática abordada (Figura 1).

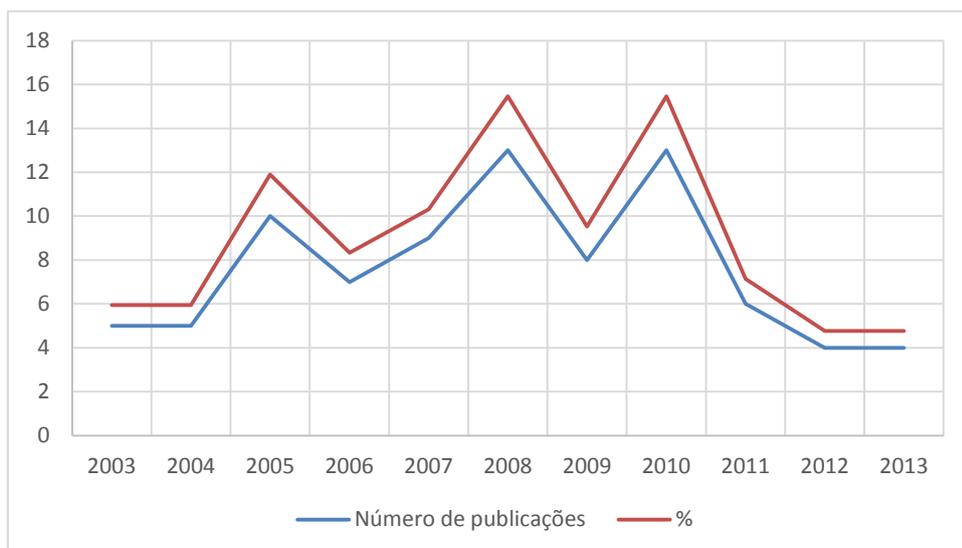


Figura 1: publicações por ano em números e porcentagens

No material analisado foram encontrados periódicos variados. O principal foi o “Caderno de Saúde Pública”, com dez artigos (11,90% das publicações), seguido da “Revista Brasileira de Psiquiatria”, com seis artigos (7,14%). Dos artigos considerados, vinte e um estão em inglês, com pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa; dois estão em espanhol e referem-se a pesquisas desenvolvidas no México. Sendo assim, 27,38% do material analisado corresponde a publicações internacionais. Dentre o material em inglês, o “Journal of Consulting and Clinical Psychology” possui maior número de artigos (5).

Optamos por dividir os artigos selecionados segundo as seguintes referências: empírico, teórico reflexivo e relatos de intervenções. O primeiro grupo refere-se aos relatos de pesquisa (66,66%). O segundo é composto de artigos que se dedicam à discussão teórica reflexiva sobre o tema em questão (15,47%). Por fim, temos os artigos classificados como relatos de intervenção (17,85) (Tabela 1).

Tabela 1: tipo de estudo

Tipos de Estudos	Número	%
Empírico	56	66,66
Teórico Reflexivo	13	15,47
Relato de Intervenção	15	17,85
TOTAL	84	100,00

Violência doméstica e seus sujeitos

O material analisado apresenta diferentes sujeitos como vítimas da violência doméstica, dentre eles: mulher, homem, idoso, deficientes físicos e/ou mentais, crianças e adolescentes.

A tabela 2 indica as vítimas da violência doméstica. Das 84 publicações estudadas, 67 destacam as mulheres como vítimas, o que equivale a 79,76%. Do material analisado, vinte e oito vezes a “violência contra a mulher” apareceu no título dos artigos.

É importante salientar que um mesmo texto apresenta vários sujeitos como vítimas, portanto os números abaixo referem-se à quantidade de vezes que esses sujeitos aparecem como vítimas (Tabela 2).

Tabela 2: vítimas da violência doméstica.

Vítima	Número de publicações	%
Mulher	67	79,76
Criança e Adolescente	27	32,14
Homem	20	23,80
Sem informação	7	8,33
Idoso	6	7,14
Deficientes físicos e/ou mentais	2	2,38

Dos artigos analisados, vinte e sete tratam especificamente da violência conjugal (32,14%). Dentre eles, foram encontrados nove estudos em que o homem é vítima, sendo que em todas as vezes a violência é dirigida a ele como uma forma de responder à violência que causou. É agredido pela mulher, mas continua sendo considerado agressor. Esse dado mostra que, em 100% dos casos de violência conjugal registrados no conjunto de artigos analisados, o homem é agressor.

As publicações tratam a violência conjugal como sinônimo de violência de gênero, justificando o homem como principal agressor a partir de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres.

No caso da violência conjugal homossexual, é necessária uma observação. Quase todas as publicações contemplam o público heterossexual; apenas um estudo, realizado em 2004, abordou a temática da violência conjugal em casais homossexuais.

Sobre os agressores, é importante reiterar que em alguns estudos o homem e a mulher são agressores.

Tabela 3: agressores

Agressores	Número de artigos	%
Homem	72	85,71
Mulher	22	26,19
Sem informação	10	11,90

Formas de expressão da violência doméstica

O material analisado identifica cinco tipos de violência. São elas: física, sexual, psicológica, envolvendo privação ou negligência e patrimonial. Esse último, nos casos específicos de violência doméstica contra a mulher. Esses tipos de

violência contemplam os apontamentos feitos no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002).

A partir dessa divisão, é possível afirmar que, do material analisado, setenta e oito artigos (92,85%) tratam da violência física como a principal forma de expressão, seguida da sexual com sessenta e três (75%) aparições, as psicológicas (verbal, ameaças e emocional) com cinquenta e cinco (65,47%), privação e negligência com onze (13,09%). Seis artigos (7,14%) não especificam a principal forma de expressão da violência. Convém observar aqui que um mesmo estudo pode apresentar mais de um tipo de violência doméstica (Tabela 4).

Tabela 4: tipos mais frequentes de violência doméstica para todos os sujeitos analisados

Tipo de violência	Número de publicações	%
Física	78	92,85
Sexual	63	75,0
Psicológica	55	65,47
Privação ou negligência	11	13,09
Sem informação	6	7,14

Das sessenta e sete publicações em que a mulher é apontada como vítima, o tipo de violência mais recorrente é a física. Esta aparece em sessenta e cinco estudos (97,01%), não sendo apontada apenas em dois, que não especificam o tipo de violência. A violência física é seguida da sexual, constatada em sessenta e duas publicações (92,53%). Em terceiro lugar, ficou a violência psicológica, presente em quarenta e sete artigos (70,14%), seguida da moral (em dezesseis) (23,88%) e da patrimonial (em seis) (8,95%) (Tabela 5).

Tabela 5: tipos mais frequentes de violência doméstica contra a mulher

Tipo de violência	Número de publicações	%
Física	65	97,01
Sexual	62	92,53
Psicológica	47	70,14
Moral	16	23,88
Patrimonial	6	8,95
Sem informação	2	2,98

Vinte e sete publicações apontam crianças e adolescentes como vítimas da violência doméstica: física, sexual, psicológica e negligência. A violência sexual é a mais recorrente, presente em dezoito artigos (66,66%), seguida da física em dezesseis (59,25%), psicológica em doze (44,44%) e negligência em onze (40,47%). Oito artigos não especificam o tipo de violência (29,62%) (Tabela 6).

Tabela 6: tipos mais frequentes de violência doméstica contra a criança e adolescente

Tipo de violência	Número de publicações	%
Sexual	18	66,66
Física	16	59,25
Psicológica	12	44,44
Negligência	11	40,47
Sem informação	8	29,62

Violência doméstica e álcool

Não é possível afirmar uma relação de causalidade unidirecional entre álcool e violência doméstica. Entretanto, a bebida alcoólica parece estar presente na relação de violência geralmente como um facilitador do processo (Almeida, 2009). Alguns estudos explicam que o uso de álcool na vida adulta pode estar associado a uma infância de abuso, como os desenvolvidos por Gebara e Lourenço (2008) e Bittar e Nakano (2011). Outros estudos apontam que o uso de álcool no momento da

violência ou pouco antes é um facilitador e potencializador da mesma (Fals-Stewart, Leonard & Birchler, 2005). Há ainda aqueles que defendem que a personalidade do sujeito que ingere o álcool influencia no comportamento violento (Fals-Stewart, 2003).

Dos oitenta e quatro artigos analisados, dezesseis apontam o homem como usuário de álcool associado ou não a outras drogas (19,04%). Nove artigos (10,71%) apresentam a mulher como usuária. Trinta e sete (44,04%) referem-se a ambos como usuários e vinte e dois (26,19%) não especificam quem é o usuário (Tabela 7).

Tabela 7: usuários de álcool e/ou outras drogas

Usuários	Número de publicações	%
Exclusivamente Homem	16	19,04
Exclusivamente Mulher	9	10,71
Ambos	37	44,04
Sem informação	22	26,19

Para além do álcool, outros fatores também são identificados como associados à violência doméstica, relacionados à vítima, ao agressor ou a ambos. A tabela 8 apresenta os fatores mais recorrentes nos artigos analisados, sendo que mais de um fator pode ser apresentado em uma mesma publicação.

Tabela 8: fatores associados à violência doméstica

Fator associado	Número de Publicações	%
Escolaridade (ambos)	22	26,19
Pobreza (ambos)	15	17,85
História familiar de violência (ambos)	14	16,66
Problemas mentais (ambos)	13	15,47
Machismo - relações de gênero (ambos)	10	11,90
Ciúmes (agressor)	9	10,71
Falta de diálogo entre membros da família (ambos)	8	9,52
Baixa autoestima (ambos)	7	8,33
Personalidade agressiva (agressor)	7	8,33
Desemprego (agressor)	5	5,95
Personalidade antissocial (agressor)	5	5,95
Idade (vítima)	5	5,95

Discussão

Os resultados apontados no presente estudo permitem realizar diversas leituras acerca do conteúdo das produções analisadas. As revistas que mais publicaram (Cadernos de Saúde Pública, Revista Brasileira de Psiquiatria) sobre nossa temática de interesse são da área da saúde, o que confirma, como era de se esperar, a relevância do assunto para esse campo do conhecimento. Contudo, as publicações não se limitam a essa área do saber, os variados periódicos revelam que o assunto abordado é um tema que interessa a diferentes áreas.

A contagem do número de publicações por ano mostra oscilações. Houve um crescimento das publicações seguida de queda. Uma hipótese a ser averiguada em outros estudos e em acordo com a hipótese apresentada por Bhone et al. (2011) é a de que a oscilação e a queda de artigos encontrados com os descritores “violência doméstica” e “domestic violence” refletem a utilização de termos mais específicos nos artigos, como violência conjugal, violência contra a mulher, violência ou maltrato infantil, em detrimento de violência doméstica, um tema mais amplo.

Nos trabalhos considerados, as mulheres e crianças são as principais vítimas em situações de violência doméstica e o homem o principal agressor. Este resultado converge com os dados apresentados por Bittar e Nakano (2011). No que diz respeito à violência contra a mulher, os dados assinalados por Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), apresentados pelo MS (2002), CNS (1997), Schraiber et al. (2007), dentre outros, também estão de acordo com o que encontramos.

Mulheres, crianças e adolescentes estão presentes como principais vítimas nos artigos analisados em decorrência da condição de fragilidade em que se encontram. Os lugares sociais ocupados por homens e mulheres, no que diz

respeito à forma de se comportarem e em relação ao que a sociedade espera de ambos, são questões consideradas, até mesmo no que diz respeito às colocações feitas pelo MS (2002) e OMS (2002) sobre violência contra a mulher. Contudo, como apresentado nos resultados, o homem também é visto como vítima (22,23%) e a mulher como agressora (24,45%). Estes dados mostram que a dicotomia homem e mulher, analisada a partir das relações de gênero, não é suficiente para explicar a violência, exigindo a consideração de como estão configuradas as relações de poder em cada caso (Nunam, 2004).

As situações de violência doméstica geralmente não se restringem a um único sujeito e se estendem aos outros membros da casa (Scaranto, Biazevic & Crosato, 2007). Crianças e adolescentes também são vítimas da violência, apesar de existir subnotificação dos casos e por alguns pais e cuidadores considerarem a situação violenta como uma prática educativa (OMS, 2002). O tipo de violência doméstica contra criança e adolescentes prevalente nos periódicos analisados é a violência sexual (66,66%), seguida da violência física (59,25%) e em terceiro lugar a violência psicológica (44,44%), que, na maioria dos casos, está associada às duas primeiras formas de violência. Vivenciar a violência como vítima e/ou espectador pode provocar consequências psicológicas, emocionais e para o desenvolvimento da criança, afetando o desempenho escolar, as relações interpessoais, a autoestima, e aumentando as chances de se tornarem adultos violentos (Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith & Jaffe, 2003).

Tendência observada por Bohna et al. (2011) e perceptível no nosso estudo é o fato dos artigos considerados focalizarem a violência do ponto de vista de quem a sofre, contribuindo por ampliar o número de publicações que enfatizam as vítimas. 11,12% dos artigos não apresentam informações sobre quem é o agressor e 7,78%

sobre quem é a vítima. A dicotomia agressor/vítima presente nas publicações analisadas deve ser considerada a partir das referências teóricas adotadas pelos autores.

No que concerne ao tipo de violência doméstica mais frequente nos periódicos analisados, predomina a violência física (92,85%). No que diz respeito à violência doméstica contra a mulher, também se destaca a violência física (97,01%). Os dados encontrados em nosso estudo estão de acordo com pesquisa realizada por Heise et al. (1999), Diniz et al. (2003) e pela CNS (1997).

Outro ponto de destaque analisado é a relação entre violência doméstica e álcool. O uso do álcool está presente como um fator associado à violência. Como exposto pelo I e II Levantamento Domiciliar realizados pelo CEBRID, em 2002 e 2005, respectivamente, o consumo do álcool é apontado como um facilitador, presente no agressor, na maioria das vezes o homem, antes da situação de violência. Entretanto, também pode ser visto como consequência, ou seja, o consumo ocorre pela vítima após a situação de violência, como apresentado pela OMS (2002).

Da mesma forma, nos resultados do nosso estudo, o homem é o principal usuário (19,04%) e também o principal agressor (85,71%). Contudo, em 44,04% dos casos apresentados pelos artigos considerados, o álcool foi consumido por homens e mulheres, sendo estes agressores ou vítimas. Em 10,71% dos casos a mulher é exclusivamente a usuária. A diferença constatada entre usuários do sexo masculino e feminino pode estar associada a uma diferença social relacionada ao consumo de álcool e outras drogas. O consumo de álcool foi identificado durante muito tempo como um fator associado aos homens. Contudo, os resultados desse estudo mostram que as mulheres também são usuárias. As mulheres possuem muito mais

cobranças relacionadas ao ato de beber, no que diz respeito a manter uma imagem positiva sobre a figura de mãe e cuidadora, leituras produzidas a partir de uma determinada sociedade e cultura. Sendo assim, como apontado por César (2006), pode existir subnotificação dos casos de mulheres usuárias por o uso se restringir ao ambiente privado, ou por não assumirem o uso em decorrência das cobranças sociais sobre a figura da mulher.

Como vimos, outros fatores, para além do álcool, são apontados como associados à situação de violência doméstica. Esses fatores não aparecem nos estudos de forma isolada, articulam-se, ressaltando a complexidade do tema violência doméstica. A escolaridade (26,19%) foi o fator mais recorrente, seguido da história familiar de violência (16,66%) e pobreza (17,85%). De acordo com Hasselmam e Reichenheim (2003), quanto maior o grau de escolaridade, menos violência. Para as autoras, a violência doméstica acontece com mais frequência entre casais com baixa escolaridade, vivendo em condições socioeconômicas precárias, na presença do álcool e de outras drogas, fatores estressantes e estigmatizantes que favorecem tanto o uso de substâncias psicoativas quanto a violência.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi realizar uma investigação bibliométrica na literatura recente sobre a relação entre violência doméstica e álcool a partir dos periódicos disponíveis no portal da CAPES entre os anos de 2003 e 2013. Alguns resultados aqui obtidos são convergentes com os resultados da pesquisa realizada

por Bhone et al. (2011) , em que os objetivos, em parte, condizem com os do nosso estudo.

Determinados pontos não foram problematizados, mas aparecem como lacunas encontradas no campo de estudos que merecem atenção especial dos pesquisadores. Como apresentado nos resultados, a violência conjugal é recorrente entre as publicações analisadas. Contudo, são pouco frequentes os estudos sobre violência conjugal homossexual. Apenas um estudo trata desse assunto. Outro ponto de destaque refere-se à violência doméstica na zona rural. Poucos artigos se dedicaram a estudá-la. Além disso, destaca-se o número escasso de artigos que elegem como sujeitos de pesquisa o idoso e pessoas com necessidades especiais articulando violência doméstica e álcool.

Futuros estudos podem eleger diferentes categorias de análise e buscar compreender a associação de outros fatores a situações de violência doméstica e álcool.

Referencias Bibliográficas:

Almeida, de S.S.(2007). Essa violência mal dita. In Almeida, de S.S (Org.), *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ.

Almeida, M. V. de. (2009). *Violência Conjugal e Álcool: (In) existência de uma relação causal?*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Portugal.

Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, 12 (1), 11-32, jan./jun. Recuperado em 15 de agosto de 2014, de: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3707/3495>

Bittar, D. B; & Nakano, A. M. S (2011, janeiro/março). Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. *Texto Contexto Enfermagem*, 20(1), 17-24. Recuperado em 10 de março de 2014, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71419103002>

Bhona, F.M.C; Lourenço, L.M; & Brum, C.R.S (2011). Violência doméstica: um estudo bibliométrico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(1), 87-100. Recuperado em 15 de agosto de 2014, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000100010

Café, L; & Brascher, M. (2008). Organização da informação e bibliometria. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp. Recuperado em 15 de agosto de 2014, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2008v13nesp1p54/1032>

Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas (CEBRID) (2002-2005) *I e II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas no Brasil. Secretaria Nacional Antidrogas.* Recuperado em 20 de julho, de 2014 de: http://www.cebrid.epm.br/levantamento_brasil/

[CNS] 10ª Conferência Nacional de Saúde. *A violência doméstica é também uma questão de saúde pública [on-line] 1997*. Recuperado em 20 de julho de 2014 de http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher

César, B. A. L. (2006). Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados preliminares. *J Bras. Psiquiatria*, 55(3), 208-211. Recuperado em 20 de julho, de 2014 de: https://www.researchgate.net/publication/250051159_Alcoolismo_feminino_um_estudo_de_suas_peculiaridades_Resultados_preliminares

Chénard, L; Cadrin, H; Loiselle, J. (1990). État de santé des femmes et des enfants victimes de violence conjugale. *Rapport de recherche*. Département de santé communautaire, Centre hospitalier régional de Rimouski. Recuperado em 20 de julho, de 2014 de: <http://www.santecom.qc.ca/Bibliothequevirtuelle/santecom/35567000031408.pdf>

Day, V. P; Telles, L.E.B; Zoratto, P.H; Azambuja, M.R.F; Machado, D.A; Silveira, M.B. et al. (2003, abril). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *R. Psiquiatr*, 25 (1), 9-21. Recuperado em 10 de março de 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>

Diniz, M.N.F; Lopez, R. L. M; Gesteira, S.M.A; Alves, S.L.B; & Gomes, N.P (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Rev Esc Enferm*

USP, 37(2), 81-88. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000200010

Fals-Stewart, W; Leonard, K. E; & Birchler, G. R. (2005). The Occurrence of Male-to-Female Intimate Partner Violence on Days of Men's Drinking: The Moderating Effects of Antisocial Personality Disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73 (2), 239–248. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15796631>

Fals-Stewart, W. (2003). The Occurrence of Partner Physical Aggression on Days of Alcohol Consumption: A Longitudinal Diary Study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(1), 41–52. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12602424>

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1989). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*. Recuperado em 10 de julho, de 2014, de
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21069.pdf>

Fonseca, A.M; Galduróz, J,C,F; Tondowisk, C.S; & Noto, A.R (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 43(5), 743-9. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n5/24.pdf>

Gebara, C.F.P; & Lourenço, L.M. (2008, janeiro/junho). Crenças de Profissionais da Saúde sobre Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. *Psicologia em*

Pesquisa, UFJF, 2(01),27-39. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
<http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2009/11/v2n1004.pdf>

Hasselmam, M. H; & Reichenheim, M.E. (2003, julho/agosto). Adaptação transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cad. Saúde Pública*, 19(4), 1083-109. Recuperado em 10 de março de 2014, de:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2003000400030&script=sci_abstract&tIng=pt

Heise, L; Ellsberg, M; & Gottemoeller, M. (1999). Ending violence against women. *Issues in World Health. Population Reports, Series L, Number 11*, 1-43.

Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília (DF). [Cadernos de Atenção Básica, 8]. Recuperado em 2 de abril , 2014, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Lei Federal nº 8.069 (1990,13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: *Presidência da República*. Recuperado em 12 de setembro de 2014, de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Nicholas, D; & Ritchie, M. (1978). *Literature na Bibliometrics*. London.

Nunan, A. (2004). Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *PSICO*, 35(1), 69-78.

Oliveira, J. B; Lima, M.C.P; Simão, M. O; Cavariani, M.B; Tucci, A.M; & Kerr-Corrêa, F. (2009) Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, 26(6). Recuperado em 10 de março de 2014, de: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v26n6/04.pdf>

Organização Mundial da Saúde (OMS), (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra (CH). Recuperado em 17 de março, de 2014, de http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf

Schraiber L. B; d'Oliveira A.F.P.L; Jr-França, I; Diniz, S; Portella, A. P; & Ludermir, A. B, et al (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 41(5), 797- 807. Recuperado em 10 de março de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014

Scaranto, C. A. A; Biazevic, M. G. H; & Crosato, E. M (2007). Percepção dos Agentes Comunitários de Saúde sobre a Violência Doméstica contra a Mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27 (4), 694-705. Recuperado em 10 de março de 2014, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414989320070012000

Silva, M. A (2009). *Prevalência e fatores associados a violência doméstica contra as mulheres assistidas no centro de atenção à mulher –IMIP/Recife/Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Colegiado do Curso de Mestrado em Saúde Materno Infantil do Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira – IMIP, Recife-Pernambuco. Recuperado em 10 de março de 2014, de: http://www.imip.org.br/site/ARQUIVOS_ANEXO/mestrado%20maria%20arleide;;20071130.pdf

Zilberman, M. L; Blume, S. B. (2005). Violência Doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*;27(Supl II):S51-5. Recuperado em 10 de março de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462005000600004&script=sci_arttext&tlng=pt

Wolfe, D. A; Crooks, C. V; Lee, V; McIntyre-Smith, A; & Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: A meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6, 171-187. Recuperado em 10 de março de 2014, de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14620578>

ARTIGO 2: A VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CONTEXTOS DE RURALIDADES: DOS SIGNIFICADOS ÀS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

RESUMO

A violência conjugal é o tipo de violência mais frequente no mundo, sendo o homem o principal agressor. Em contextos de ruralidade, a situação se complexifica devido ao silenciamento das mulheres, à cultura e à carência de serviços para seu combate. Para compreender a violência conjugal nesses contextos, foram realizadas entrevistas com mulheres rurais de duas cidades do interior mineiro. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo. A Teoria das Representações Sociais norteou o estudo. Observou-se que a maioria das mulheres relacionam o termo violência à morte e à agressão física. Dos tipos de violência sofrida, predomina a psicológica seguida da física. Em todos os casos, seus filhos presenciavam a violência. As mulheres mencionaram situações de violência na infância cometidas pelos genitores. Elas apontaram o álcool e ciúmes como fatores associados à violência. Diferentes estratégias de sobrevivência foram relatadas pelas mulheres. Os resultados encontrados foram discutidos e articulados à literatura.

Palavras-chaves: violência conjugal; zona rural; mulheres.

MARITAL VIOLENCE IN CONTEXTS OF RURALITIES: FROM MEANING TO SURVIVAL STRATEGIES

ABSTRACT

Marital violence is the most frequent type of violence in the world and men are the major aggressors. In rurality settings, the situation becomes complex due to women silencing, to culture and to the lack of services to fight such situations. In order to understand these contexts, interviews were conducted with twelve rural dwelling women from two cities in Minas Gerais state. The interviews underwent content analysis. The Theory of Social Representations guided the study. It was observed that most women relate the term 'violence' to death and to physical aggression. As to the types of violence suffered, the psychological one predominates, followed by the physical one. In all cases, their children witnessed the violence. The women reported situations of childhood violence carried out by their parents. They defined alcohol and jealousy as factors linked to the violence. Different survival strategies were reported. The results were discussed and associated to the literature.

Keywords: marital violence; countryside; women.

LA VIOLENCIA CONYUGAL EM EL CAMPO: DE LOS SIGNIFICADOS A LAS ESTRATEGIAS DE SUPERVIVENCIA

RESUMEN

La violencia conyugal es el tipo de violencia más frecuente en el mundo y el hombre es el principal agresor. En el campo la situación es más compleja debido al silenciamiento de las mujeres, la cultura y la falta de servicios para su combate. Para comprender la violencia conyugal en esos contextos se realizaron entrevistas con mujeres del campo de dos ciudades del departamento de Minas Gerais. Las entrevistas se sometieron a análisis de contenido. La Teoría de las Representaciones Sociales fue el eje de esta investigación. Se observó que la mayoría de las mujeres relacionan el término “violencia” a muerte o agresión física. De los tipos de violencia que sufren las mujeres predomina la psicológica, seguida de la física. En todos los casos sus hijos eran testigos de la violencia. Las mujeres mencionaron situaciones de violencia en la niñez cometidas por sus genitores. Ellas apuntaron al alcohol y los celos como los factores asociados a la violencia. Se relataron diferentes estrategias de supervivencia por las mujeres. Los resultados se discutieron y se articularon a la literatura.

Palabras clave: Violencia conyugal; zona rural; mujeres.

Introdução

São múltiplas as violências presentes na vida em sociedade. Essa multiplicidade associa-se também a um conjunto variado de significados, a depender dos sujeitos que a nomeiam e a vivenciam e dos seus contextos psicossociais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002) compreende violência como o uso da força ou poder, de forma implícita ou explícita, que culmina no prejuízo do bem estar dos indivíduos. Ou seja, trata-se de uma ação real e/ou simbólica que causa algum tipo de dano ao sujeito, seja esse dano moral, psicológico, físico ou financeiro.

De modo geral, podemos considerar que todas as formas de violência se processam a partir de uma determinada configuração política, cultural e histórica e estão ligadas a relações de dominação e opressão, ou seja, a uma relação desigual de poder e subordinação que gera consequências negativas para um dos sujeitos. Sendo assim, para compreendermos essas formas é fundamental considerar também sua conjuntura bem como os paradigmas e modelos que demarcam diferenças e conseqüentemente conflitos e tensões a eles relacionados (Velho, 1996).

No caso da violência de gênero, geralmente, essa relação desigual de poder ocorre entre o homem e a mulher, em decorrência de valores sócio-históricos associados aos papéis masculino e feminino (Almeida, 2007). Cotidianamente, embora haja tentativas de trilhar caminhos que rompam com as normas sociais instituídas e a mulher conquiste novos espaços, os homens continuam ocupando lugares de dominação, muitas vezes alcançados e mantidos a partir da violência (Saffioti, 2001).

Mais especificamente, em situações em que a mulher é a vítima, a maioria das ocorrências são produzidas pelo próprio parceiro, o que é caracterizado como violência conjugal (Schraiber et al., 2007). Nesses casos, a proximidade entre os sujeitos parece contribuir para que esse tipo de violência se torne recorrente e a mais frequente em todo o mundo (Saffioti & Almeida, 1995). Embora o homem seja o agressor em potencial, pode acontecer da mulher também ser violenta, situação nomeada como violência cruzada. Contudo, isso se difere dos casos em que a mulher agride o cônjuge especificamente em resposta à violência sofrida (Grossi, Casanova & Starosta, 2004).

Nesse contexto, a relação se complexifica com a presença dos filhos. Vários estudos sugerem que homens que agredem suas esposas podem também agredir seus filhos (Zilberman & Blume, 2005). Tal situação pode, de forma evidente, afetar o desenvolvimento da criança e contribuir para o aprendizado de comportamentos agressivos (Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith & Jaffe, 2003).

É possível diferenciarmos a violência conjugal em tipos específicos, como os apontados por Almeida e Soeiro (2010) e pela lei Maria da Penha (Lei n 11.340/2006): física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. A violência física diz respeito ao uso da força física contra o outro, causando danos ao seu corpo. A sexual refere-se à prática sexual forçada para uma das partes. A psicológica compreende situações que causam prejuízos emocionais e prejudicam a autoestima da vítima. A violência moral é compreendida como qualquer conduta que configure em difamação do sujeito. Por fim, a violência patrimonial consiste na retenção e/ou destruição de objetos pessoais e recursos econômicos da/o parceira/o.

De acordo com pesquisa de âmbito nacional realizada pelo DataSenado (2013), o tipo mais recorrente de violência sofrida pelas mulheres brasileiras,

segundo elas mesmas, é a física, seguida das violências moral, psicológica, sexual e patrimonial. Nessa mesma pesquisa, as mulheres mencionaram o ciúme do parceiro como o principal motivo da violência, seguido do uso de álcool.

De acordo com Blay (2008), o comportamento violento do homem em um relacionamento muitas vezes é justificado inicialmente por ciúmes. O parceiro exige da mulher obediência, tenta controlá-la, passando às ameaças e agressões, caso a mulher transgrida as regras impostas por ele. No que diz respeito ao álcool, é possível afirmar, a partir de estudos realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), nos anos de 2002 e 2005, que uma elevada parcela dos casos de violência domiciliar, sendo a violência conjugal a mais apontada e a mulher a principal vítima, está associada ao consumo de bebidas alcoólicas por parte do cônjuge (Fonseca, Galduroz, Tondowski & Noto, 2009). Embora não seja possível estabelecer uma relação causal entre álcool e violência, alguns estudos sugerem que ele, se ingerido pelo agressor, funciona como um potencializador da violência (Fals-Stewart, Leonard & Birchler, 2005).

A luta em prol da igualdade, denunciando a exclusão feminina e a violência contra a mulher, tem se consolidado, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, materializando-se em ações e serviços conquistados mais recentemente, como, por exemplo, a Delegacia de Mulheres (DM), a Secretaria Especial de Política para as Mulheres e a Lei Maria da Penha (Scott, Rodrigues & Saraiva, 2010).

Contudo, apesar da atual existência de uma rede de apoio às mulheres vítimas da violência observa-se, como na pesquisa desenvolvida pelo DataSenado (2013), uma tendência dessas a não procurar ajuda desde a primeira agressão e principalmente a não se colocar em posição de litígio diante do cônjuge, ao acionar a polícia. O medo do agressor é o principal motivo para não denunciar, seguido da

dependência financeira, preocupação com a criação dos filhos e vergonha da agressão. Somam-se a isso as falhas apresentadas pela rede de apoio à mulher vítima de violência no que concerne à proteção e à garantia de direitos. Sendo assim, diante da impunidade do agressor e da continuidade dos episódios de agressão, muitas mulheres elaboram estratégias de enfrentamento alternativas, na tentativa de romper com a violência vivida, aliviar o sofrimento e preservar a própria vida (Costa, 2010). Nesse sentido, em pesquisas realizada por Meneghel et al. (2003) e Kiss et al. (2012), o pedido de ajuda à mãe e a outros familiares, amigos e vizinhos apresenta maior frequência se comparado à procura pela rede formal. Esses sujeitos mais próximos podem ser, junto com outros serviços comunitários, importantes suportes para resistir às violências (Meneghel et al., 2011). Outras estratégias de resistência identificadas por esses trabalhos foram: a recusa em manter relações sexuais, o abandono da relação e do domicílio, o evitar assuntos e comportamentos que possam desencadear violência, o uso da violência como estratégia de defesa, e a religião como forma de amenizar o sofrimento (Meneghel et al., 2003, Kiss et al., 2012, Costa, 2010, Lima, 2013 & Fernandes, Gaia, Assis, 2014).

No que se refere a um conjunto específico de mulheres, aquelas que vivem em zonas rurais, por exemplo, é possível afirmar que, apesar de subnotificados, os casos de violência, sobretudo de violência conjugal, parecem ser ainda mais recorrentes (Vasquez, 2009). Pesquisa desenvolvida em quatorze países pela Organização Mundial de Saúde (OMS, Organização Panamericana da Saúde, Banco Mundial) (1998) mostrou que o Brasil se encontra na sétima posição entre os países com maiores índices de violência contra a mulher, com destaque para a zona rural (Scott et al., 2010).

Pesquisa posterior realizada pela OMS (2005) indicou que 37% das mulheres que moram em zonas rurais brasileiras sofrem violência física e sexual praticada pelo cônjuge, em comparação com 29% na zona urbana. Esses dados nos permitem vislumbrar a diferença entre zona rural e zona urbana, considerando ainda a possibilidade de subnotificações dos casos rurais em decorrência do silenciamento sobre situações de violência. Além disso, há outros elementos específicos a serem considerados nesse contexto que podem contribuir para a alta incidência de violência na zona rural: o isolamento das residências em decorrência da distância entre as casas e da geografia do território; a cultura de submissão feminina, que se articula a uma rígida divisão de papéis sociais; a falta de acesso a informações sobre direitos; e a maior precariedade dos serviços públicos oferecidos (Scott et al., 2010).

A realidade das mulheres rurais também tem sido tema enfrentado pelos movimentos feministas desde as décadas 1970 e 1980. Nessas décadas, as principais conquistas almejadas foram os direitos previdenciários e a participação política da mulher rural. Essa luta continua, concretizando-se, por exemplo: na Marcha das Margaridas; na criação dos Planos Nacionais de Política para as Mulheres I e II, que contemplam as mulheres rurais; na criação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e suas diretrizes; na criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas em 2010 (Cintrão & Siliprandi, 2011; Sales, 2007). Contudo, infelizmente, as ações citadas parecem ainda não terem conduzido a mudanças significativas na condição feminina na zona rural. Essas regiões ainda vivenciam o completo abandono no que diz respeito a dispositivos que compõem uma rede de apoio em situações de violência contra a mulher (Scott et al., 2010).

É importante considerar aqui a multiplicidade de contextos que se reúnem sob a expressão “zona rural”. Não se trata de uma configuração única, passível de ser generalizada. São diferentes situações que compõem divergentes contextos rurais, o que nos remete à expressão “ruralidade”, de fundamental importância para o trabalho aqui desenvolvido. Essa expressão valoriza o espaço rural como um campo de análise, como uma forma de se organizar e de se relacionar de diferentes atores sociais a partir de cada comunidade. Sendo assim, seria mesmo mais adequado se reconhecêssemos a existência de “ruralidades” (Biazzo, 2008).

Portanto, considerando-se que, para que pudéssemos compreender a violência conjugal e as diferentes ruralidades nas quais ela se processa, seria necessária uma teoria que auxiliasse a compreensão dessas particularidades, elegemos, pelos motivos elencados adiante, a Teoria das Representações Sociais (TRS).

A TRS nos possibilita compreender o pensamento coletivo expresso nos discursos e práticas sociais que compõem a rede simbólica da vida em uma determinada sociedade (Moscovici, 2003). As representações sociais são formas de conhecimento que se manifestam em imagens, conceitos e teorias, sendo elaboradas e compartilhadas pelos sujeitos, contribuindo para a construção da sua realidade. Recorremos à elas para nos comunicar e nos posicionar no mundo e precisamos delas para que possamos compartilhar o mundo com os demais, elaborando a realidade a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo individual e coletiva. Assim, somos orientados a pensar, perceber e atribuir sentido ao mundo a partir das representações sociais que nós próprios (re)construímos (Jodelet, 2001).

É possível perceber que a comunicação e a linguagem são peças fundamentais no processo de construção, manutenção e transformação das

representações sociais. Compreender uma representação implica em entender como os conhecimentos se constroem e se expressam por meio da linguagem específica de um povo, de uma dada cultura e contexto sócio-histórico. Estudar as representações sociais é fundamental para que possamos compreender e explicar as funções ideológicas e simbólicas que perpassam as condutas dos sujeitos (Jodelet, 2001).

A TRS tem fornecido, ao longo do seu desenvolvimento, condições de abordar e compreender diferentes aspectos da realidade e tem possibilitado averiguar distintos contextos sociais, antes não abordados. É uma teoria que se mostra capaz de responder à complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos. Propõe uma articulação psicossocial, rompendo com o dualismo sujeito e sociedade e considera teoria e prática em um processo de constante troca. Ela possibilita, ainda, a interlocução com outros aportes teóricos que permitem iluminar o fenômeno estudado a partir de diferentes perspectivas (Almeida, Santos & Trindade, 2011).

A partir das questões aqui apresentadas, referentes à violência conjugal em contextos de ruralidade, à carência de estudos que contemplem elementos específicos sobre essa temática e às contribuições da TRS, que visa abordar a interação entre sujeito, objeto e grupo social, desenvolvemos a presente pesquisa. Ela teve como objetivo compreender os significados da violência conjugal e as práticas a ela relacionadas segundo mulheres moradoras de diferentes comunidades rurais de duas cidades do interior de Minas Gerais.

Método

Foram entrevistadas 12 moradoras de diferentes comunidades localizadas nas zonas rurais de dois municípios do interior de Minas Gerais. Os municípios considerados são vizinhos e as zonas rurais pertencentes aos mesmos se unem, podendo ser caracterizadas como um mesmo território.

Todas as entrevistadas vivenciaram ou vivenciam situações de violência conjugal. A escolha das entrevistadas baseou-se em sugestões de Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que tinham informações sobre casos de violência ocorridos nas localidades. A violência física estava presente, segundo as ACSs, em todos os casos indicados. Para a realização das entrevistas foram necessários seis meses de imersão em campo. As entrevistadas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e convidadas a participar. Foi-lhes garantido o anonimato das informações e todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais/Plataforma Brasil (parecer 1.387.720).

As entrevistas foram realizadas nas casas das mulheres, sem a presença do cônjuge. As perguntas que compunham o roteiro de entrevista tinham como objetivo averiguar: os significados da violência, os tipos de violência conjugal, a violência em outros momentos da vida, em quais situações ocorriam ou ocorrem os atos violentos, a identificação das pessoas envolvidas e as redes de apoio e solidariedade acessadas pelas entrevistadas.

Após a finalização das entrevistas e transcrição das mesmas foi realizada a Análise de Conteúdo. Esse procedimento consiste em um conjunto de técnicas que têm como objetivo descrever e compreender o conteúdo de uma mensagem. A Análise de Conteúdo implica na “busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribui às mensagens verbais ou

simbólicas” (Franco, 2003, p.14). O sentido dado pelo sujeito é expressão de um significado pessoal emaranhado nos significados compartilhados em um determinado contexto (Franco, 2003).

Para obtermos as categorias de análise que apresentaremos nos resultados foi necessário percorrer algumas etapas. Inicialmente, foi feita uma leitura flutuante das entrevistas para a exploração e familiarização da linguagem e dos temas abordados. Em um segundo momento, as entrevistas foram lidas com a finalidade de identificar os elementos principais nas falas das entrevistadas. Em seguida, foram construídas tabelas agrupando as respostas de cada mulher para a questão em foco. Essa organização inicial das respostas permitiu aos pesquisadores visualizar elementos norteadores que surgiram do discurso das mulheres e revelaram diferentes concepções sobre os assuntos abordados. Os elementos norteadores foram agrupados por proximidade de sentido, segundo o tema. Por fim, as categorias que expressam os tipos de violência foram organizadas em conformidade com a Lei Maria da Penha e com a tipologia apresentada por Almeida e Soeiro (2010). Ao construir as categorias trabalhamos com número de respostas e não número de mulheres.

Com o objetivo de garantir o anonimato das entrevistadas, todos os nomes utilizados aqui são fictícios.

Resultados

As mulheres que participaram das entrevistas tinham idades que variavam entre 25 e 67 anos, com graus de escolaridade entre primeira série do ensino fundamental e curso técnico, sendo que uma mulher não frequentou a escola. O

tempo de relacionamento com os parceiros variou entre 3 e 46 anos e o número de filhos entre um e nove. Sete mulheres sempre residiram na zona rural. As outras cinco vivem na zona rural por período de tempo que variou entre 1 e 18 anos. Todas as entrevistadas são responsáveis pelos trabalhos domésticos, que incluem cuidar da casa, dos filhos e das plantações.

A tabela 1 expõe as respostas dadas pelas mulheres ao serem questionadas sobre o que pensam ao ouvir a palavra violência. Do total de entrevistadas, seis mencionaram a palavra “morte”. *“Meu marido queria me matar, ele tinha uma espingarda e ameaçava eu e meu menino”* (Eva). Respostas como “bater”, “espancar”, “machucar” e “ser puxada pelos cabelos” foram reunidas na categoria “bater”, o que remete à violência física citada pelas mulheres. *“Batia, batia mesmo, pra machucar. Tapa mesmo, pescoção mesmo”* (Teca). Quatro delas relacionam a violência a “sofrimento”, falam da mágoa, do ressentimento pelo parceiro. As “ofensas” cotidianas aparecem no relato de quatro mulheres, envolvendo situações de violência moral. Três mulheres usaram a palavra “medo” ao pensarem sobre violência, remetendo à sensação de insegurança vivida. Uma mulher fez menção à palavra “estuprar”.

Tabela 1: Significados da violência, segundo as mulheres entrevistadas

Categorias	Número de respostas
Morte	6
Bater	6
Sufrimento	4
Ofensas	4
Medo	3
Estuprar	1
Total	24

A tabela 2 lista os tipos de violência presentes nos relatos das entrevistadas. Todas as 12 mulheres entrevistadas relataram ter vivido ou viver situações que podem ser classificadas como de violência psicológica, como: ameaça de morte para com a mulher, filhos e outros familiares; controle da esposa, a impedindo de sair de casa e conversar com outras pessoas; comportamento agressivo que gera medo constante do marido. É importante salientar que todas as entrevistadas mencionam a ameaça de morte por parte do marido como algo presente no dia-a-dia delas. *“Eu não podia conversar com ninguém e ainda é assim. E ele não gosta não, ele gosta de tudo certinho e não gosta de mulher dele ficar batendo papo com homem, naquele ritmo. Vários outros aqui também não gosta não”* (Lúcia).

Onze mulheres relataram situações que se configuram como violência física, variando de tapas, socos, empurrões, puxões de cabelo e sufocamentos a uso de armas brancas e de fogo. *“Teve uma vez que ele tentou me enforcar com correião que eu fiquei 3 dias com o pescoço doendo”* (Rosa).

Quatro entrevistadas mencionam que as agressões físicas se estendem aos filhos e três fazem referência a situações de violência física do parceiro para com outros familiares delas. *“Ele me jogou na enchente. Aí, minha menina foi acudir e ele jogou a menina por cima”* (Lurdes). *“Teve uma vez que ele entrou na casa da minha irmã e bateu em mim, na minha irmã e no meu sobrinho”* (Vera). Seis mulheres possuem marcas no corpo decorrentes da violência física. *“Eu tenho uma marca na perna de faca que ele mandou em mim, olha. Eu tava esperando um menino”* (Lurdes).

Das doze entrevistadas, nove relataram situações que se configuram como violência moral, ou seja, citam discussões nas quais foram ofendidas. Quatro mulheres relataram situações que podem ser classificadas como violência sexual. O

marido forçava a relação sexual sem o desejo da esposa, e/ou fazia chantagens emocionais para a relação acontecer, como ameaçar sair de casa ou procurar por outra mulher. É importante considerar que o lugar que a mulher ocupa na relação pode impedi-la de compreender a situação vivida como violência, considerando o ato sexual como uma “obrigação” da esposa, se responsabilizando pelas consequências caso negue a relação: *“Se não tem relação sexual, ele fica mais violento. Como eu sei que ele vai ficar mais violento, eu evito. Eu preciso sobreviver, né? Tudo que eu puder fazer pra ele, pra evitar rolar violência por minha causa, eu evito”* (Vera).

Duas entrevistadas relataram situações em que o cônjuge destruiu objetos familiares ou da vítima, como móveis, celular ou colocou fogo na casa. Essas situações foram classificadas como violência patrimonial. *“Chegou assim de ele quebrar as coisas da casa, ele quebra assim televisão, ele quebra celular. Eu não sei quantos celular meu ele já quebrou”* (Vera).

Tabela 2: Tipo de violência sofrida, segundo as entrevistadas

Categorias	Número de respostas
Psicológica	12
Física	11
Moral	09
Sexual	04
Patrimonial	02
Total	45

É importante salientar que metade das mulheres entrevistadas disseram revidar diante das situações de violência, enfrentando o marido com ofensas. Quatro dessas seis recorrem também à violência física, batendo no marido com tapas e atirando objetos. Além dos recursos acima citados, duas acrescentam que também utilizam armas brancas, como pau, foice e faca. *“Sim, dava nele também... a gente tava discutindo e eu passei a mão no pau pra bater nele”* (Cleusa). *“Mas uma coisa*

assim, que eu aprendi. O homem sabe agredir, mas a mulher sabe sobreviver e, se não tiver jeito, ela também sabe agredir” (Vilma).

Ao serem questionadas se já sofreram violência em outros momentos da vida, cinco das doze entrevistadas responderam que sim, sendo os genitores os principais agressores. O pai foi mencionado por três delas, a mãe foi citada por duas mulheres. Uma delas fez referência ao padrasto. Nesses casos, as mulheres mencionaram experiências vividas na infância e todas mencionaram a violência física. Em todos os casos existia violência conjugal entre os genitores.

Quando questionadas sobre em quais situações a violência sofrida atualmente costuma ocorrer, as mulheres se referiram a diferentes circunstâncias, como apresentado na Tabela 3, a seguir. Nove entrevistadas mencionaram que o marido tinha feito uso de álcool antes da violência, sendo que oito delas destacam que sem o consumo o cônjuge não é violento. *“Alcoolizado, porque, quando ele tá são, ele é sempre uma pessoa muito boa.” (Meire).* Sete delas informaram que a violência ocorre em situações de ciúme e desconfiança do cônjuge para com a esposa. *“Só porque eu fui na missa ele me buscou na porta da igreja com uma faca e uma tesoura na mão” (Vilma).*

Três mulheres falaram de situações de cobrança do marido para que elas cumpram as atividades domésticas, como limpar a casa, cozinhar e cuidar dos filhos, o que, de acordo com elas, gera episódios de violência. Neste caso, elas usam a expressão “obrigações” de casa. Duas mulheres relataram que as situações de violência estão associadas a algo sobrenatural, como “tentação” e “feitiçaria”. Duas mencionaram que as situações de violência ocorrem em decorrência das traições do marido. Problemas de saúde mental do parceiro foram relatados por duas mulheres como relacionados à violência.

Tabela 3: Situações associadas à violência, segundo as entrevistadas

Categorias	Número de respostas
Bebida	09
Ciúme/desconfiança	07
Cobrança com as “obrigações” de casa	03
Tentação/Feitiçaria	02
Traição	02
Problemas de saúde mental do marido	02
Total	25

Como apresentado na Tabela 4 abaixo, todas as entrevistadas responderam que os filhos sabem das situações de violência e as presenciam. *“Mas aí, meu menino ficou gritando pra ele não me matar. Aí, o que ele fez? Ele desligou o padrão e me bateu no escuro. O menino na época ficou até com a cabeça ruim. Tive até que levar na psicóloga”* (Helena).

Sete entrevistadas mencionaram também que suas mães têm conhecimento das situações de violência, seguidas dos irmãos, citados por cinco mulheres. Quatro mulheres mencionam as sogras e três disseram que as ACSs têm conhecimento da situação. A categoria “outros” compreende as menções feitas pelas mulheres aos vizinhos e familiares, como neto, sobrinho, cunhado.

Tabela 4: Outras pessoas que sabem sobre as situações de violência, segundo as entrevistadas

Categorias	Número de respostas
Filhos	12
Mãe	07
Irmãos	05
Sogra	04
ACS	03
Outros	06
Total	37

A Tabela 5 apresenta quais são as pessoas e dispositivos procurados pelas mulheres como apoio e auxílio diante das situações de violência. Sete entrevistadas mencionaram a mãe como a principal figura de apoio. Seis relataram acionar a polícia para obter ajuda diante da situação vivida. Cinco mencionaram a procura por familiares, sem identificarem qual. As ACSs e assistentes sociais foram mencionadas por cinco mulheres. Três entrevistadas acionaram o advogado na tentativa de se separar, sendo que, no momento da entrevista, apenas uma delas estava em processo de separação e com o marido preso. Duas entrevistadas disseram procurar ajuda dos irmãos e dos vizinhos. Uma mulher citou Deus como apoio diante das situações de violência.

Todas as mulheres relatam que buscar por ajuda não foi uma atitude imediata, mas que ocorreu após reincidências da violência. Em todos os casos, com exceção de dois, mesmo quando a mãe e outros familiares sabiam do ocorrido, nada era feito: *“Com o povo de casa eu conversava. Elas achavam muito ruim, mas não podia fazer nada. Elas ficavam muito triste”* (Lurdes). Em apenas um dos casos a mãe fez denúncia contra o gênero, especificamente porque também havia sido agredida por ele ao intervir na situação de conflito do casal. Em outro caso o irmão de uma das mulheres se envolveu em luta corporal com o cunhado na tentativa de proteger a irmã.

Das mulheres que denunciaram, em cinco casos os cônjuges foram presos por período de tempo que variou de cinco dias a um ano, sendo que um deles ainda estava preso no momento da entrevista. As demais viviam ainda com seus parceiros violentos. Todas as mulheres que recorreram à justiça mencionaram que o cônjuge não respeita as medidas protetivas sancionadas: *“A polícia deu uma ordem pra ele*

ficar uns metros de distância. Só que aí ele ficou me esperando 5 horas da manhã, com o machado” (Alda).

Queixas sobre a conduta da polícia e da justiça, de forma geral, foram recorrentes nas falas, como: *“Eu cheguei à conclusão que a polícia e a justiça podem dar à gente direitos, mas não te dá proteção. A gente tem que criar um meio de sobrevivência” (Vera).*

A dificuldade de acesso à zona rural especialmente pela distância da zona urbana, a carência de transportes tanto privados como públicos, a ausência de telefone e o isolamento das casas também foram mencionados pelas mulheres como fatores que interferem na busca por ajuda. *“Na roça não tem telefone, você pode gritar até morrer. Depois da medida protetiva, eu liguei pra polícia e nem lá eles vai. Eles falam que não têm viatura. Mas, na verdade, eles não gostam de ir na roça, né?” (Clara).*

As ACSs e as assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) foram citadas como pessoas às quais algumas mulheres pedem ajuda. Contudo, nenhuma das mulheres relatou alguma ação por parte desses profissionais que pudesse interromper a ocorrência da violência sofrida por elas.

Tabela 5: Rede de apoio e de solidariedade, segundo as entrevistadas.

Categorias	Número de respostas
Mãe	07
Polícia	06
Familiares	05
Profissionais da saúde e da assistência social	05
Advogado	03
Irmãos	02
Vizinhos	02
Deus	01
Total	31

Discussão

Passaremos agora à discussão desse conjunto de resultados. Apesar da pesquisa ter sido realizada em comunidades de duas cidades, consideramos ter acessado um território comum formado pelas zonas rurais de ambas, permitindo assim uma reflexão sobre alguns aspectos das relações sociais que se configuram nesse território.

O contato com as comunidades pesquisadas, com os sujeitos que nelas habitam e principalmente com as mulheres entrevistadas, nos permitiu identificar alguns elementos que fazem parte de representações compartilhadas por essas pessoas. Essas representações estão presentes nos valores, regras e crenças que circulam nas comunidades estudadas, se contradizem em alguns pontos e se deixam revelar nos discursos e práticas das pessoas que nelas vivem.

Considerando-se o conjunto dos dados apresentados, talvez seja pertinente reconhecermos inicialmente que, na base das concepções e práticas identificadas, encontra-se o padrão tradicional/patriarcal de relação entre homens e mulheres. A rígida divisão de papéis sociais, com a mulher ocupando o lugar de submissão e o homem o de poder e de controle, é configuração já encontrada também por Scott et al. (2010) em outros contextos rurais. Essa organização social, marcada por relações de poder desiguais, insere as mulheres em uma situação de violência simbólica, o que contribui para a legitimação de outras formas de violência. As mulheres que entrevistamos vivem nesse contexto e compartilham determinados valores e ideias, o que exerce certo impacto na posição que assumem em algumas questões relativas às suas interações, como pretendemos mostrar a seguir.

É possível afirmar, a partir dos discursos e práticas que compõem o universo simbólico das comunidades consideradas, que a concepção do que seria/deveria ser uma mulher está ancorada em uma perspectiva que exige das mulheres se posicionarem enquanto guardiãs do lar, prezando pelo cuidado e manutenção da harmonia da casa, em uma posição de sacrifício e abnegação em prol da família. Essa organização social, pautada em conhecimentos socialmente produzidos e partilhados sobre a figura da mulher, cria uma espécie de realidade que interfere nas interações sociais, legitimando e justificando condutas por parte dos sujeitos e das próprias mulheres.

Para algumas das nossas entrevistadas o histórico de violência sofrida iniciou-se na infância e adolescência, principalmente no que se refere a presenciar e/ou ser vítima da violência que ocorria entre os próprios pais/genitores. D'Oliveira et al. (2009) afirmam que ter tido um histórico de exposição a situações de violência costuma ser recorrente entre mulheres que vivenciam violência conjugal, principalmente no que se refere à violência entre os pais, sendo a mãe a vítima em potencial. Essa situação se repete com os filhos de todas as nossas entrevistadas, pois os mesmos presenciam a violência entre os pais e também são vítimas dela, em suas diferentes formas de manifestação. Essa vivência sugere uma possível continuidade do aprendizado de relações violentas, como apontado por Zilberman e Blume (2005). As mulheres entrevistadas, assim como seus genitores e filhos, compartilham do mesmo contexto e suas representações, pautando suas formas de conduta com base nos valores e crenças que nele vigoram. Sendo assim, observa-se nas comunidades consideradas um fenômeno de naturalização da violência, próprio de toda representação social, conforme afirma Jodelet (2015). Uma tendência do pensamento em coisificar as noções, fazendo da violência uma

entidade concreta, naturalmente presente nas relações daquele contexto. Assim, a violência é legitimada como uma prática educativa de controle sobre crianças, adolescentes e mulheres, principalmente por ocuparem um lugar de fragilidade.

Mesmo que não nomeiem as situações vividas como violência, a partir das tipologias consideradas nessa pesquisa, é possível observar diversos episódios de violência vivenciados pelas entrevistadas. Destaca-se nos resultados a violência psicológica, seguida da física. Para Hirigoyen (2005), a violência psicológica é de difícil reconhecimento por parte da vítima, assim como a violência moral e sexual. Como apontado pela autora e com base nos contextos considerados, é possível afirmar que essa dificuldade de reconhecimento pode estar associada à naturalização de um relacionamento violento, à baixa autoestima das mulheres, à crença no estereótipo da mulher como responsável pela coesão familiar e pela satisfação dos desejos do marido. Esses fatores colocam a mulher em situação de maior vulnerabilidade, dificultam o reconhecimento da vitimização e contribuem para a subnotificação e manutenção da violência. Apesar de ser uma situação recorrente em diferentes contextos, no que se refere às ruralidades consideradas, esse reconhecimento pode se tornar ainda mais difícil em virtude do predomínio de uma cultura patriarcal acirrada. Adicionalmente, para Hirigoyen (2005), se sentir vítima geralmente está associado às experiências com a violência física, pois ela gera dor, desconfortos e marcas visíveis, para si e para os outros, no corpo. Geralmente nesses casos as mulheres se reconhecem como vítimas e buscam por ajuda na tentativa de manutenção da própria vida.

No que concerne à forma como compreendem o fenômeno é possível afirmar que as mulheres entrevistadas atribuem à violência a ideia de morte e agressão física. Essa compreensão pode estar associada às ameaças de morte que sofrem

constantemente por parte dos cônjuges, e também à dificuldade de reconhecimento de outros tipos de violência para além da física. Ou seja, compreendem a violência como o extremo do prejuízo, relacionando-a à possibilidade de morte e ao dano físico.

As mulheres fazem menção ao uso do álcool pelo parceiro e ao ciúme do mesmo como fatores associados aos episódios de violência, o que também pode ser observado em pesquisa de âmbito urbano desenvolvido pelo DATASenado (2013). O uso de álcool, sobretudo pelo homem, pode estar relacionado à ideia de poder e controle assumido pelo universo masculino. Observa-se que nas comunidades pesquisadas existem extensas plantações de cana e há produção de cachaça em alambiques, o que contribui para a cultura do uso e facilita o acesso ao álcool. Chama a atenção o fato de oito mulheres destacarem que, sem o consumo de álcool, o parceiro não é agressivo. Essas mulheres salientam as qualidades dos maridos quando estão sem consumir bebidas alcoólicas e parecem acreditar que a “culpa” dos atos violentos está na substância consumida. Essa leitura feita pelas mulheres contribui por atenuar a gravidade das situações vividas e dificultar a tomada de posição. Desse modo, diante de um contexto propício ao uso, do histórico de consumo dos homens da comunidade, sobretudo de seus cônjuges e familiares, e da associação feita pelas mulheres entre o álcool e a violência, esse panorama passa a ser interpretado como algo habitual, que não cabe a elas modificar, cerceando as possibilidades de saída.

Assim como o álcool, as mulheres mencionaram o ciúme como um fator que gera conflitos e pode culminar em situações de violência. Os maridos as proíbem de conversar com outros homens, sair de casa, trabalhar fora, pegar carona, usar certas roupas. O que é interpretado como ciúme pelas mulheres trata-se de uma

forma mascarada de violência, conforme afirma Blay (2008), em que o cônjuge tenta, via ameaças e agressões, reorganizar o controle da situação nos casos em que as mulheres contrariaram as normas estabelecidas. Trata-se do resgate da tutela moral das mulheres em situações em que elas escapam ao controle masculino. Observa-se que a ideia comum de que as reações de hostilidade do cônjuge ocorrem por amor é um pensamento recorrente e contribui por mantê-las obedientes e atenuar a gravidade da situação.

Diante da realidade vivida por essas mulheres, algumas estratégias são elaboradas por elas na tentativa de amenizarem o sofrimento, se posicionarem diante da violência do parceiro e preservarem a própria vida. A mãe foi mencionada por sete mulheres como o principal ponto de apoio, assim como a figura de outras mulheres da família. Essas mulheres compartilham da mesma identidade moral, dos mesmos códigos de conduta, entendendo o que se passa e sabendo oferecer apoio na medida certa, dentro do que é permitido nas condições em que vivem. Na maioria das vezes, as vítimas procuram por alguém que lhes dê suporte afetivo e abrigo e as ajude a curar os ferimentos, mesmo que não tenham necessariamente a intenção de punir o agressor. Contudo, foi observado nos relatos que, mesmo que a mãe ou outro familiar se sensibilize com o ocorrido, não é costume haver qualquer ação para além do acolhimento à vítima. Essa postura também é relatada em pesquisa desenvolvida por Meneghel et al. (2011). Como apontado, por compartilharem de um contexto em que se espera o silenciamento da mulher e por considerarem a violência como um assunto de foro íntimo, a maioria dos familiares se omitem com relação a outras providências. A vergonha pela agressão e o medo do agressor também podem estar relacionados à menção da mãe como principal apoio, assim como apontado pelo DATASenado (2013).

Observa-se nas comunidades consideradas que, apesar da violência conjugal ser recorrente no âmbito doméstico, ela não é mencionada no espaço coletivo de forma explícita. Essa configuração pode estar relacionada à ideia de que a vida intrafamiliar é intocável para os de fora do grupo familiar.

A procura pela polícia também foi mencionada por seis mulheres como estratégia de sobrevivência, na tentativa de denunciar a violência vivida e punir o agressor. Essa atitude representa uma transgressão à disciplina imposta a elas e ocorre em casos extremos, na tentativa de preservarem a própria vida. Nenhuma mulher entrevistada realizou a denúncia logo após a primeira agressão, foram necessários sucessivos episódios até que as denúncias fossem feitas. Tal sequência também parece ter sido recorrente em outros contextos, segundo o DATASenado (2013).

Contudo, essas mulheres não conseguiram sustentar essa medida por muito tempo. Elas justificaram a retomada/manutenção do relacionamento por medo do agressor em decorrência das sucessivas ameaças, bem como do desrespeito deles às medidas protetivas e também por considerarem importante a “presença de um homem dentro de casa”. Essa presença as deixa menos “desprotegidas” diante da comunidade e as livra de riscos e comentários maldosos. Diante do controle moral sobre a figura da mulher, de um contexto de naturalização das relações violentas e da hierarquia de valores construída socialmente e assumida por elas, essas mulheres preferem serem vistas como mulher de algum homem do que sem ninguém ou separadas. Durante as entrevistas apenas uma mulher se encontrava separada do cônjuge, a mesma que o marido estava preso.

Diante das condições em que se encontram, como descritas acima, seis mulheres relataram que revidam às agressões do cônjuge. Nas ruralidades

contempladas, a conduta assumida por essas mulheres representa uma transgressão às normas de comportamento, pois assumiram uma posição reservada até então aos homens. Observa-se que nesses casos as crenças que contribuíam para o silêncio dessas mulheres e pela assunção de medidas “socialmente aceitas” se tornam secundárias diante da necessidade de se manterem vivas. Contudo, não é uma posição assumida por todas as mulheres. Cinco entrevistadas, apesar de se dizerem humilhadas, controladas e machucadas não reagem ao ocorrido, nem mesmo com palavras. Essas mulheres justificam tal postura por medo do marido, por considerarem que uma reação por parte delas não solucionaria o problema e até mesmo por “respeito” ao cônjuge. Essas mulheres expressam em seus comportamentos uma tentativa de se manterem de acordo com a tutela moral do contexto no qual se encontram inseridas e utilizam estratégias de sobrevivência socialmente aceitas diante da violência que vivem.

O silêncio dessas mulheres também pode ser percebido como uma estratégia de sobrevivência. Elas estão inseridas em um contexto que lhes restringe as possibilidades de saída da situação vivida e lhes impõe sanções caso transgridam as regras vigentes.

Para além das ameaças do cônjuge e das transgressões às medidas protetivas, elas queixam-se da ação da polícia, justiça e políticas públicas em geral, no que concerne ao atendimento às zonas rurais, das condições de isolamento em que se encontram, tanto no que se refere à cultura do silêncio, à distância dos centros urbanos, à ausência de vizinhos, à falta de telefone. Esses aspectos também são mencionados pela literatura e as colocam em situações de extrema vulnerabilidade, contribuindo para a ocorrência e manutenção da violência. Esses

pontos aliados à cultura patriarcal legitimada via violência abafam os “gritos” de socorro emitidos por essas mulheres (Scott et al., 2010).

Considerações finais

Como apresentado na introdução desse estudo, compreendemos a violência como um conjunto de relações de dominação e opressão, que geram consequências negativas para o sujeito e que devem ser consideradas a partir de uma determinada conjectura política, cultural e histórica (Velho, 1996). Sendo assim, é fundamental analisarmos a partir de uma determinada sociedade quais valores, crenças e sentidos são usados para justificar condutas violentas como forma de resolução de conflitos (Porto, 2006).

As mulheres entrevistadas, além de vítimas de violência interpessoal, também sofrem com uma espécie de violência coletiva, como apresentada por Chauí (1985). Sofrem as consequências de uma organização social e política que se baseia em discursos e práticas opressores e excludentes em torno da figura da mulher. Essa realidade as coloca diante de uma situação de extrema vulnerabilidade, que dificulta o reconhecimento da violência sofrida e a tomada de posição para seu combate.

De acordo com Porto (2006), quanto mais uma sociedade é unilateral com suas normas e valores, mais se tem a impressão de objetividade construída por uma suposta unidade de pontos de vista e mais difícil é o rompimento com essa ordem. Essa leitura pode ser utilizada na compreensão da violência conjugal em comunidades em que vigora a supremacia masculina como norma de gênero dominante e que regulamenta as relações, culminando na opressão feminina, como

nas comunidades estudadas. A situação de isolamento em que vivem essas comunidades pode contribuir para a preservação dessa perspectiva.

No que concerne às estratégias existentes para os casos de violação dos direitos dessas mulheres, é possível afirmar que a rede de atenção à mulher vítima de violência ainda não alcança as demandas dos contextos rurais e muitas mulheres rurais desconhecem a existência dessa rede e do que prevê a lei nº 11.340. Ademais, ainda que a lei responsabilize o agressor por seus atos, ela não trata de ações de enfrentamento à violência no campo e pode contribuir por gerar outras situações de violência, visto que não existem na zona rural serviços para acolher a mulher que se sente desprotegida após a denúncia (Scott et al., 2010).

Desse modo, para a efetivação dos direitos políticos das mulheres rurais faz-se necessário a construção e implementação de políticas públicas capazes de contemplar a violência contra a mulher a partir dos contextos nos quais ela se processa, em uma perspectiva que extrapole o âmbito punitivo e considere também aspectos preventivos. Além disso, o fortalecimento dos movimentos sociais em prol da mulher rural pode representar o caminho para a construção de uma perspectiva crítica e reflexiva que produza deslocamentos e mudanças de paradigmas nas mulheres e em toda a sociedade.

Referências Bibliográficas:

Almeida, de S.S.(2007). Essa violência mal dita. In Almeida, de S.S (Org.), *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ.

Almeida, I & Soeiro, C. (2010). Avaliação de risco de violência conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, 28 (1). Recuperado em 01 de dezembro, de 2014, em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a13.pdf>

Almeida, A. M. de O; Santos, M. de. F. de S; & Trindade, Z. A. (Orgs.) (2011). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik

Biazzo, P.P (2008). Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. *Geo UERJ*, 18 (1). Recuperado em 03 de dezembro de 2014, em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/16.pdf>

Blay, E. A. (2008). *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo. Editora 34.

Chauí, M. (1985). *Participando do Debate sobre Mulher e Violência*. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar.

Cintrão, R; & Siliprandi, E. (2011). O Progresso das Mulheres Rurais. In: *O Progresso das Mulheres Rurais 2003-2010*. Barsted, L. L & Pitanguy, J. (Orgs). Brasília: ONU Mulheres.

Costa, L. M. G. (2010). *Violência Doméstica: vitimização e enfrentamento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós Graduação em Psicologia. Recuperado em 19 de outubro de 2016, de: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23015>

D'Oliveira, A. F. P. L., Schraiber, L. B; França-Junior, I., Ludermir, A. B., Portella, A. P., Diniz, C. S., Couto, M. T. & Valença, O. (2009). Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública*, 43(2), 299-310. Recuperado em 03 de maio de 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n2/7172.pdf>

Fals - Stewart, W; Leonard, K. E; & Birchler, G. R. (2005). The Occurrence of Male-to-Female Intimate Partner Violence on Days of Men's Drinking: The Moderating Effects of Antisocial Personality Disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73 (2). Recuperado em 02 de março de 2014, de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15796631>

Fernandes, G.B; Gaia, V.O & Assis, C. L. de. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22 (2). Recuperado em 28 de novembro de 2016, de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/4460>

Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise de Conteúdo*. Plano Editora: Brasília.

Fonseca, A. M; Galduróz, J. C. F; Tondowisk, C. S; & Noto, A. R (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 43(5). Recuperado em 20 de abril de 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n5/24.pdf>

Grossi, P, K; Casanova, M, de, F & Starosta, M. (2004). Grupos para homens que exercem violência conjugal: um desafio no enfrentamento da violência de gênero. In: Strey, M, N; Azambuja, M, P, R, de & Jaeger, F, P. (Orgs.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Hirigoyen, M, F. (2005). A violência psicológica. In: *A violência no casal*. BERTRAND.

Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: *As Representações Sociais* (D. Jodelet, org.), 31-61, Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Jodelet, D. (2015). *Loucuras e Representações Sociais*. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes.

Kiss, L; d'Oliveira, A. F.L; Zimmerman, C; Heise, L; Schraiber, L. B & Watts, C. (2012). Brazilian policy responses to violence against women: Government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence. *Health and Human Rights*. 14(1). Recuperado em 20 de abril de 2014, de: <https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/13/2013/06/Kiss-FINAL2.pdf>

Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Casa Civil*. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 24 de agosto de 2015, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Lima, J. S. T (2013). *Estratégias de enfrentamento em mulheres que sofrem violência por seus parceiros*. Dissertação- Mestrado em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes. Aracaju. Recuperado em 28 de novembro de 2016, de: <http://ppg.unit.br/psa/wp-content/uploads/sites/6/2016/05/Jamile-Santana-Teles-Lima.pdf>

Meneghel, S.N; Bairros, F; Mueller, B; Monteiro, D; Oliveira, L, P, de & Colazzio, M. E. (2011). Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(4). Recuperado em 10 de setembro de 2016, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2011000400013&script=sci_abstract&lng=pt

Meneghel, S.N; Barbiani, R; Steffen, H; Wunder, A.P; Roza, M.D; Rotermond, J; Brito, S & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(4). Recuperado em 10 de setembro de 2016, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000400018

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Organização Mundial de Saúde (2002) *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde/OMS. Recuperado em 23 de março de 2015, de: <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>

Organização Mundial de Saúde (2005). *Estudio Multipais de la OMS sobre salud de la mujer y violencia domestica contra la mujer*. Recuperado em 02 de fevereiro de 2015, de: www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report

Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, 8(16). Recuperado em 08 de abril de 2016, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264>

Saffioti, H & Almeida, S. S. de. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

Saffioti, H. I. B. (2001) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Em L. Q. Moraes, e R. Naves (Orgs.). *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. (pp. 197-221). Campinas, SP: Unicamp.

Sales, C. de. M. V. (2007). Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2). Recuperado em 15 de fevereiro de 2015 de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264>

Schraiber L. B; d'Oliveira A. F. P. L; Jr-França, I; Diniz, S; Portella, A. P; & Ludermir , A. B, et al (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 41(5), 797- 807. Recuperado em 14 de fevereiro de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed. Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 28 de agosto de 2015, de: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g-era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf

Senado Federal (2013). Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Secretaria de Transparência. Recuperado em 02 de maio de 2015, de: http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

Valquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (4). Recuperado em 20 de agosto de 2015, de: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a15.pdf>

Velho, G; & Alvito, M. (1996). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Zilberman, M. L; Blume, S. B. (2005). Violência Doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*; 27(Supl II): S51-5. Recuperado em 03 de março de 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462005000600004&script=sci_arttext&tlng=pt

Wolfe, D. A; Crooks, C. V; Lee, V; McIntyre-Smith, A; & Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: A meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6, 171-187. Recuperado em 10 de novembro de 2014, de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14620578>

ARTIGO 3: SILÊNCIO, DIÁLOGO E ALTERIDADE: A ENTREVISTA COMO PROCESSO REFLEXIVO

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre o processo de fazer pesquisa, com destaque para a imersão em campo e a realização de entrevistas. Tem como objetivo geral discutir os desafios com os quais o/a pesquisador/a se depara, principalmente no que concerne à aplicação de procedimentos tradicionais de pesquisa em situações concretas, em especial naqueles que envolvem relatos sobre violência conjugal. Após uma apresentação geral sobre a técnica de entrevista e sobre o trabalho empírico que possibilitou a discussão apresentada, procuremos explorar como a reflexão sobre três elementos específicos (silêncio, diálogo e alteridade) pode permitir a percepção do procedimento de entrevista como processo reflexivo.

Palavras-chaves: entrevista; silêncio; diálogo; alteridade.

SILENCE, DIALOGUE AND ALTERITY: THE INTERVIEW AS A REFLEXIVE PROCESS

ABSTRACT

The article presents a discussion on the process of doing research, with emphasis on field immersion and interviews conduction. The general objective is to discuss the challenges with which the researcher deals, with focus on the application of traditional research procedures in concrete situations, especially those involving reports of marital violence. Succeeding a general presentation about the interview technique and the empirical work that enabled this discussion, we explore how a reflection on three specific elements (silence, dialogue and alterity) may allow the realization of the interview procedure as a reflexive process.

Keywords: interview; silence; dialogue; alterity.

SILENCIO, DIALOGO Y ALTERIDAD: LA ENTREVISTA COMO PROCESO REFLEXIVO

RESUMEN

Este trabajo presenta reflexiones sobre el proceso de investigación, con foco en la inmersión en campo y la realización de entrevistas. Tiene como objetivo general discutir los desafíos con los cuales el/la investigador (a) encuentra, sobre todo en lo que se refiere a la aplicación de procedimientos tradicionales de investigación en situaciones concretas, en especial en aquellos que involucran relatos sobre violencia conyugal. Luego de la presentación general sobre la técnica de entrevista y sobre el trabajo empírico que posibilitó la discusión presentada, buscamos explorar cómo la reflexión sobre tres elementos específicos (silencio, dialogo y alteridad) puede permitir la percepción del procedimiento de entrevista como proceso reflexivo.

Palabras clave: entrevista; silencio; dialogo; alteridad.

1.0 Introdução

O desenvolvimento de grande parte das pesquisas na área das ciências sociais exige geralmente três etapas fundamentais: o levantamento bibliográfico, a observação do/em campo e a coleta de dados. Para a efetivação da terceira etapa, o método mais recorrente tem sido a entrevista. O pesquisador, munido dos conhecimentos obtidos pela revisão bibliográfica e observações do/em campo encontra na entrevista a possibilidade de acessar um conjunto de informações provenientes da perspectiva de diferentes sujeitos sociais (Quaresma, 2005).

De modo geral, a entrevista pode ser inicialmente definida como um processo de interação entre dois ou mais sujeitos, tendo como objetivo a obtenção de informações por um desses. Esse processo de interação produz conhecimento e as palavras são o principal veículo de troca. A interação entre entrevistadores e entrevistados ocorre geralmente de forma presencial e verbal, o que não exclui a possibilidade de outros tipos de interação, a depender dos objetivos da pesquisa (Gaskell, 2002).

Breakwell (2010) afirma que a entrevista é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa social. Ela permite, a partir dos seus diferentes usos, acessar distintos universos. Por possuir esse caráter adaptativo, ela possibilita ao pesquisador utilizá-la em diversas etapas do processo de pesquisa, associada ou não a outros métodos, podendo ser usada independente da orientação epistemológica do pesquisador.

Para Gaskell (2002) toda pesquisa que recorre à entrevista como método de trabalho se configura como um processo social, em virtude da interação e da cooperação necessária para sua realização. Entrevistador e entrevistado,

possuidores de realidades distintas, se relacionam em um processo de “partilha e negociação de realidades” (p.74).

A entrevista pode se estruturar em três tipos específicos, a depender dos objetivos da pesquisa: estruturada, semiestruturada e aberta. O primeiro tipo se configura em uma espécie de questionário, geralmente utilizado em pesquisas com grandes amostras e que objetivam por resultados rápidos. Aqui a regra básica é a padronização, até mesmo das explicações a serem fornecidas, para que não ocorram influências nas respostas e se mantenha a neutralidade do pesquisador. O segundo tipo apresentado, como o próprio termo sugere, proporciona mais liberdade ao pesquisador, pois as perguntas não direcionam totalmente o processo, são um recurso disponível ao entrevistador para orientá-lo. A entrevista semiestruturada possibilita um diálogo entre entrevistador e entrevistado, valoriza o processo de interação entre os mesmos bem como o contexto onde ocorre a entrevista. O último tipo configura-se pela flexibilidade do entrevistado para falar sobre determinado assunto. Geralmente é feita uma pergunta abrangente sobre determinado assunto e o entrevistado fala livremente sobre ele (May, 2004).

Para a realização das entrevistas semiestruturadas o entrevistador desenvolve, a partir de seus conhecimentos teóricos e trabalho de/no campo, um roteiro de entrevista. Esse configura-se como um guia flexível que orienta o entrevistador sobre os pontos a serem abordados com o entrevistado (Gaskell, 2002). O roteiro não é sinônimo de entrevista. Ele representa apenas uma estrutura de perguntas, palavras ou temas que norteará o entrevistador. A entrevista extrapola o roteiro por perpassar aspectos relacionados a interação, teoria, contexto, linguagens subjetivas e objetivas.

No campo da pesquisa social as entrevistas semiestruturadas e abertas são recorrentes, sendo nomeadas por alguns autores como entrevistas qualitativas. Essas apresentam como pressuposto básico a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Gaskell, 2002, p. 65).

Sendo assim, o pesquisador que recorre à entrevista qualitativa como instrumento de trabalho se depara, a partir do discurso dos sujeitos entrevistados, com uma multiplicidade de expressões de realidade que precisam ser compreendidas a partir do contexto nas quais se processam e da teoria que embasa o estudo. Nesse sentido, o pesquisador se defronta com o desafio de articular esses elementos da forma mais harmoniosa possível, permitindo que as informações obtidas com as entrevistas passem a ter sentido, culminando em um conjunto de resultados de pesquisa (Kaufmann, 2013).

Kaufmann (2013), no livro “A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo”, discorre sobre o hiato existente muitas vezes entre o saber teórico e a atuação prática do pesquisador. Para ele, é recorrente entre os pesquisadores que utilizam a entrevista como método de pesquisa se dedicarem a ler diferentes manuais sobre trabalho de campo, como elaborar o roteiro de entrevista, o tipo de linguagem a se utilizar, como proceder no momento da entrevista e a relação entrevistador e entrevistado. Contudo, a maioria desses pesquisadores continuarão inseguros no momento de ir a campo e colocar em prática o aprendizado, o que pode culminar em pesquisas que se dedicam a relatar os procedimentos teóricos e metodológicos adotados e os resultados alcançados sem refletirem sobre o processo, o encontro de distintas realidades e o conhecimento produzido a partir dessa interseção.

Para o autor, a formação teórica do pesquisador é importante para o sucesso da entrevista, entretanto não é determinante. É necessário vivenciar o contexto de estudo, se submeter a situações práticas e, a partir de uma posição crítica e reflexiva, articular o que os manuais ensinam com as condições do campo estudado. Essa postura do pesquisador evita que o mesmo esconda a realidade pesquisada por detrás da técnica e deixe de revelar toda a riqueza e singularidade da entrevista.

Para ilustrar o trabalho árduo do pesquisador no processo de articulação entre teoria e prática, Kaufmann (2013) propõe a figura do “artesão intelectual” como aquele que produz a sua obra articulando os procedimentos metodológicos aos materiais e às condições disponíveis para sua efetivação, em um processo de produção singular. Essa postura exige esforço, dedicação, domínio de conteúdo e criatividade por parte do pesquisador, em um processo contínuo de aprendizado. A cada proposta investigativa o pesquisador se depara com diferentes sujeitos, contextos, discursos e possibilidades metodológicas, que exigem dele novas habilidades e conhecimentos.

Considerando a singularidade do processo de pesquisa no campo das ciências sociais, e dos desafios com os quais se depara o pesquisador, principalmente no que concerne à articulação das condições de produção aos procedimentos metodológicos, elaboramos o presente relato, que tem como objetivo apresentar as reflexões de um pesquisador sobre o processo de fazer pesquisa, com destaque para sua imersão em campo e para a realização de entrevistas a partir de uma experiência concreta de pesquisa.

2.0 A imersão em campo e o acesso aos sujeitos: encontros e desencontros

Apresento abaixo o trajeto percorrido na realização da pesquisa de campo no que concerne a minha imersão e interação com os sujeitos.

A pesquisa que permitiu o conjunto de reflexões aqui apresentado tinha como objetivo geral compreender os significados da violência conjugal e as práticas a ela relacionadas segundo mulheres moradoras de zonas rurais. Para tentar acessar mulheres rurais, que habitam em zona rural e viviam/vivem situações de violência conjugal, inicialmente fiz contato com a Delegacia de Mulheres (DM) de uma cidade no interior de Minas Gerais. Contudo, apenas dois casos foram encontrados nos registros da delegacia.

Com o transcorrer da pesquisa, foi possível compreender os motivos relacionados à escassez de registros. As mulheres rurais não conseguem acessar a DM com facilidade em virtude da distância da zona rural das cidades, carência de transporte, ausência de telefone para acionar a polícia, ou até mesmo por desconhecimento desse dispositivo. Soma-se a isso o medo que as mulheres possuem do agressor, o silenciamento da violência em contextos de ruralidade, a negligência da polícia aos pedidos de ajuda vindos do campo, assim como apontado por Scott, Rodrigues e Saraiva (2010).

Sendo assim, para acessar os sujeitos de pesquisa foi necessário elaborar novas estratégias. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) que dão cobertura às zonas rurais de duas cidades do interior de Minas Gerais foram contatadas. As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), vinculadas às UBSs, forneceram então informações sobre a existência de casos de violência conjugal em comunidades rurais.

Apesar de algumas ACSs terem negado informações, alegando legitimamente não se sentirem confortáveis diante da “quebra do sigilo” e com “medo” de se

envolverem em um assunto considerado por elas como “pessoal”, foi possível identificar trinta e quatro casos, sendo que em três deles as ACSs não recomendavam a visita porque o marido era violento e se encontrava com frequência na residência. Sendo assim, trinta e uma casas foram visitadas.

O encontro com as mulheres, bem como com as ruralidades⁶ pesquisadas e demais sujeitos que nelas vivem, foi mediado pelas ACSs. A interação que estabeleci com as ACSs representou o primeiro contato com as referências que perpassam as ruralidades consideradas. Elas também são moradoras rurais e se mostraram enquanto sujeitos daquele contexto.

Ser apresentada pelas ACSs permitiu o acesso às mulheres que vivem nas comunidades. As ACSs são mulheres respeitadas, vistas pelos moradores como sinônimo de cuidado e atenção. Conhecem detalhes das comunidades e dos sujeitos. Ademais, o vínculo das ACSs com as mulheres entrevistadas contribuiu para que essas aceitassem realizar a entrevista e confiassem em mim. Contudo, apesar da ajuda das ACSs para viabilizar a realização da pesquisa, elas também se mostraram receosas para que o vínculo que possuem com as mulheres não fosse prejudicado. A indicação dos casos por parte das ACSs perpassa questões éticas, relacionadas ao sigilo profissional. Nesse sentido, as ACSs me solicitaram que não dissesse para as mulheres que sabia das situações de violência, essa temática deveria surgir durante a entrevista a partir dos pontos abordados no roteiro. Além disso, estabeleci um acordo com as ACSs de respeito pela privacidade dos casos e não divulgação da identidade das mulheres.

⁶ Essa expressão valoriza o espaço rural como um campo de análise e o compreende como experiência, como uma forma de se organizar e de se relacionar de diferentes atores sociais a partir de cada comunidade estudada (Biazzo, 2008).

As ACSs se mostraram envolvidas com a proposta de pesquisa e se dedicaram para que as mulheres fossem encontradas e participassem das entrevistas. Esse envolvimento pode estar relacionado à angústia que as ACSs relataram sentir diante da violência vivenciada pelas mulheres rurais e à impossibilidade de fazer algo por elas, em virtude do silenciamento do tema entre os sujeitos das comunidades. Além disso, as ACSs também são mulheres rurais e compreendem as experiências vividas pelas participantes da pesquisa. Destaca-se que no transcorrer da pesquisa duas ACSs relataram que também são vítimas de violência por parte do cônjuge.

Com as ACSs também aprendi que não se pode negar o “cafezinho” oferecido em todas as casas, pois isso pode ser interpretado como uma ofensa; que o cachorro encontrado na estrada é sinal de que o dono está por perto; que existem muitos atalhos por dentro das matas que facilitam o acesso às casas, evitando andar quilômetros a mais pelas estradas; que em muitos momentos precisamos correr dos gansos e cachorros que encontramos pelo caminho; que a fumaça avistada de longe é sinal de que a mulher está em casa e usando o fogão à lenha.

Para iniciar a imersão em campo acompanhei as ACSs em visitas de rotina nas casas e permaneci em alguns momentos nas UBSs rurais, na tentativa de me aproximar dos sujeitos e conhecer suas ideias, crenças, normas de conduta, a forma de organização das comunidades, os aspectos simbólicos, as relações estabelecidas. Ou seja, identificar elementos que fazem parte de representações compartilhadas por eles e influenciam nos seus discursos e práticas.

A minha presença nas comunidades, circulando nas estradas juntamente com as ACSs, em visitas às casas, e minha permanência nas UBSs gerou um incômodo inicial nas pessoas que vivem nas comunidades, o que ficou explícito na forma

desconfiada com que me olhavam, nos cochichos e frequentes perguntas sobre quem eu era e os motivos de estar ali. Também me senti incomodada por esse encontro, em uma espécie de invasão de privacidade do espaço do outro. Além disso, estar diante do desconhecido me suscitou alguns questionamentos pessoais relacionados às ideias, valores, crenças que me perpassam bem como uma revisão das minhas condutas diante daqueles sujeitos.

De acordo com Amorim (2002), entrar em contato com o diferente nos remete a um processo de encontro com o que é nosso e ao mesmo tempo com o que não identificamos como pertencente a nós. Ademais, exige do pesquisador que se compreenda para que seja possível lançar seu olhar sobre o outro na tentativa de compreendê-lo (Romanelli, 1998). Nesse sentido, é possível afirmar que a imersão em campo marcou significativamente o encontro com a diferença/alteridade.

Para Romanelli (1998), se colocar como exterior em relação aos aspectos que perpassam a vida das comunidades estudadas e manter em certa medida o estranhamento gerado pelo encontro entre pesquisador e universo pesquisado pode ser fundamental para a manutenção da posição de interrogação da alteridade. Para o autor, o trabalho de campo deve ser conduzido a partir desse estranhamento que gera questionamentos e a busca pela compreensão do universo pesquisado articulado à teoria que sustenta o estudo.

Nesse sentido, a aproximação entre mim e os sujeitos foi se construindo aos poucos, ao longo dos seis meses de imersão nas dez comunidades estudadas⁷. Cada momento de interação me permitiu aprender sobre aqueles sujeitos, suas regras, valores, costumes, linguagem, representações compartilhadas, em um

⁷ Essas comunidades rurais fazem parte de duas cidades do interior de Minas Gerais. As zonas rurais dessas cidades se unem, constituindo um mesmo território.

processo de inserção na cultura local. Apesar das diferenças existentes e de não ser reconhecida como parte das comunidades, o convívio possibilitou o encontro de experiências em comum, de ideias compartilhadas, o que diluiu a estranheza existente e contribuiu significativamente para o transcorrer da pesquisa.

Ademais, a imersão em campo e o encontro com o desconhecido me colocaram diante de um conflito entre minhas impressões pessoais e a preocupação sobre o que se espera de um pesquisador, como a capacidade de observar, escutar e agir livre de julgamentos prévios. Nesse sentido, Romanelli (1998) aponta que “a subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo” (p. 128). Desse modo, aos poucos, fui significando o campo pesquisado a partir da relação de alteridade, amparada pelos pressupostos metodológicos e teóricos que norteiam o estudo.

Todo o processo de imersão em campo foi acompanhado de um caderno de anotações, o depositário de todas as reflexões realizadas ao longo das observações e interações com os sujeitos. Essa espécie de “diário de campo” atuou nesse processo como um acompanhante, confidente de todas as constâncias e inconstâncias que me inquietaram ao longo da minha imersão em campo e que me ajudaram significativamente na elaboração do roteiro de entrevista e na compreensão dos relatos das mulheres.

Apesar dos objetivos de pesquisa nortearem a construção do roteiro de entrevista, as observações e interação com os sujeitos e comunidades me proporcionaram mais precisão e confiança em sua elaboração, bem como

informações sobre a melhor maneira de abordar a violência e a linguagem que deveria ser utilizada. Algumas modificações no roteiro foram necessárias e aconteceram a partir da dinâmica das primeiras entrevistas. Ou seja, apesar dele ter como função me nortear, enquanto entrevistadora, a entrevista aconteceu a partir das condições do momento, que compreendem aspectos como o contexto, a relação estabelecida entre mim e a entrevistada, bem como o encontro de linguagens e crenças. Como afirmam Kaufmann (2013) e Gaskell (2002), tão importante quanto o roteiro são as críticas às quais o submetemos ao longo das entrevistas.

3.0 O processo de entrevista: silêncio, diálogo e alteridade

Nesse momento, apresento o processo de entrevista, com destaque para a relação dialógica que se estabeleceu entre mim e as entrevistadas e as relações de alteridade existentes, já aparentes desde a minha imersão em campo. O silêncio assumido pelas mulheres e comunidades consideradas diante da violência conjugal, bem como o silêncio do que escapa significar também é um ponto emergente problematizado a seguir.

Após a imersão em campo e elaboração do roteiro, iniciei as entrevistas. Para a realização das mesmas, acompanhei as ACS até as casas e fui apresentada às mulheres como estudante e pesquisadora que estava realizando um trabalho sobre mulheres rurais, as convidando para participar. Aquelas que estavam de acordo assinaram o termo de consentimento após o mesmo ter sido lido em voz alta. Algumas mulheres não sabiam escrever, o que impossibilitou a assinatura do termo. Nesses casos, o consentimento foi feito oralmente e gravado.

A casa foi escolhida pelas mulheres como lugar privilegiado para a realização das entrevistas. Elas justificaram a escolha por se sentirem “protegidas” dos olhares da comunidade. Apenas duas mulheres pediram para a entrevista ocorrer nas UBS's, pois os cônjuges ficavam o dia todo em casa. Em todos os casos o cônjuge não estava presente no momento da entrevista.

O gravador foi utilizado como um importante recurso de registro das entrevistas. O auxílio desse dispositivo me permitiu ficar atenta aos aspectos que perpassaram a entrevista, como o discurso produzido, os gestos, expressões faciais, ruídos, sem me preocupar em fazer anotações enquanto as mulheres falavam. Contudo, de acordo com Queiroz (1991), a presença do gravador pode inibir o entrevistado. Observou-se que, realmente, quando o gravador estava no campo de visão das entrevistadas, elas se demonstravam desconfortáveis com a presença do mesmo. Diante disso, o gravador era colocado em um lugar onde as entrevistadas não o viam.

Dentre as trinta e uma casas visitadas, sete mulheres se negaram a responder a entrevista, cinco mulheres não mencionaram a violência, quatro mulheres relataram a violência, mas não autorizaram a gravação e três mulheres haviam “fugido” de casa em decorrência da violência. As mulheres que se negaram a participar e a gravar as entrevistas apresentaram diferentes justificativas como: ter que pedir autorização ao cônjuge, estar ocupada com afazeres domésticos, não se sentirem à vontade com a situação, desconfiarem do que seria feito com o conteúdo gravado e da presença do gravador, considerarem não ter nada importante a relatar ou que “não sabia falar”.

A imersão em campo, bem como o processo de entrevista, permitiu-me observar que prevalece nas comunidades consideradas uma configuração social

patriarcal, com a mulher ocupando o lugar de submissão diante da supremacia e controle masculinos. Nesse sentido, é recorrente o uso da violência como forma de legitimação de relações, com a mulher ocupando o lugar da vítima em potencial. O lugar social destinado à mulher contribui para o silenciamento das mesmas diante da violência sofrida bem como dificulta a identificação das múltiplas expressões de violência às quais são submetidas. Além disso, prevalece nas comunidades consideradas a ideia de privacidade destinada aos assuntos conjugais e de âmbito familiar, o que contribui para a invisibilidade dos casos de violência e para o tom sigiloso com o qual o assunto é tratado, o que também é descrito por Scott et al. (2010). Essa organização social reflete nas relações que os sujeitos estabelecem influenciando nas condições de acesso às mulheres entrevistadas bem como na condução das entrevistas.

As mulheres, em sua maioria, se mostraram surpresas e inseguras diante do meu interesse em entrevistá-las. Foram recorrentes entre elas expressões como: “*você quer me entrevistar, mas por que eu?*” (Meire)⁸, “*o que você quer que eu fale?*” (Alda), “*não sou boa para essas coisas*” (Teca), “*não sei o que falar*” (Eva). Convidá-las para falarem de suas vidas e escutar suas opiniões culminou em uma situação de incômodo, por retirá-las do lugar de silêncio destinado e assumido por elas. Nesse sentido, os relatos dessas mulheres significam mais do que a simples descrição de suas experiências. Eles representam uma transgressão às regras sociais, por romperem com o silêncio sobre um assunto também omitido nas comunidades onde vivem.

Sendo assim, diante do silenciamento dessas mulheres e da temática abordada foram necessários alguns cuidados especiais para a realização das entrevistas.

⁸ Os nomes foram trocados para garantir o anonimato das mulheres entrevistadas.

Iniciei a conversa a partir de assuntos cotidianos, relacionados ao clima, à vida nas comunidades, filhos, cuidados com a casa e horta. Esse momento de conversa possibilitou maior aproximação com as entrevistadas, diluindo o constrangimento, a timidez e a desconfiança iniciais apresentados por elas e até mesmo por mim. Em alguns momentos no transcorrer das entrevistas, foi necessário que eu reforçasse a importância da opinião delas para a pesquisa, salientasse o contrato de sigilo, e me mostrasse interessada, instigando-as a falar. Ao serem questionadas diretamente sobre a violência, muitas mulheres apresentaram resistência a falar sobre o assunto, mudando o foco da conversa. Nesses momentos foi necessário explorar outros temas até que as mulheres se sentissem novamente à vontade. Aos poucos foi possível estabelecer um diálogo fluido e interativo.

Para Romanelli (1998), a entrevista é uma relação que se processa entre dois sujeitos, inicialmente estranhos entre si, atravessados por uma alteridade que inicialmente dificulta a interação efetiva entre eles, mas que “deve ser superada para que a matéria prima do conhecimento possa ser produzida durante esse encontro que transforma estranhos em parceiros de uma troca” (p. 126).

Para Medina (1986), esse encontro entre diferentes compreensões de mundo é possível apenas por meio do diálogo, o que se configura no processo de entrevista. Amorim (2002) acrescenta que esse encontro também permite que a alteridade se revele. Desse modo, ao relatarem suas experiências, as mulheres enunciam suas visões de mundo e contradições que as atravessam. Ou seja, expressam o encontro entre os muitos outros que as constituem, deixando revelar a alteridade. Essa identificação só é possível mediante o encontro com a diferença, talvez possibilitada também pela relação estabelecida comigo.

Hoje, após o término das entrevistas, é possível reconhecer que a dicotomia “identificação versus estranhamento” perpassou todo o processo de interação entre mim e as entrevistadas. O fato de nos identificarmos como pertencentes ao gênero feminino contribuiu para o estabelecimento de uma relação empática entre nós e atuou como condição fundamental para a fluidez no discurso e interações estabelecidas durante boa parte das entrevistas. Apesar de representar a figura de uma mulher urbana e não compartilhar de alguns valores presentes nas ruralidades estudadas, é indiscutível que nós compartilhamos também de alguns valores presentes na sociedade mais ampla, marcada pela desvalorização da figura feminina. Estarmos submetidas à mesma condição, e reconhecermos esse fato, pode, assim, ter contribuído para o estreitamento dos laços e ter possibilitado que a entrevistada revelasse sua subjetividade, seus medos, anseios e esperanças, e fosse compreendida. Falar sobre um assunto silenciado que remete a sofrimento e a condições de extrema violação de direitos tornou-se possível diante de outra mulher. Ademais, como afirma Romanelli (1998), a entrevista não pressupõe a eliminação da alteridade, mas a sua relativização diante do estabelecimento de uma relação significativa, de cumplicidade entre aquela que fala e a que escuta e valoriza o discurso enunciado.

Contudo, nos momentos em que as especificidades das ruralidades consideradas eram relatadas e associadas à violência conjugal, a categoria “mulher” se estremecia. Nesses casos, não bastava ser mulher para compreender o que era relatado, era necessário também compartilhar das ruralidades nas quais se encontravam inseridas, o que não era possível para uma mulher da cidade. Em seus discursos, as mulheres destacaram peculiaridades das ruralidades consideradas que contribuem para a complexidade da violência conjugal na zona

rural, como: a ausência de telefone para pedir ajuda, a distância entre as casas, a cultura patriarcal acirrada que perpassa o contexto rural e retira delas, mais do que das mulheres urbanas, o direito de se posicionarem, a carência de políticas públicas e a negligência da polícia para com os pedidos de ajuda vindos da roça, configuração também encontrada em outros contextos rurais, como aponta Scott et al. (2010).

Nesse sentido, é possível afirmar que o encontro com a alteridade pode gerar silêncios, o silêncio do que não se consegue preencher, pois não vivo o que elas vivem. De acordo com Amorim (2002), o hiato existente entre entrevistador e entrevistado, assim como em qualquer relação de alteridade, permite que muitas coisas sejam ditas e outras silenciadas. Esse silêncio pode estar presente na dificuldade de significar um discurso por parte do entrevistador e não necessariamente na ausência de vozes.

Abordar um assunto íntimo e desconfortável para as mulheres entrevistadas gerou situações de fortes emoções, com episódios marcados por lágrimas e pedidos para mudar de assunto. Como afirma Romanelli (1998), em momentos calorosos das entrevistas “a alteridade entre o entrevistador e entrevistado reveste-se de emoções e de desabafos” (p.129). Nesses momentos, o cenário se resumiu ao encontro entre duas mulheres, uma que relata seu sofrimento à outra e por meio do diálogo se entendem e produzem um encontro significativo e afetivo.

Durante os relatos, as entrevistadas foram rememorando aspectos das suas histórias de vida, relembando fatos, assumindo uma posição de interlocução com elas mesmas e de significação de suas experiências. Esse momento também representou a oportunidade de expressarem suas opiniões, negligenciadas e silenciadas nos contextos considerados. O depoimento dessas mulheres sobre suas

experiências de vida, sobretudo a violência conjugal que vivenciam silenciosamente em seus cotidianos, pode ser entendido como um pedido de socorro.

Sendo assim, é possível afirmar que o diálogo que se processou na entrevista compreende o encontro entre as múltiplas vozes que perpassam a entrevistada e eu, resultando em uma produção “híbrida”, sendo fundamental identificar “quais são os efeitos de sentido que essa disposição de vozes produz” (Amorim, 2002, p. 06).

O pesquisador, mediado pelas suas experiências com o campo pesquisado, formação teórica e metodológica, se depara com o trabalho de desvendar os sentidos produzidos a partir desse encontro e seus possíveis efeitos, em uma atitude ética, reflexiva e investigativa, sempre considerando o contexto social histórico no qual se processa o discurso, em uma postura de revisão das suas próprias concepções.

4.0 Considerações Finais

Diante das ideias aqui apresentadas é possível afirmar que o estudo dos múltiplos procedimentos metodológicos existentes no campo das ciências sociais faz sentido a partir da experiência prática e devem ser utilizados e interpretados diante do conjunto de elementos com os quais o pesquisador se depara em campo. Isso não significa uma incitação à improvisação e uma crítica à técnica. Pelo contrário, representa a busca pelo uso criativo e flexível do método, sempre adaptável às complexas realidades que nos propomos a investigar. A entrevista, enquanto uma estratégia metodológica de acesso a diferentes sujeitos e contextos de pesquisa, possibilita e exige do pesquisador essa conduta plástica e criativa (Kaufmann, 2013).

Como vimos, ao escolher trabalhar com entrevistas, o pesquisador também escolhe percorrer um longo caminho até obter seu resultado final. Ou seja, a entrevista extrapola a ideia de encontro entre dois sujeitos, um que fala e o outro que escuta e questiona. A partir do momento em que o pesquisador define seu objeto e a pergunta norteadora da sua investigação, a entrevista pode emergir como procedimento de trabalho, e direcionar todo o trajeto a ser percorrido na pesquisa.

Nesse sentido, consideramos a entrevista como um processo, visto que exige do pesquisador seguir algumas etapas, encadeadas entre si, uma dependendo da outra, em um processo dinâmico, crítico, criativo e, sobretudo, reflexivo. A reflexão contribui para que o pesquisador saia do lugar de mero reprodutor, de idealização dos aspectos observados e discursos acessados e problematize os atravessamentos que ocorrem no processo de entrevista bem como na significação da mesma.

Como exposto no encontro entre entrevistador e entrevistado, pode se estabelecer uma relação dialógica sendo a alteridade existente entre eles a condição fundamental para que a interação aconteça e gere produções significativas. Entretanto, como pôde ser observado, o encontro entre as alteridades pode culminar em pontos silenciados e obscuros, que escapam à significação. Diante da alteridade e dos silêncios que emergem a partir da relação dialógica que se estabelece entre entrevistador e entrevistado, a conduta reflexiva do pesquisador torna-se crucial para a condução e para a análise das entrevistas.

Por fim, as reflexões produzidas durante a entrevista continuam após a relação face a face estabelecida, como efeito de um encontro que se estende a outras relações que ambos irão constituir ao longo de seus percursos (Romanelli, 1998).

5.0 Referências Bibliográficas

Amorim, M. (2002). Vozes e Silêncio no texto de pesquisa em Ciências Sociais. *Cadernos de Pesquisa*, nº 116. Recuperado em 10 de janeiro de 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14396.pdf>

Biazzo, P.P (2008). Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. *Geo UERJ*, 18 (1). Recuperado em 10 de agosto de 2015, de: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/16.pdf>

Breakwell, G. M. (2010). O uso do autorregistro: métodos de diário e de narrativa. In: *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Glynis M. Breakwell, Chris Fife-Schaw, Sean Hammond, Jonathan A. Smith, orgs), 260-277, Tradução de Felipe Rangel Elizalde. Porto Alegre: Artmed.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas Individuais e Grupais. In: *Pesquisa Qualitativa contexto, imagem e som: Um manual prático*. (Martin W. Bauer e George Gaskell, orgs.), 64-89, Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes.

Kaufmann, J. C. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo*. Tradução: Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis: Vozes.

May, T. (2004). *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto e Soares (3ª ed.). Porto Alegre : Artmed.

Medina, C. de, A. (1986). *Entrevista: o diálogo possível*. Editora Ática, São Paulo.

Quaresma, V. B. S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. 2 (3), janeiro-julho. p. 68-80. Recuperado em 05 de outubro de 2015, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>

Queiroz, M. I. P. de. (1991). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Romanelli, G. (1998) A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. 1º ed. Ribeirão Preto - SP: Ed. Legis Summa Ltda.

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed. Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 10 de fevereiro de 2015, de: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de pesquisa relatada nessa tese deixa explícito que a violência conjugal vivenciada pelas mulheres entrevistadas é apenas uma forma de expressão dentre as múltiplas violências às quais são submetidas em seus cotidianos.

As mulheres rurais entrevistadas, além de vítimas de violência interpessoal, também vivenciam uma espécie de violência coletiva, ao passo que estão inseridas em uma sociedade patriarcal, produtora de discursos e práticas opressores e excludentes em torno da figura da mulher. Essa configuração social retira delas direitos básicos, como o de expressarem suas opiniões, circularem com liberdade pela comunidade, tomarem decisões livres de julgamentos e da necessidade de autorizações, assumirem papéis variados além do que é destinado socialmente a elas. As condições em que vivem negam a elas o direito à prática cidadã, as colocando em uma posição de coisificação e assujeitamento (Chauí, 1985).

Ademais, se considerarmos a carência de serviços como saneamento básico, acesso à energia elétrica, a transporte, bens alimentícios, aos meios de comunicação, proteção, em que se encontram as comunidades consideradas, é possível afirmar que todos os moradores dos contextos contemplados são submetidos cotidianamente à violência coletiva. A situação se complexifica diante da falta de informações sobre seus direitos e da condição de isolamento geográfico em que se encontram.

Desse modo, os moradores rurais dependem da zona urbana para acessar bens e serviços que não encontram no campo, compreendendo a zona rural como o lugar da precariedade, esquecido pelas políticas públicas, e a zona urbana como possibilidade de acessão social. As condições em que vivem contribuem para essa perspectiva e para o êxodo rural, assim como apontado por Wanderley (1997). A ida

para a cidade em busca de oportunidades para trabalhar e estudar ocorreu com os filhos da maioria das mulheres entrevistadas. Dentre as doze mulheres entrevistadas, apenas em cinco casos os filhos, ainda pequenos, viviam com os pais na roça. Os demais, adolescentes e adultos, haviam se mudado para a cidade.

Nesse sentido, destaca-se também que, dos trinta e quatro casos indicados pelas ACSs, em três deles as mulheres haviam “fugido” de casa, em busca de proteção e de “uma vida melhor”.

Como apresentado e problematizado na pesquisa, as condições social, política e econômica em que se encontram as ruralidades consideradas, os reflexos dessa configuração nos sujeitos que nelas vivem, associados às normas culturais que sustentam a violência, sobretudo contra a mulher, contribuem para a ocorrência e manutenção da violência conjugal, colocando a mulher em uma situação de extrema vulnerabilidade e ao mesmo tempo estreitando as possibilidades de saída, assim como apontado por Scott, Rodrigues e Saraiva (2010).

Para as referidas autoras, a violência contra as mulheres na zona rural ainda é um assunto pouco abordado no campo de estudos sobre ruralidades e sobre violência contra a mulher. Como pode ser observado em dados da literatura, situações de violência contra a mulher em contextos rurais, sobretudo a violência conjugal, são maiores do que em contextos urbanos. Os estudos desenvolvidos por pesquisadores sociais e as iniciativas de movimentos feministas lutam por problematizar e chamar a atenção para essa realidade ainda tão invisível aos olhos da sociedade e das políticas públicas.

Algumas histórias, relatadas informalmente, merecem destaque nas considerações finais dessa tese em decorrência do teor dos acontecimentos. Essas histórias foram contadas em visitas às casas, em situações em que as mulheres se

negaram participar da pesquisa. Recordo-me com perfeição do relato de Jacinta, uma mulher de trinta e cinco anos, que sempre morou na zona rural, casada desde os dezesseis anos, mãe de quatro filhos. Em nossa conversa, ela me relatou que, há aproximadamente um mês antes do nosso encontro, ela havia ficado dois dias amarrada em uma árvore, como punição do marido por ela ter feito ofensas verbais a ele. Ela relatou o fato e expôs as marcas de picada de insetos no corpo, em virtude dos dias que passou exposta ao tempo e suscetível a quaisquer ataques de animais, privada de alimentação, banho e de realizar suas necessidades fisiológicas. Ela falou dessa situação como forma de justificar a recusa em participar da pesquisa, por medo do marido.

Também é impossível esquecer o relato de Marlene, quarenta e três anos, casada há vinte e cinco anos, mãe de sete filhos. Ela contou que, em uma ocasião de briga, por ela não ter “cumprindo com os afazeres domésticos”, o marido a impediu de dormir em casa, a obrigando passar a noite, juntamente com os filhos, no curral onde ficavam as vacas. A punição do cônjuge se estendeu por uma semana. Nesse período, ela foi autorizada a ficar na casa durante o dia e realizar seus afazeres domésticos. À noite ela deveria se retirar até o curral e passar a noite nesse local. Nesses dois casos, as mulheres continuavam com os cônjuges violentos e contaram essas histórias para justificar porque não poderiam participar da entrevista. Essas mulheres se encontravam em uma dinâmica de completa submissão à vontade do marido e não visualizavam saídas diante das punições que sofriam e das ameaças.

Outra situação que também se destacou dentre os casos que não pude gravar, é o de Lívia, uma mulher jovem, de vinte e oito anos, mãe de três filhos, que se mudou para a cidade fugindo do marido violento. Ela havia realizado uma

denúncia contra o cônjuge, que se encontrava sob medida protetiva. Ela estava morando na cidade na casa de parentes. Fui informada pela ACSs desse ocorrido e agendamos uma visita na casa onde essa mulher se encontrava há três dias. Ao chegar na casa, nos deparamos com um carro de polícia, ambulância e muitas pessoas. Fomos informadas que o cônjuge da referida mulher havia invadido a casa, destruído objetos e agredido fisicamente a esposa e um dos filhos. O agressor havia fugido e a mulher se encontrava na casa, sendo interrogada pelos policiais. Foi um momento de extremo desconforto, que me permitiu vivenciar de forma concreta o que é contado pelas mulheres em seus relatos. Além disso, me proporcionou momentos de reflexão sobre a gravidade do tema pesquisado e das variáveis que perpassam o pesquisador em sua pesquisa de campo. Os afetamentos produzidos por essas experiências extrapolam o âmbito da escrita e não se esgotam nos relatos apresentados, eles se estenderão a outros encontros e produções.

Nesse sentido, os resultados encontrados a partir da pesquisa e as informações aqui problematizadas são uma denúncia da realidade vivida pelas mulheres rurais. Mesmo que estejam relacionados a comunidades específicas, se articulam com dados da literatura e expressam a necessidade de ações de enfrentamento. Essas ações estão para além de medidas protetivas e punitivas. Faz-se necessário um processo de desconstrução de saberes e práticas, de luta pelos direitos políticos do povo da roça e, sobretudo, das mulheres rurais.

Como aponta Scott et al. (2010), os conhecimentos produzidos sobre a violência contra a mulher em zonas rurais ainda são insuficientes, sendo necessário avançar nesse conhecimento, compreender mais sobre esses sujeitos e contextos para que seja possível elaborar estratégias interventivas capazes de lidar com a violência contra a mulher em contextos rurais plurais. As autoras consideram como

possibilidades de saída a organização de mecanismos que empoderem as mulheres, como vinculação a movimentos sociais, à cooperativas de trabalhadoras e produtoras rurais, o desenvolvimento de serviços de apoio, com espaços onde elas possam falar de seus problemas, ressignificar suas vivências, se sentirem acolhidas, respeitadas, encorajadas a construir saídas diante das situações que vivenciam. Essas propostas podem contribuir também por retirar as mulheres rurais do lugar unicamente de cônjuge, papel assumido fortemente por elas, e reiterar seus demais papéis, como mulheres, mães, trabalhadoras, cidadãs. Articula-se a essa proposta a necessidade da ampliação das redes de apoio, da disponibilidade de informações sobre seus direitos e da extensão das delegacias de mulheres às zonas rurais.

Ademais, estudar as representações sociais desses sujeitos pode representar o caminho para identificar posições ideológicas que sustentam relações violentas e, a partir daí, elaborar estratégias interventivas condizentes com a coletividade contemplada e que contribuam para a construção de uma nova história a partir de uma perspectiva crítica, reflexiva e consciente, ou seja, que permitam intervenções que produzam deslocamentos e mudanças de paradigmas.

Referências Bibliográficas:

Chauí, M. (1985). *Participando do Debate sobre Mulher e Violência*. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar.

Scott, P; Rodrigues, A.C & Saraiva, J. (2010). Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. (Orgs) Scott, P; Cordeiro, R & Menezes, M. Ed.

Mulheres – Ilha de Santa Catarina. Recuperado em 10 de fevereiro de 2015, de:
[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g
era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20g
era_o%20em%20contextos%20rurais.pdf)

Wanderley, M. de N. B. (1997). O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno.
In: *Encontro Anual da ANPOCS*. 21. Mesa - Redonda. Caxambu: UFMG, p.1-12.
Recuperado em 04 de agosto de 2015, de:
[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5
213%20&Itemid=360](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5
213%20&Itemid=360)

ANEXOS

Roteiro de Entrevista

Horário de início:

Horário de término:

1) Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:

Grau de escolaridade:

Ocupação/Profissão:

Estado civil:

Quanto tempo de relacionamento?

Já teve outros relacionamentos anteriores? (Quantos? Tempo de duração?)

Tem filhos?

(Filhos de relacionamentos anteriores?)

Provedor financeiro do lar:

2) Tema A: A vida na região

Quanto tempo mora na região?

Como é a vida aqui? Como é seu dia-a-dia? (modo de vida rural) (cotidiano da pessoa e da família)

Você participa de alguma atividade na comunidade?(como festividade, ir à igreja, estar vinculada a algum programa e/ou projeto oferecido pela comunidade).

3) Tema B: relação com a cidade

Você costuma muito ir à cidade?

Quando vai, qual é a finalidade?

(Averiguar a relação do sujeito com a cidade)

4) Tema C: Histórico de violência conjugal, definições e elementos articuladores.

Como é a comunidade? Aqui é violento?

É comum na comunidade relatos de situações de violência? E violência entre parceiros/casais?

Você conhece casais que vivenciam esse tipo de situação?

E a sua relação com seu parceiro, como é? (sempre foi assim?)

Acontecem brigas entre vocês? Como é? (averiguar os tipos de violência. Se é mútua ou apenas em uma via)

Isso costuma ocorrer em quais situações?

Você costuma falar sobre isso com mais alguém da comunidade? Buscar ajuda? (averiguar se o assunto é algo acolhido pela comunidade ou se é um problema implícito)

Em caso de violência algum procedimento é tomado? (averiguar se a mulher informa o ocorrido e como as políticas públicas se articulam diante do caso)

Mais alguém da casa se envolve nos conflitos? (averiguar se os filhos se envolvem nas brigas, e outros membros da casa ou da comunidade, se os filhos sofrem a violência e/ou a presenciam).

Você já sofreu violência em outros momentos de sua vida? (Quem era o autor da violência?) (se não sofreu, averiguar se já produziu ou ambos).

Se você morasse na cidade, você imagina que a situação seria diferente? (tentativa de compreender se a vida na zona rural contribuiu para a violência a partir do imaginário da pessoa entrevistada, ou se existe alguma diferença na forma de conduzir a situação).

Quando falo a palavra violência, quais são as primeiras palavras que vem na sua cabeça?

Você gostaria de falar ou explicar alguma coisa que considera importante de ser conversado e que não chegamos a tocar nesta entrevista?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Prezado (a) Sr.(a):

Vimos convidá-lo para participar de uma entrevista para fins de uma pesquisa. Ao concordar em participar, garantimos que as informações fornecidas por você será confidencial, os resultados serão utilizados somente nesta pesquisa e serão apresentados e publicados sem nenhuma forma de identificação pessoal. Para que seja garantida a qualidade dos dados solicitamos a sua autorização para que a entrevista seja gravada.

A entrevista pode durar algumas horas. Sua participação é voluntária, e você tem o direito de a qualquer momento interrompê-la, assim como se recusar a responder a qualquer pergunta, sem penalização e prejuízo algum. Esclarecemos que as atividades não acarretarão em nenhum tipo de risco ou desconforto para você. Você poderá solicitar esclarecimentos antes, durante e após a entrevista. Não será dada nenhuma forma de remuneração pela participação na pesquisa. O Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais – endereço no final do documento - pode ser procurado em caso de questões éticas.

Consentimento: Declaro que estou devidamente esclarecido quanto aos objetivos, riscos e benefícios da minha participação, e concordo em participar da pesquisa.

Este formulário foi lido por mim, juntamente com o(s) pesquisador(es), que assinamos abaixo. Declaro ainda que recebi uma cópia do mesmo.

Local:

Data:

Participante:

Assinatura do (a) participante:

Pesquisador(es):

Assinatura(s) do(s) pesquisador(es):

Comitê de Ética em Pesquisa COEP

Av. Antônio Carlos, 6627

Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005

Campus Pampulha

Belo Horizonte, MG – Brasil cep: 31270-901

Email: coep@prpq.ufmg.br

Telefone: 31 3409-4592